

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**O JAGUARENSE: PROTAGONISMO DA FRONTEIRA NA IMPRENSA  
NEGRA A ALVORADA (1932-1934)**

**Jaguarão**  
**2023**

VINICIUS COSTA FRANCO

**O JAGUARENSE: PROTAGONISMO DA FRONTEIRA NA IMPRENSA  
NEGRA A ALVORADA (1932-1934)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Licenciatura em História da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciado em História

Orientador: Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

**Jaguarão  
2023**

VINICIUS COSTA FRANCO

**O JAGUARENSE: PROTAGONISMO DA FRONTEIRA NA IMPRENSA  
NEGRA A ALVORADA (1932-1934)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Licenciatura em História da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciado em História

Trabalho de Conclusão de Curso

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

Orientador

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Jônatas Marques Caratti

UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Fernanda Oliveira da Silva

UFRGS

Dedico este trabalho a minha mãe Katia Cristina Pimentel Costa, e a minha avó Rosana Pimentel. Este trabalho tem em suas entrelinhas muitas histórias e ensinamentos das duas.

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a minha mãe Katia, por trás de seu apoio incondicional durante toda minha criação, sei que tem muitas lágrimas e cansaços, mas também muitas alegrias e companheirismo, tenho muita sorte de ter você como mãe.

Assim como a minha querida avó Rosana, mulher guerreira, que tem muitas histórias e carrega boa parte da memória familiar.

Aos meus irmãos, Livia e o pequeno Davi, já são 5 anos fora e perdi boa parte de momentos importantes de suas vidas, e isso deixa um sentimento de muita saudade.

Ao meu padrasto Jean, por seus conselhos, e espírito animado.

Aos meus tios, Thiago e Mauricio Jr, também são referências familiares. E meus primos, que todo dia morro de saudades.

A minha namorada Larissa Rangel Soares, minha companheira que eu amo muito, com quem me sinto confortável e amado de uma maneira jamais sentida, e em quem me encontrei e com certeza com ela fico bem melhor. E é fácil, a pessoa mais linda que eu já vi.

A família da Larissa, minha sogra Josiane e seu marido Marne, e meu sogro Luíz Fernando e sua esposa Lidiane. Além da minha cunhada Diulia. Foi fundamental o acolhimento de vocês, tenho como minha segunda família.

A Mãe Baixinha e irmã Liziane, por me proporcionar muito axé dos Caboclos, Ciganos, Pretos Velhos, Pomba Giras e Exus. Nesse período final da minha graduação.

Meu pai, Luís Fabiano Franco e sua esposa Alessandra, minhas irmãs Ariane e Vitória, e meus sobrinhos. Tenho tido contato a pouco tempo, mas levo vocês no coração.

Ao meu orientador Caiuá Cardoso Al-Alam, além de um excelente pesquisador e professor, é uma pessoa incrível, aprendi muito em cada momento que passamos.

Ao pessoal do GEESPA, em especial a Bruna, Isadora e Anderson.

Docentes do curso de Licenciatura em História, onde tenho muito orgulho de minha formação, principalmente pelas as referências que compõem o corpo docente do curso.

Aos colegas da universidade, todos aqueles que dividi os espaços proporcionados pela experiência acadêmica, tanto dentro da instituição, e destacou as lutas coletivas. E principalmente nos espaços sociais da cidade, nas moradias divididas, todo acolhimento e amizades que tive durante esse espaço de tempo.

Os amigos de Piracicaba, principalmente o Gustavo, Danilo, Godinho e a Kate.

Aos amigos que fiz aqui, que estiveram sempre comigo, formando quase que uma Sociedade... Keven, Henrique, William, Falconi, Gabriel, Tuti, Matheus, Arthur.

Também a Gabriela, Virginia, Dan, Maria e Ingrid.

Assim agradeço a todas essas pessoas que de certa forma são especiais para o desfecho desta formação.

## RESUMO

Este trabalho evidencia as organizações individuais e coletivas da comunidade negra de Jaguarão no Pós-Abolição na década de 1930. Através da Imprensa Negra, especificamente o jornal A Alvorada de Pelotas, foi possível perceber uma circulação desse periódico nas cidades da região sul do Rio Grande do Sul. E circulando notícias desta localidade, em formato de colunas sociais, algumas chegaram a ter um suplemento, como o caso de Jaguarão com O Jaguarensense. A Imprensa Negra no período do Pós-Abolição foi um importante mecanismo de reivindicação de direitos da cidadania e construção de uma identidade negra positiva. Em um contexto em que os corpos negros eram alvos de apagamento da herança africana e do passado escravista, colocados na hierarquia do Racismo Científico no nível de um povo atrasado. A comunidade negra construiu sua própria narrativa sobre a sua história, reivindicando principalmente o protagonismo na construção da identidade brasileira, exaltando e dando continuidade à luta de seus ancestrais, isso é evidenciado na Imprensa Negra. Assim, tenho como objetivo demonstrar essa negritude de Jaguarão, refletir seus protagonismos desde a formação da cidade, passando pelas resistências a escravidão, até as organizações raciais em contexto do Pós-Abolição. Assim trazer o protagonismo desta Imprensa Negra, em específico A Alvorada, conectando as redes da comunidade negra, e evidenciando o protagonismo negro através das correspondências de notícias de Jaguarão, Bagé, Pedras Altas, Cerrito, Pinheiro Machado.

Palavras Chave: Imprensa Negra; Pós-Abolição; Correspondências; Fronteira; O Jaguarensense.

## RESUMEN

Este trabajo pone de manifiesto las organizaciones individuales y colectivas de la comunidad negra de Jaguarão en el Posabolición en la década de 1930. A través de la Prensa Negra, específicamente el periódico A Alvorada de Pelotas, se pudo observar la circulación de este periódico en las ciudades de la región sur de Rio Grande do Sul. Se difundían noticias de esta localidad en forma de columnas sociales, y algunos incluso tenían un suplemento, como es el caso de Jaguarão con O Jaguareense. La Prensa Negra en el período de Posabolición fue un importante mecanismo de reivindicación de los derechos de ciudadanía y construcción de una identidad negra positiva. En un contexto en el que los cuerpos negros eran objeto de la eliminación de la herencia africana y del pasado esclavista, situados en la jerarquía del Racismo Científico al nivel de un pueblo atrasado. La comunidad negra construyó su propia narrativa sobre su historia, reclamando principalmente el protagonismo en la construcción de la identidad brasileña, exaltando y continuando la lucha de sus ancestros, lo cual se evidencia en la Prensa Negra. Por lo tanto, mi objetivo es demostrar esta negritud de Jaguarão, reflexionar sobre sus protagonismos desde la formación de la ciudad, pasando por las resistencias a la esclavitud, hasta las organizaciones raciales en el contexto de la Posabolición. Así, traer a colación el protagonismo de esta Prensa Negra, en particular A Alvorada, conectando las redes de la comunidad negra y destacando el protagonismo negro a través de las correspondencias de noticias de Jaguarão, Bagé, Pedras Altas, Cerrito y Pinheiro Machado.

Palabras clave: Prensa Negra; Posabolición; Correspondencias; Frontera; O Jaguareense.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Recorte de jornal: Um suplemento e uma Coluna.....	55
Figura 2-Cidades com correspondências no jornal <i>A Alvorada</i> entre 1932-1934.....	58
Figura 3-Correspondências da <i>A Alvorada</i> de outros municípios da região, ano de 1932.....	60
Figura 4-Correspondências da <i>A Alvorada</i> de outros municípios da região, ano de 1933.....	60
Figura 5-Correspondências da <i>A Alvorada</i> de outros municípios da região, ano de 1934.....	61
Figura 6-O agente da <i>A Alvorada</i> na cidade de Jaguarão.....	63
Figura 7-Malha Ferroviária Rio Grande do Sul (1920).....	67
Figura 8-Prédio da Estação Ferroviária de Jaguarão meados da década 1930.....	68
Figura 9-Malha Ferroviária Rio Grande do Sul (1959).....	68
Figura 10-Anúncio da Alfaiataria Ao Figurino.....	75
Figura 11-Árvore Marcelino Ferreira da Costa.....	80
Figura 12-Chapa Oficial Sociedade Operária Jaguareense (1917).....	84

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Cidades com notícias em correspondência com A Alvorada (1932-1934).....	59
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A Constituição de uma Fronteira Negra.....	23
1.1 A Formação de Jaguarão uma cidade negra.....	23
1.2 Resistências no cotidiano da fronteira.....	28
1.3 As irmandades religiosas e o associativismo negro.....	32
2. A dupla militância nas páginas da Imprensa Negra.....	36
2.1 A Alvorada e suas associativas de influencia.....	45
3. Correspondências e circulação do jornal A Alvorada no Rio Grande do Sul.....	56
3.1 Identidade negra no cotidiano apontados pelo caçador de fofocas.....	71
3.2 <i>Marcelino Costa, o distinto jovem em quem &lt;A Alvorada&gt; tem um amigo correto e desinteressado</i> .....	82
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90



## Introdução

Este presente trabalho de conclusão de curso pretende apresentar uma reflexão sobre a comunidade negra de Jaguarão no início da década de 1930, a partir da análise de um suplemento do jornal A Alvorada, uma imprensa negra pelotense que circulou entre 1907 a 1965. Este suplemento, intitulado O Jaguareense, esteve no hebdomadário, entre os anos de 1932 e 1933, ocupando geralmente uma página do jornal em que a utilização maior do espaço era com uma coluna social do cotidiano, o “Cacei”, assinado pelo codinome “Caçador”.

Esta coluna tinha uma estrutura que era típica dos jornais da época, e no A Alvorada, no caderno para Pelotas, por exemplo, havia o “Pescador”, escrita pelo proprietário do hebdomadário, o Juvenal Penny.

Como vemos, estas colunas tinham um nome sugestivo ao ato de captar situações cotidianas daquelas sociedades. Em termos mais usuais, são colunas de fofoca, e nelas se mostrava um discurso de uma cidade marcada pela racialização e um forte moralismo no contexto social da comunidade negra.

Estamos só no começo desta teia de relações sociais, que alguns meses de registros de Jaguarão na imprensa negra A Alvorada, entre os anos 1932 e 1933, foi “caçada” pelo autor deste trabalho, junto ao acúmulo de conhecimento sobre a cidade. Mas isso será trabalhado mais a fundo no capítulo 3, onde irei refletir sobre a atuação de Marcelino Costa, representante da A Alvorada em Jaguarão, a influência familiar principalmente na figura de seu pai Marcelino Ferreira da Costa, presidente da Sociedade Operária Jaguareense (atual Circulo Operário Jaguareense) no ano de 1917. E assim demonstrar possíveis redes pessoais, refletindo sobre a relação dos redatores do jornal com esses representantes das cidades próximas de Pelotas.

Por enquanto esta breve apresentação da fonte foi para reviver a atuação deste sujeito, e consequentemente despertar questionamentos mais sensitivos, e menos verbalizadas, muito próximos das sensações vivenciadas pelo autor a cada pequena descoberta feita, e que terá a tentativa de verbalizar esses questionamentos. Assim, construirei uma reflexão sobre o cotidiano das pessoas negras que estavam nesta disputa de narrativas sobre raça, identidade, moral, nação e futuro, e que estavam imersas em argumentos liberais, republicanos, positivistas.

Pensarei assim sobre os lugares forjados por esses sujeitos para expressar suas ideias e subjetividades, e como isso também se reflete na luta contínua antirracista no Brasil. Assim, a

proposta é continuar abrindo caminhos, como tem feito diversos protagonistas, em diversos espaços e tempos, para refletir e valorizar o protagonismo do povo negro brasileiro.

A escrita deste trabalho foi acompanhada de diversos acontecimentos. Ela começou, desajeitadamente a partir do projeto apresentado no componente de TCC 1, o último semestre que vinha sendo levado remotamente devido a pandemia do Coronavírus, o mais representativo para este trabalho, pois foi ali que se concretizou este tema e a minha inserção no campo do Pós-Abolição.

Esta inserção se deu em meio a pandemia de Covid-19, uma trágica doença que normalizou de vez o trabalho no computador, mas pior ainda, matou 36.887.991<sup>1</sup> só no Brasil. E muitas dessas mortes vêm na conta de descasos do governo federal na época, presidido por um representante dos movimentos negacionistas, que além de uma má gestão, negou recomendações de profissionais da saúde e indicou tratamentos precoce e de nenhuma eficácia comprovada, não à toa que defendemos que foi um genocídio. Para as outras áreas, essa mentalidade negacionista se refletiu em sua gestão, levando a cabo uma política neoliberal de desmonte dos recursos estatais, precarizando a educação, setor do governo atingido pelos cortes<sup>2</sup>, deixando o cotidiano como estudante quase que inviável para as pessoas de baixa renda.

Antes da pandemia, eu vinha de uma inserção nos debates na área do Ensino de História, junto ao Laboratório de Pesquisa e Ensino de História, com o professor Jônatas Marques Caratti, de 2017 até 2019. Esta experiência foi extremamente importante para minha formação como professor, tendo contato com a perspectiva de uma educação popular, refletindo sobre os problemas do ensino, pesquisando e colocando em prática recursos didáticos e metodologias transformadoras na educação. Além também de despertar a curiosidade de pensar uma história através da imprensa. No mesmo período, fui bolsista Pibid (2018-2019) com a coordenação do mesmo. O professor Jônatas foi fundamental principalmente para minha autoestima dentro da universidade, foi dentro do Laboratório que me encontrei dentro do curso, como um futuro professor de História, e a partir dali comecei a estar mais atento à minha formação.

E veio assim no ano de 2020, momento que se concretizou a pandemia. Logo no começo do semestre letivo, as aulas foram suspensas devido ao aumento do contágio, e o ensino remoto, que parecia provisório, durou dois anos. No começo deste período houve uma pausa total nos estudos, e o número de mortes cada vez mais subindo, foi cruel, e tentávamos

---

<sup>1</sup> Dado acessado dia 08/02/2023 no Google Notícias

<sup>2</sup> <https://adunb.org/conteudo/1520/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-de-bolsonaro>

o máximo de nossas relações sociais e produtivas em uma tela de computador, e sobreviver mentalmente.

Foram nestes momentos de tentar não se sentir inútil e produzir, que acabei indo no primeiro debate bibliográfico do Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-abolição (GEESPA) coordenado pelo professor Caiuá Cardoso Al-Alam. Depois disso, tive minha presença constante, remotamente a cada 15 dias, de uma quarta-feira. Um lugar de acolhimento e discussão de temas que me faziam lembrar das histórias de família, da minha avó, mãe e tios, que muitas vezes depois de algumas cervejas em um domingo, aflora os sentimentos nostálgicos, me despertando curiosidades sobre essa relação entre passado e presente na memória familiar, e que me fazia ficar ali ouvindo e questionando para saber mais.

Nesse cotidiano vivenciado por este autor, de histórias familiares e historicizando essas relações na universidade, que surgiu este trabalho. Também perpassou por outros fatos, como a inserção no mercado de trabalho com 16 anos; o árduo acesso no Ensino Superior, através das cotas raciais/socioeconômicas/ensino público, a 1.642 km da minha cidade natal; atuação no movimento estudantil, com duas paralisações e uma ocupação<sup>3</sup> (ocupação essa que está sendo redigido essa monografia); debates em sala de aula, e alguns conflitos onde a questão racial era latente. Mas principalmente o trabalho foi sendo fortalecido pelas amizades de pessoas que hoje são fundamentais. Assim, o principal vetor de escolha deste tema é a subjetividade adquirida na adolescência, e a atuação no Grupo de Estudos sobre Escravidão e Pós-Abolição (GEESPA).

Neste grupo tive contato, mais a fundo, com o campo da História Social da Escravidão, e do Pós-Abolição. Além de leituras, foi fundamental o processo de produção e execução do projeto de extensão Territórios Negros em Jaguarão. Um projeto onde foi confeccionado pelo

---

<sup>3</sup> Aqui uma saudação especial ao movimento Estudantes por Assistência Estudantil Digna (EPAED), e a ocupação que foi de 06 dezembro de 2022 até meados de 20 de janeiro de 2023. Além de um movimento contra os contingenciamentos no investimento na educação para uma reeleição do governo do genocida, também era uma denúncia da gestão da Reitoria de 2019-2023, que deixou o Restaurante Universitário fechado por mais de 1 ano em sua gestão, e pouco fez para suprir a alimentação dos estudantes. Assim foi organizado um movimento de discentes, com extrema autonomia, onde tivemos algumas conquistas importantes, como a abertura da Casa do Estudante João de Barro, que tinha sido inaugurada, porém estava 2 sem uso, e foi aberta no ano de 2023, uma conquista do movimento, após ocupação na estrutura. Foi um movimento muito gratificante, porém cansativo deixando diversos problemas psicológicos, e boa parte desses problemas foi causado diretamente pela Universidade e alguns de seus funcionários. O que mais me atingiu, por ser um homem negro, ingressante nas políticas de cotas raciais, sociais e educacionais, foi a construção da narrativa de estar usando do suposto “movimento negro” da universidade para trazer os problemas estruturais da instituição, e essa cobrança seria pelo fato do Reitor por ser negro. Porém a pauta levantada era central, e tem uma continuidade na história da reivindicação dos discentes da Unipampa: por melhores políticas de permanência para os estudantes, principalmente os mais vulneráveis, ou seja os cotistas. É importante ressaltar, em minha concepção que representatividade sem estar preocupado com as questões política que aflige, exclui e oprime nós negros, fica esvaziada de sentido.

grupo um Ebook: Territórios Negros em Jaguarão (2021). Esta obra é estruturada em um conjunto de pequenos verbetes de cada território mapeado nas Rodas de Memórias no Clube 24 de Agosto, na ocasião, no ano de 2011, que foram realizadas em parceria com o Curso de História-Licenciatura da Unipampa. Nelas, a comunidade negra do clube compartilhou suas memórias sobre os territórios locais. Isso foi sistematizado por Caiuá Al-Alam e Andrea de Gama Lima (2011;2021).

A participação neste Grupo, e em seus projetos, foi fundamental para a escolha e as leituras em volta do campo do Pós-Abolição. Além disso, tive uma pequena participação com o Laboratório de Teorias e História da Historiografia (TeoriLab), coordenado pela professora Renata Dal Sasso Freitas. Foi curta, porém foi fundamental para me atentar a questões sobre identidade diaspórica.

A finalidade de mostrar este lado subjetivo do autor, é evidenciar que o debate apresentado aqui é reflexo desta vivência, e são heranças que estão na maioria dos ambientes familiares de diversos jovens pobres, uma família que apresenta uma diversidade de origens, reflexo da população do país. Com isso, voltaremos ao passado, na primeira metade do século XX, com o pano de fundo da circulação da imprensa negra *A Alvorada* no município de Jaguarão, entre 1932 e 1933, tendo como representante do periódico em tal localidade o sujeito Marcelino Costa.

A partir disso, vou atentar aos debates conceituais que pretendo transmitir neste trabalho. O campo de estudos proposto aqui neste trabalho é o Pós-Abolição, que vem concentrando a atenção de historiadores preocupados em entender as relações raciais no Brasil e nas Américas após as emancipações do sistema escravista. Assim, os avanços do campo da História Social têm sido uma importante ferramenta para a compreensão de problemas sociais que acompanham nossa história nacional até os dias de hoje, como o racismo. Esse campo concentra um complexo debate sobre o ofício do historiador, modos de abordagem e usos da História, mas um ponto de início para entendermos a proposta é a ideia de que a produção histórica é social “[...] se o historiador tiver efetivamente preocupações sociais na sua maneira de examinar o passado.” (BARROS, 2005. p. 17).

Com isso, fazendo um panorama geral do surgimento e transformações que esse conceito histórico vem gerando para a compreensão do passado, a História Social já surge como um contraponto a uma ideia de história tradicional. Ou seja, uma concepção inaugurada



lá na Grécia Antiga e que foi retomada no período Moderno<sup>4</sup>, “[...] uma narrativa de certo tipo de ações heróicas ou humanas dignas de serem lembradas” (FALCON, 1997, p. 99).

Prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao *poder*, essa história pretendeu ser também *memória*. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos. (FALCON, 1997, p. 99)

Com a ideia de pensar o cotidiano, mentalidades, costumes e etc, ou seja, uma abordagem que pensa o papel da ação humana na História (CASTRO, 1997), os engajados na produção da História Social, vinham na corrente da ideia de ampliar metodologicamente a visão historiográfica. Em movimento de adesão a objetos de análises de outras áreas das Ciências Sociais, encabeçada principalmente pela Revista dos Annales.

A História Social passa, e vem passando, por diferentes designações e demonstra ser historicamente um campo de disputa, apesar de hoje haver um certo consenso. Sendo de difícil definição, nos anos 1930 e 1940, ela aparecia vinculada a abordagem culturalista conservadora, com ênfase nos costumes e folclores para estabelecer tradições e identidades nacionais, em produções à margem da História tradicional acadêmica, da escola metódica que queria aproximar o campo da cientificidade racional, preocupada na História Política. Já no espectro político oposto, com avanço de ideias socialistas e o crescimento do movimento operário, mais especificamente na Inglaterra, fez que se desenvolvesse uma história social do trabalho.

Foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica. Foram décadas marcadas, grosso modo, pelo apogeu dos estruturalismos (da antropologia estrutural a certas abordagens marxistas), pela euforia do uso da quantificação nas ciências sociais, pelos primeiros avanços da informática e pela explosão de tensões sociais que dificilmente a comunidade dos historiadores podia continuar a ignorar. (CASTRO, 1997, p. 79)

Assim, para não me alongar muito explicando cada perspectiva, modelos metodológicos, ampliação de fontes, e os diversos campos de estudos que fazem a complexa especialidade que se denomina História Social, partimos de um princípio, de que esta é

---

<sup>4</sup> Neste período, correspondendo à chamada Idade Moderna, a História, como história política, apresenta ainda três peculiaridades interessantes: (1) ela continua a ter sua velha função de mestra da vida, mas os humanistas a utilizam também no ensino da retórica; (2) a sombra de Maquiavel faz pairar sobre ela uma desconfiança terrível: talvez, na verdade, a história não seja capaz de ensinar senão política e nada tenha a ver com a moral e a ética; (3) trata-se de “histórias” que se referem cada vez mais aos Estados territoriais ou dinásticos, as conhecidas monarquias nacionais dos Estados absolutistas dos tempos modernos, constituindo-se em precursoras das futuras histórias nacionais centradas na ideia de Estado-nação (FALCON, 1997, p. 101)

identificada com as questões de classe e da estrutura social. Parte do pressuposto de que se trata de realidades em si, objetivas, e basicamente se configura como a história das relações entre pessoas e grupos (GRENDI, 2009). Estabelecemos o principal contraponto, que é em relação à história tradicional, vamos no movimento de pensar a história dos de baixo, aplicando nosso leque de fontes para além daquelas que supostamente constituíram a nação, os documentos tidos como oficiais. Iremos, portanto, adentrar no popular, o que era consumido e pensado no cotidiano, mas sem perder de vista essa estrutura tradicional de poder, que influencia nas tomadas de decisão do cotidiano.

Assim se demarca três concepções fundamentais para pensar a História Social: Nova História Francesa, que corresponde principalmente à terceira geração da Revista dos Annales, que contribui com a perspectiva de reflexão sobre as narrativas em História, a fragmentação dos temas, a observação do cotidiano e da cultura. A influência da Micro História Italiana e o jogo de escalas, com a valorização das fontes judiciais e policiais com Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, por exemplo. E a influência dos marxistas britânicos, principalmente E. P. Thompson, na concepção de experiência e agência humana nas relações e luta de classes<sup>5</sup>.

As proposições teóricas de Thompson contribuíram para a renovação historiográfica que vem ocorrendo desde os anos de 1960. No tocante à questão da relação entre a História Social e a Historiografia brasileira, nota-se uma receptividade acadêmica, no que se refere aos temas e discussões da História Social, redimensionando a escrita acerca da História do Brasil. Redimensionou, em particular, a escrita da História dos negros e da escravidão no Brasil. Aqui, a historiografia influenciada pela História Social, ampliou os estudos sobre a escravidão, sendo referência teórica constante entre os historiadores, principalmente a partir da década de 1980, no sudeste do país. (SILVA, p. 2014)

Para Thompson, a classe e a agência se interligam na experiência humana em sociedade, seja herdada ou compartilhada, que sentem e articulam a identidade e seus interesses na coletividade imaginada. Pensando a comunidade negra no Pós Abolição, as relações sociais baseadas na racialização, e a histórica exploração em massa desses sujeitos negros, faz com que esses sujeitos compartilhem experiências comum, em oposição aos interesses de seus exploradores. Assim, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são elaboradas em termos culturais” (BRUNOW, 2009, p.2). Assim iremos neste trabalho refletir

---

<sup>5</sup> As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001: 274. apud. BRUNOW, 2009)

as expressões da comunidade negra no Pós Abolição, articulado com as suas experiências na sociedade racializada

Este último foi uma fundamental influência para pensar a História Social da Escravidão no Brasil. Esta perspectiva teve grandes estudos na revisão historiográfica sobre a escravidão, empreitada nos anos 1980 e 1990, principalmente o conceito de resistência e a agência negra, postulados na História Social da Escravidão, contestando principalmente a perspectiva da Escola Sociológica Paulista. Este foi um movimento intelectual da década de 1950, onde intelectuais como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, estavam preocupados em contrapor o mito da democracia racial, e que teve seus olhares para o período escravocrata, principalmente na perspectiva dos grilhões e das barbáries, que para eles imobilizaram socialmente quem estava submetido ao regime.

Esses comportamentos “fluídos e estratégicos”, se apresentaram para os pesquisadores principalmente nas fontes criminais, como as policiais e judiciais, fontes essas que expressam os enfrentamentos desta sociedade. Casos de tensionamentos provocados pelo cativo para não ser vendido para longe de sua província de residência, de sua família, os escravizados estavam dispostos a ir para o campo do enfrentamento, mesmo que enfrentando a prisão e castigos, do que ceder para uma vida triste longe de seus familiares (CHALHOUB, 1990).

Com isso, esses agentes pobres, não eram nada anômicos sobre os consensos em torno do tema e sobre a sociedade imperial escravista. É correto afirmar que eles sabiam de sua importância para o poder simbólico de seus senhores, e tencionavam com esta vantagem, para terem melhores condições de estabelecer as ambições de liberdade e autonomia. Mesmo em condição de cativo, lutavam seja pela liberdade de ter um “canto” para sua família, e geri-la; pela autonomia de não querer se distanciar de seus parentes; a rejeição de um capataz ou senhor violento, nem que para isso fosse preciso o uso da rebeldia, ou simplesmente a recusa do trabalho; ou as chamadas fugas reivindicatórias e a procura de apadrinhamento para mediar situações com seus senhores (GOMES, 2006).

De fato, os senhores reproduziam relações de dependência, principalmente com seus escravizados, mas também com os libertos pobres, para justificar seu poder senhorial, calcado principalmente nas relações de dependência (LEIPNITZ, 2016). O senhor como portador do capital, tinha que ceder mínimos benefícios para seus escravizados terem condição mínima de vivência para garantir um ambiente de harmonia, e para seus agregados ou jornaleiros uma condição que podia garantir uma autonomia, e mais credibilidade para com a sociedade. Mas nessas relações cotidianas, as tensões e enfrentamentos eram bastante comuns.

[...] em alguns anos, se possa ter uma ideia melhor de como homens e mulheres negros, libertos do fantasma da reescravização e de suas consequências a partir de 1888 [...] lutaram para viver e adaptar-se às novas condições de vida. Ao longo das décadas da Primeira República, algumas vezes venceram, na maioria dos casos foram empurrados para trás, pela sina do operariado no Brasil e pela frustrante e presente discriminação racial que sempre os atingiu. Mas, ao fim e ao cabo, não foram pobres coitados, incapazes de viver por si mesmos. Buscaram oportunidades e empregos, aproveitaram ocasiões e padrinhos, lutaram e militaram alguns, nas sociedades operárias. Milhares se conformaram, alguns tiveram momentos de glória, outros reconheceram-se derrotados. Mas, enfim, sempre tentaram melhorar de vida, tal como os brancos, tal como o operariado comum. Para não deixar de citar Thompson, mesmo que na última frase, nesse sentido, não precisam da comiseração ou condescendência de nossa parte, precisam é de mais estudos. (LONNER; FILHO; MONTEIRO, p. 254)

Continuando a discussão teórica, entendo ser importante pensar a relação entre teoria e análise, relacionando o campo da História Social, que baseia o uso metodológico dos objetos de estudos, no chamado contexto do Pós-Abolição através da Imprensa Negra, tendo como objeto de investigação e reflexão o caderno O Jaguareense do jornal A Alvorada. Vamos voltar nossas atenções nas quatro palavras-chaves da última frase, *Pós-Abolição, Imprensa Negra, A Alvorada e O Jaguareense*. Porém, proponho aqui pensarmos a fundo nesta parte introdutória somente o *Pós-Abolição*, pois a questão da *Imprensa Negra* é trabalhada mais a fundo no segundo capítulo. Enquanto que *A Alvorada* e *O Jaguareense*, ficarão para concluir este trabalho.

A questão da *Imprensa Negra* é fundamental para pontuar metodologicamente a análise de jornais, e até uma retomada ao campo historiográfico já apresentado. Em modo geral, os periódicos custaram a ser considerados um documento histórico confiável. Voltando brevemente ao debate sobre o campo da História, ainda na escola metódica no final do XIX e começo do XX, para trabalhar o passado e selecionar os acontecimentos importantes para a História, o sujeito historiador buscava constantemente a neutralidade. E para as fontes, a concepção acabava indo no mesmo sentido, em que esta teria de ser objetiva, neutra e suficientemente distanciada do presente do historiador (LUCA, 2005).

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005. p. 112)

Porém os jornais só começaram a serem explorados, na perspectiva da Nova História proposta pelos intelectuais da Revista dos Annales, mais para os finais do século XX<sup>6</sup>, a partir da ampliação de novos objetos, problemas e abordagens no campo da História. Assim, a imprensa tinha sua história vista na perspectiva da História da Imprensa com biografias de redatores, a história do periódico da fundação até os dias atuais, memórias essas que são produzidas em momentos comemorativos, por exemplo. Ou então os periódicos foram vistos como fontes complementares, para comprovar ou consultar algo. Se relutava em mobilizar uma abordagem histórica por meio da imprensa. No sentido de ampliar os métodos, trazendo análises interdisciplinares, o jornal passou a ser uma fonte fundamental para pensar o cotidiano, porém com algumas ressalvas metodológicas importantes.

Assim, parece ser correto compreender o material encontrado nos periódicos não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações possíveis acerca do assunto pesquisado. Representações essas que, segundo Márcia Espig, foram construídas em uma realidade, sobre a qual incidem determinados filtros (ESPIG, 1998: 276). Acredito que os periódicos são fontes através das quais podemos observar e remontar o dia-a-dia da época pesquisada, sendo uma das formas de se ter acesso às opiniões da intelectualidade sobre as mais variadas questões e também uma das maneiras de se ter acesso ao cotidiano de uma época e de sua visão de mundo. (KARAWEJCZYK, 2010, p.146).

Assim, dialogando com a autora, buscamos no material encontrado no periódico da Imprensa Negra, representações do assunto pesquisado. Neste sentido, o jornal se apresenta como uma importante fonte, principalmente no sentido de ser um fragmento do cotidiano, e sendo assim, referencial para pensarmos como as ideologias são acionadas na vida cotidiana, se encaixando nas pretensões deste trabalho. Essa fonte, da imprensa negra, é produzida pela e para a comunidade negra, trazendo o cotidiano e os argumentos acionados, em um contexto das relações sociais baseadas na racialização. Assim, partimos para pensar esse contexto através do chamado Pós-Abolição.

O *Pós-Abolição* é um campo de estudos que vem propondo refletir o agenciamento de negros/as, na luta por direitos à cidadania, em uma sociedade com heranças estruturais da época da escravidão. Assim, o campo busca observar o período para além do marco

---

<sup>6</sup> Temos no Brasil o pioneirismo de Gilberto Freyre, no uso dos jornais como fontes primárias nos estudos sobre a escravidão. "A análise das fugas de escravos nos jornais tem seu pioneirismo na obra de Gilberto Freyre – Os escravos nos anúncios de Jornais Brasileiros do século XIX – no qual Freyre mapeou mais de dez mil anúncios de jornais pernambucanos, da Corte e demais cidades brasileiras, [...]Freyre, em sua obra, descreveu os anúncios de fugas de escravos do que sistematizou as informações recolhidas, se preocupando mais em evidenciar em seu livro tudo o que recolheu de informações. Mesmo assim, seu estudo sobre as fugas de escravos, então levantamento inédito na área das Ciências Sociais ganhou destaque, principalmente por analisar os jornais enquanto fonte primária principal" (SILVA, 2015. p. 36).

cronológico da abolição da escravidão em 1888, evidenciando códigos e ações que foram acionados por negros/as em liberdade (SILVA, 2017). Esta nova leitura também insere o debate de conceitos como cidadania e liberdade, com seus possíveis significados em diversos atores sociais (MATTOS; RIOS, 2004). Relacionando, portanto, a vivência e ações desse/as sujeitos/as negros/as em um contexto extremamente marcado pela racialização e por uma mentalidade escravagista da elite patronal. Com isso, para pensar além do marco cronológico, é importante a reflexão sobre lutas empreendidas por negros, escravizados, livres e libertos no sistema escravista, onde essas:

Características específicas da escravidão e da população escrava passaram a ser analisadas para apreender aquilo que se tornou um diferencial marcante nos modernos estudos do pós-abolição: os projetos dos libertos, sua “visão” do que seria a liberdade, os significados deste conceito para a população que iria, finalmente, vivenciá-la, e não apenas para os que o definiram nos diferentes momentos do processo de emancipação (MATTOS, RIOS, 2004, p. 173)

Apesar do Pós-Abolição carregar esse marco de término formal do sistema escravista, para compreender as novas complexidades do cotidiano postas, é importante não perdemos de vista a luta da comunidade negra por liberdade em escravidão, que permaneceu na memória, e ficou latente contra esse estigma nas primeiras gerações depois do 13 de maio. Além dessa memória na comunidade negra, também havia uma elite patronal com códigos escravistas, que insistiam em dramatizar e sentir nostalgia de um passado da escravidão (BOM, 2022, p. 230).

A reprodução de discursos hierárquicos que generalizavam as pessoas negras na subalternidade e inferioridade, se tornou um mecanismo de manutenção do privilégio de uma elite branca. Matheus Batalha Bom (2022), em sua tese de doutorado, que tem como proposta pensar o cotidiano racializado e as condições de liberdade através do gênero, trabalho e crime, em Jaguarão, usa um marco cronológico que perpassa alguns referenciais políticos importantes para a liberdade gradual dos escravizados no Brasil. O marco utilizado pelo autor é de 1870 a 1905: estamos falando da Lei do Ventre Livre (1871), Lei dos Sexagenários (1885) e Lei Áurea (1888). Refletindo sobre essa delimitação cronológica para pensarmos o cotidiano de luta da comunidade negra, o autor faz uso do termo pós-emancipação justamente para compreender a continuidade da precariedade da liberdade mesmo com a abolição garantida para todos em lei.

Mesmo após o 13 de maio e com ao advento da República, e as mudanças provocadas, ainda assim negros e negras lutavam para resolver problemas que já não deviam existir mais. A impressão que se tem é que a abolição não chegará até eles.

Uma permanente emancipação tinha que ser agenciada cotidianamente para conseguirem sobreviver. Os brancos, presos na nostalgia escravista, reconfiguraram sua vontade de poder ao racializar os negros. E o gênero como componente importante, também serviu como instrumental opressor que colocava homens negros e mulheres negras em posições diferentes. Gênero e racialização se retroalimentaram [...] A precariedade da liberdade negra, portanto, foi construída historicamente, provocada e alimentada por uma mentalidade assentada na ideia que uns não devem ocupar os espaços dos outros. Negros e negras, no entanto, lutaram, mesmo com as ferramentas mais sutis, para provar que seu lugar, na verdade, era o lugar da humanidade. (BOM, 2022, p. 284)

Assim, a mentalidade, os costumes, e os mecanismos de manutenção das hierarquias são fruto da colonização europeia, e tem como principal contra-argumento a construção de uma cultura do Atlântico Negro. Nesta Diáspora, se formou uma auto imagem, uma identidade das pessoas de cor em resposta a uma estrutura ocidental calcada em mecanismos de opressão baseados na hierarquização da humanidade, principalmente entre raça, gênero e classe. Essa identidade constituída era monumentalizada principalmente para provar seu lugar de igualdade.

Paul Gilroy em seu livro *Atlântico Negro*, buscou traçar a experiência de contato de diversas culturas e vivências africanas que foram conectadas pela Escravidão Moderna. Essas culturas: “Juntas, sua pluralidade, regionalidade e ligação transversal promovem algo mais que uma condição adiada de lamentação social diante das rupturas do exílio. Da perda, da brutalidade, do stress e da separação forçada” (GILROY, 2001, p. 20). E foi desse contato que se constituiu uma experiência compartilhada de cultura negra, forjando uma identidade diaspórica nas resistências cotidianas. Assim, a identidade negra no ocidente é de certa forma híbrida e fluída (GILROY, 2001).

Nesse caminho de pensar a relação entre a identidade diaspórica, racialização e a estrutura de origens coloniais e escravistas, George Reid Andrews (2007 apud. SILVA, 2017) evidencia a América Afro-Latina como uma sociedade multirracial, fundamentada pelas experiências históricas da sociedade de plantation. Já os/as historiadores Flávio Gomes e Mária Verónica Secreto (2017 apud. SILVA, 2017) entendem esta categoria como uma ferramenta teórica que apela para dimensões globais e locais, partindo do micro para o macro, em análises históricas e antropológicas para entender a presença africana no continente latino-americano. Por trás desta categoria, se esconde um conjunto de experiências diversas, dentro de uma sociedade racializada vivenciada pela comunidade negra nas Américas. Segundo Fernanda Oliveira da Silva (2017):

A racialização é apresentada em ambos os grupos de discussões historiográficas como um processo vivido nas Américas assentado em uma hierarquização, com base na ideia de raça. Nesse processo a raça negra ocupa o patamar inferior na hierarquia, estando a branca no superior. Durante a vigência da escravidão, as identidades raciais tinham correspondentes sociais e jurídicos nítidos, no pós-abolição, com exceção dos Estados Unidos, esses correspondentes foram diluídos em outros elementos. Reitero que a ideia de raça seguiu a ser acionada como fator de diferenciação e fundamentou ações mesmo com a abolição da escravidão (SILVA, 2017, p. 27).

Esta concepção de divisão da humanidade em “raças”, foi impulsionada principalmente com *A Origem das Espécies*, em 1859, de Charles Darwin. A influência da obra fez constituir assim, o chamado darwinismo social, que sustentou teoricamente as práticas de cunho bastante conservadoras, principalmente para o imperialismo europeu, que tomou como “seleção natural” a justificativa para a dominação ocidental, do “mais forte e adaptado” (HOBSBAWM, 1977 e 1987; NÉRÉ, 1975; TUCHMAN, 1990; apud. SCHWARCZ, 1993). Influenciando o pensamento social e, reorientando antigos debates teóricos, os darwinistas sociais ressuscitaram, com uma nova força, as perspectivas poligenistas<sup>7</sup> do início do século XIX. Com olhar ocidentalizado para antiguidade, na perspectiva social de “seleção natural”, se constituiu a ideia de diferenças fundamentais das “raças”, e personificavam a “degeneração” provinda do cruzamento de “raças” diversas<sup>8</sup>.

Dando uma ideia natural às desigualdades, na perspectiva europeia de evolução, se universalizou um caminho, para o ideal de progresso e civilização ocidental. As “nações ditas evoluídas” assumiram uma narrativa de empreitada para “levar” a humanidade para o ideal europeu de civilização universal. Evidente que esta concepção não surgiu do nada, e é importante lembrar que no século XIX a dominação europeia já tinha deixado a sua devastação na empreitada do cristianismo de levar a comunidade autóctone, a salvação cristã para esses povos ditos “isolados” e “animalescos”. Com isso, a *raça* é uma visão ocidental, que no discurso dos intelectuais da época, se dizia pretensamente científico, porém vemos como uma construção cultural.

Diante dos "atavismos" próprios daquela noção, a vontade e a ação de indivíduos e grupos seriam nulas. A raça não tinha existência natural, não era um “fato biológico” e muito menos componente cientificamente identificável. Tratava-se de uma

---

<sup>7</sup> Poligenistas eram uma alternativa plausível em encontro com a crescente sofisticação das ciências biológicas e a contestação dos dogmas monogenistas da Igreja. Assim, ao invés de defender uma humanidade única, era defendida a existência de diversos centros de criação, que correspondiam às diferenças raciais observadas. Permitia também o fortalecimento das interpretações biológicas dos comportamentos humanos, vista como resultado das leis biológicas e naturais, encorajado pelo nascimento da frenologia e antropometria, que passava a interpretar a capacidade humana através do tamanho e proporção dos cérebros. Ver: SCHWARCZ, 1993.

<sup>8</sup> No Brasil os cientistas sociais de até meados de 1930, na perspectiva que foi denominada de Racismo Científico, sustentaram o debate central em torno da mestiçagem e da identidade nacional.



poderosa construção cultural, inventada durante a expansão europeia e, busca de territórios, matérias-primas e mão de obra exploráveis, mas também *reinventadas nesses mesmos territórios*. Assim, a raça passou a existir efetivamente como componente das relações estabelecidas entre dominantes e dominados, mas também daquelas estabelecidas entre os próprios dominados (ROSA, 2019, p. 28)

No território dos trópicos colonizados, se tem a construção de uma nacionalidade imaginada. Com o protagonismo europeu que “descobriu essas terras” e as denominou de América. A construção da nação, acabou sendo uma continuidade dessa dominação, que permitiu o apagamento de ancestralidades tidas como desconfortáveis, construindo hierarquias raciais com base na perspectiva de dominantes e dominados.

No Brasil, esse sistema de hierarquização social — que consiste em gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal — funda-se sobre as dicotomias que por três séculos sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/ negros são dicotomias que se reforçam mutuamente simbólica e materialmente. (GUIMARÃES, 1995, p. 35).

Assim, a racialização, de um modo geral, é a essencialização de um grupo étnico, que pode ser positiva, negativa ou a mistura dos dois. A racialização percebe características intrínsecas e duradouras em um grupo que supostamente tem uma origem comum. Racismo é quando se afirma ser uma característica de inferioridade essencial de um grupo, principalmente para justificar a sua dominação.

Como qualquer instituição social, o racismo não continua sozinho, na ausência das atividades humanas, que perpetuam a dominação racial e a essencialização negativa dos grupos étnicos racializados. A reprodução acontece no dia a dia, com a recriação cotidiana das relações sociais do racismo, e de geração a geração. O racismo não é somente uma ideologia, mas também um conjunto de disposições, esquemas de percepção e estratégias de ação – ou seja, um aspecto do habitus – que reforça e legitima a dominação racial. O habitus racial do grupo dominante se reproduz pela internalização das divisões raciais do mundo social, o que implica a possibilidade de mudanças e reformulações no processo de reprodução, sobretudo em circunstâncias novas. (MONSMA, 2013, p. 9).

Assim, se abriu um campo de debates a partir de finais do século XIX sobre o futuro do Brasil e sua identidade nacional, calcado na concepção de raça, em que tiveram diversos atores sociais disputando estes argumentos, sendo a elite científica condutora desse debate. Neste sentido, retomando o que foi discutido no subcapítulo anterior, a História que era contada, pela Escola Metódica, comprometida com a construção da identidade nacional brasileira, “naturalmente” priorizou o protagonismo da nação europeia, que trouxe a suposta “civilização”. Estas elites mantiveram-se no poder mesmo após a independência, e o papel

dos “dominados”, na narrativa histórica foi o da escravidão, a subserviência, a imobilidade, a anomia social, resumindo, um povo sem História.

A ciência, nas teorias eugênicas, de hierarquia racialistas, passou a influenciar no processo de inclusão e exclusão de grupos sociais, fundamentalmente os negros (SILVA, 2017). Todo um epistemicídio da cultura negra foi realizado como projeto político<sup>9</sup>, fundamentado por cientistas e governantes, em combinados argumentos de apagamento de um passado escravista que refletia na cor do ser racialmente dito como inferior.

O contraponto mais significativo para nós negros na universidade, instituição branca, é dar destaque as fontes produzidas pelos próprios sujeitos da comunidade negra, no campo da oralidade, trajetórias, famílias negras, associativismo negro, campesinato negro, quilombo, imprensa negra e etc. Todos os fragmentos do cotidiano produzidos pela comunidade negra ganham protagonismos nos estudos para o combate deste apagamento. Assim, é fundamental o compromisso social no ofício do historiador, frente a escrita da nossa história, em um ambiente onde os pressupostos acadêmicos, neste sistema ocidental, moderno, erudito, sempre excluiu nós negros/as.

Gostaria de chamar a atenção para este problema e tentar delinear sua problemática, porque é tão onipresente na vida e letras afro-americanas, porque eu acho que ele oferece pistas potenciais sobre a forma de pensar sobre o problema da raça e racismo, e porque se articula com as nossas preocupações mais gerais sobre como a história deve ser escrita - e feita. Eu uso aqui em uma marcação em duplo sentido - como o ato de representação que é a marcação de raça e como o ato de inscrição que é a marca da história. Em ambos os sentidos, esta marcação permeia não só os fenômenos dramáticos e globais do nosso mundo, mas faz parte dos eventos “comuns” da vida cotidiana e é perpetrada por pessoas “comuns”. Em tudo isso, ele se junta a questões sobre a filosofia e a prática do nosso ofício, sobre as políticas intelectuais e formais do nosso tempo, e sobre a experiência vivida de uma geração buscando fugir da maldição da modernidade - a alienação do trabalho da [from] vida. (HOLT, 1995, p. 4)<sup>10</sup>

Com isso, após uma apresentação geral, do objeto, das concepções historiográficas, e do campo de estudos, entendo que o trabalho de conclusão de curso está com suas bases estabelecidas. Vejamos então a divisão dos capítulos. No Capítulo 1 “A constituição da Fronteira Negra”, irei abordar a formação de Jaguarão, desde seus primeiros povoamentos, e as pretensões políticas e econômicas que haviam neste território de fronteira. É importante

---

<sup>9</sup> Um artigo interessante que reflete sobre como a supervalorização da cultura ocidental vem causando um apagamento sistemático nas culturas não ocidentais e em especial da cultura africana: GARIGHAN, Grégorie. Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano. *Jornal da Universidade*, 2021. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/>>. Acesso em: 19 de julho de 2023.

<sup>10</sup> Tradução do artigo realizada e gentilmente cedida por Fernanda Oliveira Da Silva .

destacar a massiva presença africana e de seus descendentes na constituição desta localidade, uma cidade negra, com uma forte protagonismo nas organizações sociais de Jaguarão.

No capítulo 2 “A luta por direitos resignificada e centrada em torno do anti racismo nas páginas e nos bastidores da Imprensa Negra”, veremos algumas experiências de Imprensa Negra, focalizando posteriormente no jornal de Pelotas, A Alvorada, onde buscarei refletir sobre os intelectuais orgânicos, que se colocavam como porta vozes da comunidade negra local e regional, tendo suas organizações, como a Frente Negra Pelotense e Campanha Pró Educação. Além disso, os militantes negros do jornal influenciavam na constituição de uma mentalidade negra, transcendendo a cidade de Pelotas, que aparece nas correspondências com Bagé, Pedras Altas, Cerrito, Pinheiro Machado e Jaguarão.

Já no Capítulo 3 “Correspondências e circulação do jornal A Alvorada no Rio Grande do Sul”, vou abordar a circularidade da A Alvorada na região sul, tendo como perspectiva a sua circulação em Jaguarão, primeiro em colunas sociais, e posteriormente como suplemento, O Jaguareense, partindo com os seguintes questionamentos: quais cidades mostravam uma intimidade entre comunidade negra local e a de Pelotas, tendo o jornal A Alvorada como a ponte desta relação? Como era a chegada das remessas de jornal saindo da cidade de Pelotas com destino às localidades apontadas? Como se dava essa articulação dos representantes do jornal com os agentes desta localidade?

Assim, não serão propostas respostas, nem argumentos fixos, mas sim possibilidades de interpretações que os estudos na graduação abriram para um sujeito que vivencia essa estrutura racista do Pós-Abolição, e busca compreender um pouco desse mecanismo de opressão que complexifica e suprime as possibilidades de uma vida digna. Com isso o diálogo com o passado através da Imprensa Negra, as trajetórias de pessoas negras contra a estigma racial, as lutas por direitos de cidadania, as conexões familiares para melhor viver no cotidiano, isso tudo se tornam uma abertura de frestas pro passado, para voltarmos ao presente sentindo toda a complexidade que nos rodeia. Seria este o compromisso deste trabalho, num movimento de certa forma pedagógico, de abrir questionamentos.

## **Capítulo 1: A Constituição de uma Fronteira Negra**

Pretendendo pensar o contexto local do objeto da pesquisa, evidenciando as heranças que carregam a atuação e circulação do jornal negro A Alvorada em Jaguarão,

fundamentalmente o suplemento inserido dentro deste, intitulado “O Jaguareense”. Refletirei, portanto, o contexto que estão inseridos e os lugares de atuação desses/as trabalhadores/as negros/as jaguarenses no início do século XX. Espaços diversos como os clubes sociais, sociedade operaria, irmandades religiosas e entre outras articulações cotidianas de resistência negra.

## **1. 2. A Formação de Jaguarão uma cidade negra**

O município de Jaguarão faz fronteira com Rio Branco, cidade que compõe o norte do Uruguai. Tem boa parte de sua arquitetura, no centro histórico preservada, que remete a um período em que a principal fonte econômica estava em alta, o charque, e impulsionado também por outros meios como o comércio e a criação de gado.

Em pesquisa sobre a cidade fronteiriça, a ocupação desta fronteira caminha com as iniciativas de povoamento do Estado do Rio Grande do Sul, que foi tardio e iniciado principalmente por interesses estratégicos, de caráter expansionista do Império Português, com introduções de imigrantes principalmente das ilhas portuguesas.

Vigorava na região uma economia de caráter predatório, com incursões de tropeiros que vinham arrebanhar os gados bovinos e mulas. A partir do desenvolvimento das charqueadas, na metade do século XVIII, houve o aproveitamento da carne bovina no território gaúcho, favorecendo o desenvolvimento da região da campanha, território onde se delimita a fronteira (LONER, 2016).

No final do século XVIII, com a doação de sesmarias, os portugueses avançaram e passaram a povoar, efetivamente, os territórios que conformam a atual fronteira meridional do estado gaúcho. Nestas paragens tiveram início as produções agrícola e pecuária, onde, aos poucos, os rebanhos foram tomando as extensões de campo, próprias para as pastagens. (LIMA, 2010, p. 62)

Assim, na região sul do estado gaúcho, ocorreu o desenvolvimento de uma sociedade com características latifundiária, pecuarista e escravista. A formação da fronteira acompanhou este processo, entre 1790 e 1792, “[...] as autoridades portuguesas concederem terras a colonos lusos interessados na costa do Rio Jaguarão, da Lagoa Mirim e de seus afluentes” (LIMA, 2010). Jaguarão foi fundada para ser sede de uma guarda militar, em 1802, no contexto da chamada Guerra das Laranjas, que gerou consequências na disputa do território entre Portugal e Espanha. Pela posição estratégica, o território era fundamental para o projeto expansionista português:

Com a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento (1690) pelos portugueses, iniciaram-se avanços e recuos nos limites dos territórios entre os atuais Uruguai e Rio Grande do Sul. Essa região desde o início de sua ocupação europeia foi caracterizada pela instabilidade e formação de uma sociedade militarizada. A militarização apontada teria se constituído, de acordo com Luiz Roberto Pecoits Targa, pela necessidade constante de defesa de seus territórios. Assim, a guerra, o contrabando, o comércio e o controle de homens e rebanhos proporcionaram a esse território, oportunidades de enriquecimento e poder. O Rio Grande do Sul por ter se constituído numa região fronteiriça, não poder ter sua história compreendida fora das relações culturais, sociais, políticas e econômicas próprias desse espaço. (FERRER, 2011, p. 27)

Roberto Duarte Martins (2001) aponta que na fronteira sulina, desde o início, se começa a moldar a sociedade com caráter militar. A sociedade sulina se via como um contraste do resto do Império. A casta mais abaixo, a dos livres, eram peões nas estâncias que trabalhavam por jornadas e os escravizados com algumas modalidades de trabalho.

A sociedade rio-grandense era composta também de homens livres, que estavam vinculados às classes média e inferior da estrutura social. Eles sofriam a concorrência do trabalho escravo ou dos estrangeiros mestres-de-ofícios. O centro da sociedade era ocupado pelos militares, formando com os estancieiros e grandes comerciantes as classes superiores. (MARTINS, 2001. p. 21)

Porém é importante afirmar que a demarcação da fronteira, a lógica da ocupação colonial portuguesa e o seu projeto expansionista para este território, foi fundamentalmente construída na base do sistema escravista<sup>11</sup>. Com isso, foram trazidos para Jaguarão, desde as primeiras sesmarias concedidas pelo Império Português, escravizados/as africanos/as e descendentes. E com a expansão agrícola e das charqueadas este contingente de pessoas negras foi só aumentando no município.

Gustavo da Silva Gularte (2015) em sua dissertação de mestrado, buscou compreender as características da formação da fronteira meridional, principalmente de sua estrutura produtiva. Trazendo importantes informações sobre o abastecimento das charqueadas, como seu peso na economia do município, a composição dos rebanhos de gado vacum e as atividades agrícolas entre os anos de 1802 e 1834.

O autor buscou evidenciar também a influência dos conflitos bélicos na região, sendo assim uma região agrária moldada pela guerra, funcionando o conflito bélico como um “[...] mal necessário para expansão” (GULARTE, 2015, p. 91). A diversidade na pecuária até 1820, quando a produção do gado vacum se tornou predominante, foi compassada com a posse da mão de obra escravizada disseminada na maior parte das unidades produtivas. Gularte buscou

---

<sup>11</sup> Gabriel Aladrén foi um dos primeiros a afirmar este fato para a região, em sua tese (ano?).

realizar o levantamento dos inventários *post mortem* que se referem a região de Jaguarão, para entender esse início da consolidação da localidade. Em seus estudos, ficou evidenciado que o patrimônio produtivo se distribuía da seguinte forma: “[...] 39% escravos, 34% animais, 25% terra e 2% equipamentos” (2015, p. 64).

Gularte chamou a atenção para o elevado percentual de escravizados/as. Seja na campanha de Buenos Aires ou em toda Capitania do Rio Grande de São Pedro, o padrão comum foi de os animais comporem a maior porcentagem dos bens produtivos rurais, diferente de Jaguarão, que apresentava um número elevado de escravizados. Assim, se tem a conclusão de que o trabalho escravizado foi indispensável para os produtores se estabelecerem naquelas terras de domínio português (GULARTE, 2015).

A localidade, poucos anos após as primeiras ocupações, estava em plena expansão, principalmente pela forte ligação de Jaguarão com o comércio atlântico de escravizados/as. Com destacada posição e conexão do Rio Jaguarão com a Lagoa Mirim e conseguinte a Lagoa dos Patos, fazia escoar o trato de escravizados/as a partir do porto de Rio Grande. Se realizava assim na região a chamada “terceira perna” do tráfico, trazendo africanos/as recém chegados nos principais portos do país, do Rio de Janeiro e de Salvador (BERUTE, 2006)

Ainda nos inventários *post mortem*, Gularte (2015) nos apresenta a distribuição da posse cativa no meio rural, em que chama a atenção o elevado percentual de 81% dos proprietários que tinham um plantel de até 9 cativos/as, e detinham 41% do total de escravizados/as. Enquanto, por outro lado, havia uma concentração de 43% dos/as cativos/as nas mãos de apenas 8% dos proprietários, evidenciando uma elevada distribuição da posse de escravizados/as nos pequenos produtores rurais.

Com isso, embora houvesse uma elite que concentrava boa parte da mão de obra escravizada, se conclui que também ocorreu a disseminação da posse entre muitos pequenos e médios proprietários. Podemos afirmar até aqui, que a produção do charque em Jaguarão foi responsável pelo elevado número de escravizados naquela fronteira, porém não só ele, visto principalmente a porcentagem elevada de mão de obra escravizada em pequenos proprietários, disseminados no trabalho rural, e uma parcela no pequeno perímetro urbano

Portanto, há a necessidade de rompermos com a visão tradicional que vincula quase que de forma automática índices elevados de população cativa com a economia charqueadora. Pelo que parece indicar a documentação consultada, a atividade pecuária realizada naquela fronteira era suficientemente rentável, a ponto de drenar grande parte do contingente escravo que consta nas fontes primárias referentes a Jaguarão. As atividades agrícolas e a produção do charque também demandaram uma parcela dessa escravaria, ainda que em proporções menores (GULARTE, 2015, p. 99).

Jaguarão foi elevada a Vila no dia 6 de julho de 1832, e a Câmara Municipal instalada em 22 de maio de 1833. Neste mesmo ano, a Presidência da Província ordenou a realização de uma Mapa da População local, onde foi confeccionada uma lista de 5.457 indivíduos, em que 52,34% (2.856) eram brancos e 47,66% (2.601) eram considerados pretos, dentre os últimos 70 eram libertos, o que dá uma porcentagem de 46,38% de escravizados/as. Em termos de gênero, 52,38% eram homens brancos e 47,62% de mulheres brancas, e 34,17% de homens pretos e 35% de mulheres pretas. A naturalidade, nos índices, foi dividida entre naturais (ou crioulos) ou da Costa, não determinando nação específica, sendo 60% da população registrada como africana em relação aos nascidos no território (MOREIRA, 2009, p. 3).

Nesta perspectiva Paulo Roberto Staudt Moreira (2009) nos apresenta a documentação referente a um ofício de 26 de outubro de 1859, onde os vereadores de Jaguarão enviaram ao Presidente da Província, a “Estatística geográfica, natural e civil” do município, que englobava, além da sede, os distritos de Arroio Grande e Herval.

Se destaca a agricultura para consumo interno e comercialização de excedentes para região. A criação tinha destaque no distrito de Arroio Grande e Jaguarão, sendo o mesmo número de fazendas, 22 e respectivamente um rebanho de 60.000 e 25.000 reses. Já no comércio, em Herval existiam 14 casas de negócio pequenas, em Arroio Grande 17, e em Jaguarão 66 casas de negócios. Nas artes e ofícios, nas lojas e trabalhadores especializados, havia cerca de 350 oficiais, sendo 228 livres e 117 escravizados, nas variadas profissões, como ourives, carpinteiro, alfaiate e etc (MOREIRA, 2009, p. 6). Podemos observar, que Jaguarão fora marcada como sendo uma cidade destacada pelo comércio, e um movimentado perímetro urbano, onde a comercialização e os ofícios ligados à pecuária predominavam.

Conforme foi se passando o século XIX, a concentração da mão de obra escravizada na posse de pequenos senhores foi aumentando, como aponta Matheus Batalha Bom em sua dissertação. Entre 1860 e 1869, os senhores com até nove escravizados passaram a ser 81% dos inventários, detendo 53% destes trabalhadores. Aponta também um aumento para as décadas entre 1870 e 1888, onde os pequenos proprietários detinham aproximadamente 60,6% dos escravizados (BOM, 2017).

O mesmo autor, aponta para o desenvolvimento urbano de Jaguarão, e sua proximidade com o perímetro rural. Nessa relação, nos apresenta as posturas municipais de 1871, que exemplificam o comportamento esperado e exigido ao público, e explica:

Embora a zona rural fosse bem maior que a área urbana, o grosso dos artigos das posturas voltavam-se para o ordenamento das relações sociais na urbe. Depara-se, certamente, com a existência de artigos que procuravam ordenar a vida no espaço rural, ainda que em número bem menor. Isso permite presumir que o poder privado

atuava mais livremente nos espaços mais distantes do centro urbano, já que neste último a mobilidade era monitorada com mais facilidade, visto que as autoridades municipais e policiais encontravam-se mais próximas (BOM, 2022, p. 50)

Essa forte presença africana no território, e o contexto de constituição do município, que condiz com o processo de urbanização e fortalecimento de medidas higienistas nas principais cidades do país, marcou Jaguarão como um espaço urbano marcado pela segregação e controle da população negra. Principalmente com o objetivo de estabelecer uma nova ordem de convívio social e normatizar práticas individuais e coletivas, se estabeleceu assim, como no resto do país, os já citados Códigos de Posturas Municipais (VICENTE, 2016, apud LIMA, 2010).

Andréa da Gama Lima (2010) analisou os códigos de posturas instituídos em Jaguarão. É importante refletir sobre este estabelecimento de controle, principalmente voltada a população negra, que fica evidente no Artigo 78 que trata do toque de recolher: “[...] todo escravizado que fosse encontrado de noite depois do toque de recolher, na rua, sem escrito do seu senhor [...] seria punido com 25 açoites, e entregue ao seus senhores salvo quando este pagasse a multa de 10\$000” (LIMA, 2010. p. 88). Ainda, fica perceptível no Artigo 81, que afirmava não ser permitido “[...] consentir que o escravizado ‘vivesse sobre si’ dentro da cidade e nos subúrbios, sendo obrigados a pernoitar na casa de seus senhores ou amos quando estivesse na rua ao ganho” (LIMA, 2010, p 30).

Havia todo um aparato de controle dos/as escravizados/as, se dando através da regulação dos espaços, da vigilância, cercamentos e punições, que tinham o objetivo de aumentar a força econômica e diminuir a autonomia política desses/as trabalhadores/as (LIMA, 2010). Aparato este que não deixou de existir após 1888, havendo até aprimoramentos, mas o alvo continuou sendo a população negra. Porém a resistência a essa opressão cotidiana por parte da população negra também permaneceu. Assim, vou destacar algumas dessas resistências na cidade, tendo foco nas buscas pela liberdade.

## **1.2 Resistências no cotidiano da fronteira.**

Tiago Rosa da Silva (2015), que elaborou um importante trabalho sobre as fugas noticiadas nos jornais hegemônicos da cidade na sua pesquisa intitulada “Uma Fronteira Negra: Resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873)”, propõe através da análise dos anúncios de fugas de escravizados/as, mapear o



perfil destes indivíduos. Ainda, reflete sobre a circulação de escravizados/as nos espaços urbanos, forjando estratégias de resistências.

Presentes nos jornais jaguarenses, mesmo que em número pequeno devido à carência das fontes, as fugas pela cidade de Jaguarão tornam-se um grande potencial para análise da vida em cativeiro, no qual aparecem várias características dos negros fujões, como sinais corporais, possível destino, o que levou na empreitada, aspectos sobre a fala dos cativos entre outras características, visto a particularidade da fuga e do seu agente (SILVA, 2015, p. 35).

O autor ressalta a predominância de homens, escravizados fugidos e anunciados nos jornais, sendo no total, de 43 anúncios, 80,95% dos casos analisados. Porém, o autor atenta que esses dados não significam que as mulheres não fugiam, ou não resistiram. Levando em conta a natureza das fontes, os jornais acreditavam que as fugas eram incentivadas por terceiros. Além da possibilidade de as mulheres terem mais chance de sucesso por possuírem mais estratégias de permanecerem ocultas, empregando-se em residências e outras casas, exercendo funções domésticas similares (SILVA, 2015, p. 37)

Outro fator de debate sobre a predominância de fugas do sexo masculino na sociedade escravista brasileira foi atrelado a questões de família e laços parentais. Depois de ter filho, dificilmente a mulher se arriscaria a meter o pé, pois a fuga, como já explicitada em linhas anteriores, era um ato de risco para o cativo, e em muitos casos poderia dar errado, comprometendo não só a sua vida, mas de seus filhos [...] em muitos casos as mulheres possuíam o privilégio de adentrar o interior da casa de seus senhores, no qual exerciam funções domésticas (lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras), e no qual pensariam duas vezes em se arriscar na fuga. Devemos analisar essas questões como uma estratégia de sobrevivência, e não de acomodação, pois o trabalhador escravizado sabia o que era um cativeiro justo, ou no mínimo tolerável. (SILVA, 2015, p. 37)

Tiago Silva, cita o caso de uma mãe que efetuou sua fuga deixando três filhas. A escravizada Christina, que era declarada como “preta”, rumou sozinha para buscar a liberdade em solo uruguaio, e foi anunciada como em fuga no jornal O Echo do Sul em 1857. Indagando-se sobre os motivos, Tiago Rosa da Silva, trouxe algumas reflexões a respeito. Trouxe assim, dois “motivos” imaginados. O primeiro seria para preservar a integridade das filhas, visto que a fuga representava diversos riscos a sua vida, desde a captura e açoitamento, até a morte afogada no rio, já que em muitos casos a travessia se dava a nado. Já o segundo motivo seria de a estratégia de Christina era se estabelecer primeiro em território uruguaio e assim depois articular a ação de fuga de suas três filhas. Era um manejo dos protagonismos evidenciados na “[...]” articulação escrava e nas suas ações políticas, em que percebendo a fragilidade da região fronteiriça depois do processo abolicionista uruguaio tenha motivado

fugas e realçado redes de solidariedade de libertos – na Banda Oriental - e escravos em solo rio-grandense.” (SILVA, 2015. p. 26).

Outra importante referência, para pensar este território fronteiriço é Jônatas Marques Caratti (2013). O autor, baseado na metodologia da Micro-História e a História Comparada, entrecruzou fontes e reconstruiu o passado para evidenciar a relação fronteiriça entre Brasil e Uruguai, em que no primeiro ainda era permitido o usufruto de mão de obra escravizada, e no segundo a abolição da escravidão ocorreu antes, em 1842 e 1846. O autor refletiu como essa fronteira era manejada nas pretensões por liberdade das pessoas escravizadas, além das pretensões de comerciantes de escravizados de efetuar sequestros e suplementar o tráfico interno.

Caratti observou a trajetória de dois sujeitos sequestrados no Uruguai. O pardo Anacleto, brasileiro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que foi mandado para trabalhar nas estâncias de seu senhor, Antônio Escouto, em solo uruguaio. Lá foi sequestrado e vendido na vila de Jaguarão, no ano de 1860. E a preta Faustina, uruguaia da cidade de Melo, Departamento de Cerro Largo, filha de Joaquina Maria que era escravizada em Jaguarão, e que efetuou sua fuga bem sucedida para o território uruguaio. Faustina acabou sendo raptada por um capitão do mato em 1852 por Manoel Marques Noronha, que procurava o paradeiro de sua mãe (CARATTI, 2011, p. 4). Percebendo que os dois personagens tinham uma passagem por Jaguarão, o autor foi levado a investigar a importância de Jaguarão como ponto de passagem e venda de cativos.

Minha hipótese era que Jaguarão era um local importante de contatos entre compradores e vendedores de várias partes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Jaguarão foi o quinto município da província em número de transações comerciais envolvendo escravos (605 escrituras). Além disso, no ano de 1859 foi o segundo município em número de cativos de toda a província (5.056), perdendo somente para a capital, Porto Alegre (8.414). (CARATTI, 2011, p. 8)

É importante termos em vista que as rebeldias funcionavam como um limite aos excessos da tirania senhorial. Segundo João José Reis e Eduardo Silva (1989), o que se generalizou foi a “resistência silenciosa”, que perpassa a vida cotidiana, como as reivindicações por pedaços de terra para a subsistência, e até o direito a venda de excedentes, na chamada “brecha camponesa”. Ainda, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma, demandas por melhores condições de trabalho, também foram reivindicações importantes (REIS; SILVA, 1989):

Seja como for, já não é possível pensar os escravos como meros instrumentos sobre os quais operam as assim chamadas forças transformadoras da história. Não

podemos, tampouco, pensá-los como um bloco homogêneo apenas por serem escravos. As rivalidades africanas, as diferenças de origem, língua e religião – tudo o que os dividia não podia ser apagado pelo simples fato de viverem um calvário comum (REIS; SILVA. 1989. p. 20).

Francisca Ferrer (2011), em sua tese de doutorado, destacou a luta pela liberdade na fronteira, evidenciando três estratégias de liberdade: as fugas para o Uruguai; a utilização de ações de liberdade e também de escravidão; e a participação dos escravizados como soldados na Guerra do Paraguai. Ainda, analisou a imposição de limites ao poder do senhor, através de crimes com vista o alcance da liberdade (FERRER, 2011, p. 108).

As fugas, como venho apresentando aqui, conversando com as pesquisas sobre a cidade, tem uma íntima relação com a fronteira, e era necessária uma estratégia bem definida, e uma rede de contato de confiança do outro lado do rio. Indo para a perspectiva dessas estratégias, Francisca Ferrer analisou as fugas anunciadas no jornal, e também em processos criminais. É interessante perceber a conclusão da autora ao analisar esses processos crimes, que mostrou a partir de uma análise de uma insurreição, a articulação de uma rede de pessoas, escravizados, livres e libertos, trabalhadores de diferentes estâncias:

A partir desse processo-crime podemos perceber que as fugas não eram apenas individuais ou se concentravam em uma estância, pelo contrário, poderiam ser organizadas em proporções maiores, como essa insurreição apresentada. Nessa estratégia de fuga, verificamos que os líderes do levante pertenciam a diferentes estâncias e ainda possuíam a ajuda de um liberto que provavelmente já estava estabelecido na república uruguaia, onde os fugitivos buscavam chegar para alcançar a liberdade (FERRER, 2011, p. 116)

Outra perspectiva de busca de liberdade apontada pela autora, são as ações de liberdade, que são ações civis, onde advogados a partir de apelação fundamentada em tratados, decretos e leis, ou seja, no aparato jurídico, poderiam garantir a liberdade de escravizados<sup>12</sup>. Também havia a estratégia de os sujeitos irem à Justiça para justificar fugas e crimes, e até o apadrinhamento de outros agentes, para ir contra aos desmandos de seus senhores e feitores. Como apontam os jornais da época, esses castigos excessivos eram denunciados pela imprensa local, em um processo que evidencia que pouco a pouco o sistema escravista estava se deteriorando (FERRER, 2011).

Os escravos ao fugirem e pedirem auxílio às autoridades policiais e judiciais demonstravam a quebra do poder absoluto dos seus senhores. As denúncias de longas jornadas de trabalho e de castigos corporais também foram outras formas de enfraquecimento do domínio escravista, assim como, os conflitos nas propriedades que, muitas vezes, acarretam desfechos violentos, com o ferimento ou morte de

---

<sup>12</sup> Para mais informações no contexto imperial ver: GRINBERG, 1994;2007. Ver também: BARRETO DE SÁ, 2011.

fatores e senhores. Junto a esses movimentos dos cativos, os grupos emancipacionistas/abolicionistas também cresceram e se fortaleceram em todo o Brasil (FERRER, 2011, p. 185)

Aqui é importante dar um destaque às alforrias, e o progresso da luta abolicionista no Brasil e no Rio Grande do Sul, principalmente posterior à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), em que muitos escravizados foram soldados e tinham a promessa de sua libertação. Francisca Ferrer notou em diferentes jornais, que havia um discurso que denunciava a reescravização dos soldados libertos, assim como alguns relatos de maus tratos. Assim, o discurso emancipacionista começou a ganhar apoio popular, e houve um grande número de sociedades abolicionistas surgindo neste contexto, organizadas principalmente por uma elite intelectual republicana e anti-monarquista. Em Jaguarão se fundou em 1881, a Sociedade Emancipadora Jaguareense, que em seu estatuto se definia com os objetivos de “[...] libertar os escravos e lhes proporcionar apoio após a liberdade ser concedida. Esse apoio se fundamentava na inserção dos ex-cativos na sociedade” (FERRER, 2011, p. 190).

Porém, ao analisar no artigo 2, título 7 do Estatuto, sobre as obrigações dos libertos, a autora percebeu uma relação imposta. A alforria dita “doada” nas festas da Sociedade, era concedida em troca de um compromisso do liberto em pagar por sua liberdade, e continuar “doando” pecúlio como sócio efetivo. Assim quem comprava a liberdade eram os próprios cativos (FERRER, 2011, p. 191). O fundamento destas concepções de liberdade senhorial era baseado na ideia de indenização e tutela dos libertos. Matheus Batalha Bom apresenta uma reflexão sobre o sentido da narrativa republicana ao discurso abolicionista<sup>13</sup>:

A Sociedade Emancipadora Jaguareense, no final do período oitocentista, e os republicanos, naquele tempo, pregaram o fim da escravidão, denunciaram como o sistema político monárquico era convivente com a perpetuação da instituição escravista. Ao mesmo tempo, tentavam cooptar os libertos e instruí-los ao trabalho disciplinado. Nos discursos dos republicanos, em sua maioria, existe a associação escravidão/monarquia, e com isso fazem questão de mostrar com o republicanismo destruiu essas duas instituições. Os negros, portanto, receberam apoio retórico, pois na prática os republicanos não estavam preocupados com a situação deles, mas sim com a defesa das bases republicanas. Os negros, para os republicanos, seguiam

---

<sup>13</sup> É interessante perceber o caráter da narrativa abolicionista no Brasil, no exercício comparativo com o abolicionismo nos Estados Unidos. Em artigo, Célia Maria de Azevedo (1996) trouxe essa comparação. Sintetizando ela mostra que no Brasil, a atmosfera intelectual, republicana, anticlerical e majoritariamente branca predominou na construção deste discurso abolicionista, assim a escravidão e o escravizado era um inimigo para o progresso da nação. Enquanto que nos Estados Unidos, a memória da independência que tem seu argumento contra a tirania britânica, somado ao discurso religioso, coloca o escravizado como o irmão que está sofrendo contra a tirania dos senhores do sul, além de boa parte da narrativa sobre a escravidão foram contada nas biografias de ex-escravizados. Tem outros aspectos apresentados que são importantes, mas é interessante lembrar que essa narrativa deu processos de relações raciais diferentes em cada país, porém no decorrer do processo, os dois países desenvolveu um racismo anti negro.

como mão-de-obra, não na relação escravidão/monarquia, mas na relação entre a liberdade submissa e a República (BOM, 2022, p. 228)

Assim, pretendi mostrar nesta parte que a luta pela liberdade no sistema da escravidão se deu de diversas formas, porém foi protagonizada pelas pessoas negras. Não sendo realizado de forma isolada, esse protagonismo foi exercido articulado com a sociedade, seja entre seus próximos, ou com a elite local, mais precisamente a republicana, e essa articulação foi fundamental para a deterioração do sistema escravista. Portanto, a comunidade negra além de lutar para melhores condições de vida, que conseqüentemente derrubou a escravidão, também construiu espaços próprios de luta por cidadania, já que a reparação da escravidão não foi efetivada enquanto política pública no país.

### **1.3 As Irmandades Religiosas e o Associativismo negro**

Uma tradição social recorrente na totalidade das cidades brasileiras foi o catolicismo, principalmente assentado enquanto articulação de estratégias mútuas de assistência. Neste contexto, as irmandades religiosas tiveram papel até pelo menos o século XIX. Essa forma de organização religiosa teve suas raízes nos chamados "colégios" romanos e "guildas" germânicas (GRIGIO, 2016)

As irmandades são associações religiosas formadas por leigos e com isso a administração era feita de forma simples, possuindo um estatuto que estabelecia o funcionamento da irmandade, as obrigações e benefícios de cada membro. Tinham como objetivo principal promover a devoção de um "santo", e a partir de critérios de hierarquização social, integravam a experiência das chamadas Sociedades de Socorro Mútuo.

Elas procuravam responder a várias funções, que iam do auxílio espiritual à prestação de socorros mútuos e ações de caridade que beneficiaram mendigos, doentes, presos, peregrinos, viajantes, etc. As irmandades religiosas acompanharam a expansão ibérica dos séculos XV e XVI e passaram a fazer parte do cenário religioso da África, da Ásia e da América, pois a expansão marítimo-comercial trazia consigo também uma justificativa religiosa, a expansão do cristianismo (GRIGIO, 2016, p. 35)

Aqui, para as pretensões deste trabalho, vamos ver o caso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que era a mais popular entre a população negra. Ênio Grigio (2016) em sua tese de doutorado, buscou caracterizar a relação da comunidade negra com a Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Santa Maria, cidade do centro do Rio Grande do Sul. Antes de trazer

o caso, o autor fez uma construção das devoções à Nossa Senhora do Rosário. Esta foi sendo construída a centenas de anos através de mitos religiosos e fatos históricos lembrados pelo cristianismo, para ser utilizado como um elemento de conversão e manutenção da fé católica. Para explicar a adesão da comunidade negra a esta santa, existem diversos pontos de vista, que passa por uma perspectiva prática, de adesão ao mundo branco, por ordem espiritual ou similaridade dos santos católicos com os orixás. Mas para além de achar motivos, temos que destacar que:

Milhões foram transportados de um continente ao outro e uma realidade completamente adversa e desumana estava posta. Para os negros, elas surgiram como um mecanismo de solidariedade, de ajuda mútua, de manutenção ou constituição de novas identidades e de novas releituras diante da desagregação social e cultural provocada pela escravidão (GRIGIO, 2016, p. 51)

Fugindo da dicotomia de acomodação e/ou resistência, é importante ampliar o campo de interesse para dentro das irmandades, onde se destacam algumas preocupações para um melhor viver, tanto no plano carnal e espiritual, principalmente para o senso de comunidade de estar presente com seus semelhantes e poder auxiliar e ser auxiliado. Administrar uma instituição religiosa e ser reconhecido como membro da sociedade através de ritos como o batismo, o casamento e a morte, trazia certos prestígios de afirmação política cotidiana. Além do Rosário, se destacou também na região, a Irmandade Nossa Senhora da Conceição, que também aceitavam homens e mulheres negras (AL-ALAM; OLIVEIRA, 2021)

O catolicismo não era importante apenas pelas formas de se relacionar com o mundo espiritual, mas fundamentalmente, era o mecanismo de ritualização com a máquina pública. [...] Era a Igreja Católica que registrava, que dava existência aos indivíduos no antigo Império Marítimo Português e, depois, no Estado Nacional brasileiro. Desde cedo, africanos e afro-brasileiros descobriram na relação com o mundo católico a possibilidade de experienciar estas relações mais carnis do que espirituais. Ainda, foi no mundo católico e em sua ritualização que esta comunidade negra construiu laços associativistas, de mútua ajuda aos membros comunitários (AL-ALAM; LIMA, 2018, p. 44)

Em Jaguarão, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário foi fundada no dia 17 de maio de 1860, pelo padre Joaquim Lopes Rodrigues, que era devoto de Nossa Senhora e veio da Bahia um ano antes. Provavelmente, trouxe trazendo consigo toda a experiência das organizações da comunidade negra daquele território junto a Igreja, evidenciando a conexão com o mundo Atlântico e a diáspora africana para a cidade. Dentre os fundadores estão escravizados e libertos, constituindo um importante espaço do associativismo negro na cidade fronteiriça.

Essas irmandades eram fundamentais, pois além de abrigar a espiritualidade, assim como a religiosidade dessas pessoas negras, também era um espaço de sociabilidade, pois a arrecadação com os seus sócios garantiam a humanidade dessas pessoas, principalmente para

a ritualização de um funeral digno. Além disso, existem indícios de que fomentavam o letramento de seus membros. Esse espaço de fortalecimento dos laços, que garantiam a ajuda mútua, também foram espaços de arrecadação para compra de alforrias de seus participantes e familiares. Essa tradição da Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Jaguarão teve continuidade nas organizações associativas e políticas de protagonismo negro no século XX (AL-ALAM; OLIVEIRA, 2021).

Em Jaguarão, o primeiro clube social negro surgido, que foi o Clube 24 de Agosto em 1918, tinha diferentes membros de suas direções compondo os espaços diretivos da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, talvez o principal nome sendo o de Theodoro Rodrigues. Esta liderança negra da cidade, além de fazer parte do núcleo fundador do Clube 24 de Agosto, foi membro do Rosário e também participou da Sociedade Operária Jaguarense, outra entidade católica. (MACHADO, 2022, p. 31)

O Clube 24 de Agosto, que está ativo ainda hoje, foi fundado em 1918, e foi um importante espaço de ajuda mútua da classe trabalhadora negra no início do século XX. Foi um local próprio da comunidade negra, de sociabilidade, de letramento e aprendizado de ofícios, além de uma forte participação na vida cultural da cidade, como no carnaval, com o Cordão Carnavalesco União da Classe, fundado em 1924 (MENA; FRANCO 2022, apud AL-ALAM, 2018; OLIVEIRA, 2018; NUNES, 2010). Além do 24, temos o Clube Recreativo Gaúcho, segundo clube negro da cidade, que estava articulado com as manifestações da comunidade negra, criado a partir do Bloco Carnavalesco Malandros do Amor. O Clube teve também um time de futebol, o Gaúcho Futebol Club, e também como o 24, construía festivais culturais na cidade (AL-ALAM, 2019). É importante enfatizar o protagonismo negro nesses clubes, principalmente na construção dessas atividades, que tinha como foco as pessoas negras.

Trabalharei melhor o assunto sobre as organizações negras em Jaguarão, no terceiro capítulo, que será relacionado com as colunas sociais da cidade na A Alvorada. Mas é importante demonstrar aqui a articulação de sujeitos como Theodoro Rodrigues, líder operário negro, que esteve em diversos espaços religiosos e operários, além de suas articulações políticas partidárias. Outro fundador do Clube 24 de Agosto, Malaquias Oliveira, também tem uma trajetória interessante enquanto mediador, sendo sócio da Sociedade Operária, e possivelmente tinha relação próximas com Zeferino Lopes Moura, um dissidente da ala de Carlos Barbosa Gonçalves no Partido Republicano Riograndense, as duas facções que disputavam a hegemonia política na cidade<sup>14</sup>. Há uma memória local de que muitos negros

<sup>14</sup> É importante evidenciar o período da Primeira República marcado pelo coronelismo, Nycole Schmitt Andrade destaca a disputa das eleições de 1917, e o confronto entre a ala Carlista, representada na cidade por Gabriel Gonçalves, e a Zeferinista, representada por Zeferino Lopes de Moura. E destaca eles como: “como coronéis

mantinham relação com a ala Carlista<sup>15</sup>. Diferente de Malaquias, que teve relações específicas clientelismo com Zeferino, padrinho de seu casamento:

A partir disso, duas hipóteses se originam da relação de Malaquias com a política local. A primeira pode ser desenvolvida a partir da ideia que ele e o grupo a qual representava tinham mais afinidade com a facção de Zeferino. Essa afinidade podia representar uma variedade de significados contidos em relações de negociação em que os dois lados garantissem algum proveito disso tudo. A segunda hipótese é que Malaquias poderia atuar em duas frentes, ou seja, negociar com ambas as facções, assim o fato de Zeferino aparecer como padrinho de casamento de Malaquias não excluiria a possibilidade de se negociar com os partidários contrários. Uma via interpretativa não significava a negação total da outra, portanto. Mas, o que interessa mostrar é que as pessoas negras sabiam ler a desigualdade de forças que imperava sobre suas vidas, e daí tomavam as escolhas que acreditavam ser mais as mais frutíferas. Malaquias, certamente, sabia muito bem o que estava fazendo ao ter Zeferino como seu padrinho de casamento. (BOM, 2022, p. 237)

Evidencia-se assim, um ponto crucial para o argumento, que foi a presença negra na formação do município, que culminou em práticas de agenciamento e resistência ao sistema escravista, seja através de organizações em famílias e/ou irmandades religiosas para a compra de alforria, melhores condições sociais cotidianas, ou simplesmente a fuga. Essas resistências não cessaram com o fim da escravidão, e essa herança de luta foi fundamental para a comunidade negra e seus projetos de liberdade, havendo continuidades na militância por melhores condições de cidadania e por reparação.

Essas práticas constituídas pela comunidade negra no cotidiano escravista foram fundamentais para as instituições formadas pela comunidade negra para reivindicações no período do pós-abolição. E o que foi apresentado até aqui, está intimamente ligado com a circulação do jornal *A Alvorada* em Jaguarão, e da vinculação de notícias que o jornal publicou em colunas e suplementos próprios de Jaguarão. Antes de adentrarmos para o significado da fonte, visto que já trabalhamos com o campo do Pós-Abolição, irei apresentar as características da *Imprensa Negra*, e o protagonismo da comunidade negra na luta contra o racismo.

## **Capítulo 2: A dupla militância nas páginas da *Imprensa Negra***

---

loais, partindo dos seguintes pontos: todos possuíam ligação direta com Borges de Medeiros, comprovada através das correspondências pessoais, garantindo subserviência e lealdade ao Chefe Partidário. Além disso, intercambiavam favores com o Chefe, conseguiam negociar cargos públicos, possuíam uma base clientelista composta por clientes que eram dependentes dos mesmos, além de garantir para Borges de Medeiros a estabilidade política do Município.” (ANDRADE, 2019, p. 54)

<sup>15</sup> Inclusive Theodoro Rodrigues.



Na caminhada deste texto, tenho refletido a respeito do surgimento de Jaguarão, conectada com o Atlântico, com uma presença de uma mão de obra expressiva de escravizados. Entendo a localidade, como uma cidade Negra, onde essa população negra foi responsável por criar diferentes instituições, que marcaram as lutas contra o racismo e por cidadania do povo negro em Jaguarão. A partir deste dado fundamental, vou adentrar na abordagem sobre as organizações negras a partir da Imprensa Negra, que se expressaram no cotidiano racializado nas primeiras décadas do século XX. Esses jornais, conectados com outras organizações da comunidade negra, mostram protagonistas negros preocupados em demarcar o debate sobre um problema que os atingia, o racismo.

A Imprensa Negra constitui assim uma importante fonte para pensarmos alguns aspectos de como a comunidade negra se colocou neste contexto de debates políticos sobre identidade racial, racismo científico, miscigenação, nacionalidade e cidadania. Pautados na perspectiva da continuidade do racismo, e através da memória coletiva, denunciavam esse sistema, e principalmente, reivindicavam melhores condições de cidadania.

Pensar o que se constituiu enquanto imprensa (assim como o que se considera resistência política, movimento operário, manobras políticas, instituições, intelectualidades) no discurso historiográfico brasileiro atual, é importante, pois traz debates sobre a invisibilidade e o paradigma da ausência do povo negro, que negligencia o debate racial, onde nas pesquisas sobre a classe trabalhadora se torna ainda mais revelador (NASCIMENTO, 2016). Como alerta Ângela Oliveira (2017), ao citar algumas obras sobre a história do jornalismo no Brasil e no Rio Grande do Sul entre os anos de 1966 a 2008, não há referência a impressos de cunho racial. Pesquisadores da área, em estudos mais recentes, vêm aos poucos demonstrando a contundência da existência da imprensa negra, e foi o campo do Pós-Abolição que dominou as produções sobre o assunto.

O termo “Imprensa Negra”, foi cunhado pelo pesquisador francês Roger Bastide (1983), segundo ele: “[...] é uma imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação dos fatos relativos à classe de gente de cor [...] é uma imprensa adicional” (BASTIDE 1991, apud SANTOS, 2003. p. 81).

Já Petronio Domingues (2006), ao analisar o movimento negro durante a história, traçando influências ideológicas, posicionamentos políticos e principais pautas, levantadas durante o século XX, destacou a importância da imprensa negra na primeira fase do movimento de 1889-1937:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma

tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo. (DOMINGUES, 2007, p.105)

Jose Antonio dos Santos (2003), em seu livro sobre o jornal pelotense *A Alvorada*, afirma que o argumento apresentado por Bastide é reducionista, colocando a comunidade negra como isolada. O autor evidenciou também personalidades negras de Pelotas engajadas e atentas a militância tanto operária quanto do movimento negro, afirmando:

O público ao qual o jornal era dirigido incluía “os da raça” e os operários, indiscriminadamente, o que alarga muito mais o campo de atuação dos negros envolvidos com a manutenção do público do que o definido por Bastide. Em artigo comemorativo aos cinquenta anos do jornal *A Alvorada*, era homenageado, aos 73 anos, Juvenal Morena Penny. Ele foi um dos principais fundadores do hebdomadário, que teria definido como um “programa” a ser propagado no semanário, desde a fundação, a reivindicação pela “... a igualdade de raça, o bem estar do operário e a instrução obrigatória [...] Naquela sociedade desigual, que excluía os negros do acesso ao lazer, educação e os segregava na cidade de Pelotas [...] quem reivindicava a igualdade no interior de uma sociedade o faz em relação a outra pessoa ou grupo dela, considerada melhor posicionada socialmente, o que define vínculos sociais estreitos entre aqueles que escreviam e circulavam ao redor do semanário e a sociedade pelotense. (SANTOS, 2003, p. 83)

Ainda, dialogando com Santos (2003), refletindo sobre a complexidade das relações das pessoas negras em uma sociedade racializada, ele argumenta que os fundadores do jornal *A Alvorada* possuíam certa circulação na cidade de Pelotas. Principalmente no seio da comunidade negra, onde ajudaram a fundar clubes recreativos, bailantes, torneios e times de futebol, grupos de alfabetização e auxílios mútuos, sendo esses sujeitos reconhecidos como lideranças.

O autor continua analisando essas trajetórias dialogando com o conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. Entendido por ele como a relação de indivíduos originários de uma classe, ou fração dela, tomam para si a tarefa de organizar ideais, anseios, questionamentos e problemas do grupo ao qual pertencem sendo intérpretes da vontade coletiva da comunidade a qual pertence. Assim, com o suporte metodológico de Gramsci, nosso autor analisa a *A Alvorada* como um “partido”, no pressuposto de que a história de um partido é a história de um grupo social. Esse jornal da *Imprensa Negra*, segundo ele, era um grupo organizado em

torno de um veículo de comunicação com objetivos específicos: defender os interesses dos operários e dos negros na cidade de Pelotas (SANTOS, 2011, p. 37).

Um exemplo levantado por Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2019), da relação sobre a Liga dos operários e as Sociedades dos negros na cidade de Porto Alegre, dividindo sedes e sócios, diz o seguinte: “Por diferentes motivos era natural que homens de cor participassem da Liga; afinal, eles tinham a dupla identidade de negros e operários num contexto em que as condições de vida e de trabalho faziam do ingresso em agremiações uma necessidade social para fazer frente à exploração e à miséria.” (ROSA, 2019, p. 224).

Nesse movimento inicial de caracterizar nosso objeto, e tratar dos sujeitos envolvidos na constituição de um periódico, uma ferramenta que é de muito valor, que dialoga com o raciocínio do parágrafo anterior, é a da “dupla militância”, que aparece nos trabalhos de Beatriz Ana Loner.

Em seu trabalho sobre a construção da classe operária no sul do Rio Grande do Sul, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, ela não deixa de perceber os muitos sujeitos negros que constituíam as associações operárias, e além disso aponta que as associações negras tinham íntimas relações com o movimento operário. Em um contexto de políticas de controle e apagamento do elemento dito inferior, as pessoas negras, tinham uma necessidade maior de organização para a sua sobrevivência, e a integração como sujeitos operários era um avanço. Porém não supria o debate sobre o combate ao preconceito de cor, muito latente nos anos seguintes a escravidão.

A preocupação com a questão racial e o preconceito não estava presente em nenhuma das correntes ideológicas de esquerda existentes no movimento. Socialistas e anarquistas tendiam a colocar essa questão no terreno comum da emancipação do proletariado. Nos números encontrados do *Democracia Social*, nenhum artigo ou consideração sobre o preconceito racial apareceu, trazendo apenas, embutido num artigo sobre os judeus, a consideração de que para os partidos socialistas, as raças não existem (DS 13/8/1893) (LONER, 2016, p. 190).

A autora ainda destaca outro jornal operário, o *Echo Operário*, em 1899, onde na comemoração dos três anos deste periódico, se aflorou em um discurso os pressupostos do “racismo científico”, afirmando o aumento da imprensa socialista: “[...] tanto entre as raças superiores no dizer da ciência, como entre os inferiores. Já há jornais socialistas na África e na Ásia e todos escritos, senão com talento, pelo menos com muita convicção” (LONER, 2016, p. 190).

As ideias de nacionalidade, etnia, autenticidade e integridade cultural são fenômenos modernos, vindos das transformações do século XIX e XX que ocorreram no Ocidente.

Constituindo maneiras de identificações inéditas, universais e globalizadas, este poder subjetivo da modernidade está em toda parte, e é apropriado e ressignificado, dependendo do grau de contato com o Ocidente. E nas Américas houve uma afinidade dos negros do Ocidente aos conceitos do Iluminismo. Abordagens profundas e ambíguas sobre tradição intelectual negra mostram o Iluminismo como tanto um salva-vidas, quanto como um grilhão. Assim, segundo Gilroy (2001), evidencia-se essa ideia de dupla consciência do afro descendente, um sujeito interno e ao mesmo tempo externo do Ocidente .

É importante termos em vista a trajetória da racialização na cultura moderna, de como sujeitos foram hierarquicamente racializados, e que isso foi fundamental para justificar o poder e o enriquecimento das nações europeias ditas evoluídas. Mas também como essa modernidade e todo os conceitos que carregam a secularização do conhecimento, também foram ressignificadas no cotidiano, pelos oprimidos, para cobrar uma organização social mais justa.

Os negros tiveram que, praticamente, desenvolver uma rede associativa própria, como meio de sobrevivência e organização do grupo. Para isso contaram com lideranças cuja preocupação com a integração da etnia na sociedade, levou-os a desenvolver várias associações e atividades na busca da elevação social e econômica do homem negro. Essa integração correspondia a sua afirmação como trabalhador, especialmente como operário, nas mais variadas e diversas formas em que isso pudesse concretizar. A busca de um emprego fixo como garantia de sobrevivência e de certo respaldo frente à sociedade e o poder público fez parte dos sonhos de todos aqueles que lutaram pela valorização do negro na sociedade discriminatória da Primeira Republica (LONER, 2016, p. 195).

Nesse movimento de dialogar com essas concepções sobre a relação dos sujeitos no cotidiano e as ideologias modernas, é importante afirmar que elementos de classe, raça e gênero influenciam diretamente em seu lugar social, em como os indivíduos se comportam, e os comportamentos que a sociedade espera. Assim, podemos fazer uma ponte entre a “dupla consciência”, vista em Gilroy (2001), e a “dupla militância” vista em Loner (2016), para pensar esses sujeitos negros se organizando, e ressignificando instituições e modos de organização que são frutos do sistema capitalista burguês. A imprensa é um ótimo exemplo, onde a comunidade negra coloca seus significados nestes periódicos, expressando posicionamentos políticos para a valorização e melhores condições de vida. Assim ,passarei para alguns exemplos de movimentos políticos e organizações negras, para traçar meu entendimento sobre a Imprensa Negra, que até aqui se mostrou muito mais complexa e conectada do que para o entendimento de Bastide, citado mais acima.

Nesse sentido, a imprensa negra se tornou um espaço tão importante (mais um) para a resistência da gente negra no pós-abolição, por fazer frente a estigmas e estereótipos negativos construídos em relação à população de cor escura e auxiliar na formação de uma nova percepção dos próprios indivíduos. Ao se deparar com o racismo da sociedade, os integrantes desta imprensa buscaram meios de se unir para enfrentá-lo. (OLIVEIRA, 2017, p. 3)

É fundamental perceber o modo como as experiências acumuladas na escravidão, e os processos de racialização em curso, deram sentidos a cidadania e a luta por direitos da comunidade negra no Pós-Abolição. No caminho em que a História Social levantou novos problemas, objetos, abordagens, sujeitos e seus grupos, a história sobre esse período centrou seu foco nos depoimentos orais de descendentes da primeira geração de libertos do Pós-Abolição. E aqui a Imprensa Negra entra como uma fonte extremamente interessante pois permite acesso à informações inexistentes em fontes oficiais e, principalmente, o ponto de vista dos sujeitos negros sobre os processos históricos (PERUSSATO, 2018, p. 96).

No século XIX, Ana Flávia Magalhães Pinto (2006) destaca oito jornais na imprensa negra, nas localidades do Nordeste, Sul e Sudeste do país, entre 1833 e 1899<sup>16</sup>, e um número razoável de negros letrados capazes de gerar e absorver as ideias emitidas naqueles jornais, e disseminar a seus pares iletrados. Jornais que congregam uma diversidade de posicionamentos políticos e ideológicos, com diversas trajetórias e posicionamentos possíveis. O que unia esses intelectuais negros, era principalmente a luta contra a estigmatização e o preconceito baseado na raça, seja em contexto de enfrentamentos pela abolição e melhores condições de liberdades, ou a luta por direitos e cidadania (PINTO, 2006). Assim, a autora apresenta um panorama de posicionamentos desses militantes negros, e podemos dizer operários, que colocavam em evidência seus argumentos no meio da imprensa.

O primeiro impresso de cunho racial no Brasil nasceu na capital do país, Rio de Janeiro, fundado em 14 de setembro de 1833, intitulado O Homem de Cor ou O Mulato, por iniciativa de Francisco de Paula Brito. O fundador era filho e neto de libertos, e foi realizado em um contexto de incertezas sobre a cidadania brasileira, e ainda de escravização do povo negro. Através deste pioneiro pasquim, ele questionava a precariedade da liberdade e o descaso com a cidadania do negro. Principalmente focava críticas às ideias de hierarquização no funcionalismo público através da classificação de cor de pele, em uma proposta, que segundo

---

<sup>16</sup> São os jornais: "O Homem de Côr ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e o Lafuente, do Rio de Janeiro (RJ) em 1833; O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, de Recife (PE), em 1876; A Pátria - Orgam dos Homens de Cor, de São Paulo (SP), em 1889; O Exemplo, de Porto Alegre (RS), de 1892; e O Progresso - Orgam dos Homens de Côr, também de São Paulo, em 1899." (PINTO, 2006, p. 13)

o pasquim era revoltante e monstruosa, que fora elaborada pelo presidente da província de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos (OLIVEIRA, 2017).

As teorias sobre a diversidade humana, elaboradas pela ciência moderna, colocavam a humanidade em diferentes grupos, nos quais, o (a) negro (a) ocuparia uma posição inferior em relação ao branco, tanto cultural quanto biológica. Mesmo sem fazer menção à ideia de raça, ficava implícita a sua noção. O discurso proferido pelo político demonstrou o desejo da manutenção de hierarquias sociais baseadas em classificações fenotípicas. Além disso, imperava entre os administradores públicos e a elite política o medo de uma “africanização” e “haitianização” do Brasil (OLIVEIRA, 2017, p. 22).

Haviam também censuras e tentativas de tirar a autoridade do jornal. Na Aurora Fluminense, defensor da corte, Evaristo Veiga atribuía a quem demonstrasse oposição ao liberalismo moderado, a estigma de restaurador ou caramuru, além de desqualificar a participação de “homens de cor” nos eventos políticos do império, atribuindo a propriedade do *Brasileiro Pardo* ao português David da Fonseca:

O figurão moderado ridicularizava os negros de ganho, impingindo-lhes a personificação da covardia e da ignorância. Para garantir o sucesso do espetáculo, era preciso escamotear certos inconvenientes que não estavam no *script* de seu conservadorismo. O resultado era a negação da capacidade dos negros, em geral, e dos livres, em particular, de refletir com base em suas próprias experiências sobre os rumos da sociedade em que viviam. Os questionamentos que apareciam a torto e a direito denunciando o “preconceito de cor” não seria mais que fruto da manipulação de homens brancos astutos. (PINTO, 2010, p. 28)<sup>17</sup>

Essa interpretação dos movimentos dos ditos “homens de cor” como sendo massa de manobra de um grupo políticos de *homens brancos astutos*, é comum quando se pensa na participação política da comunidade negra, sendo diversos os exemplos, e a desconstrução desta concepção é pensada recentemente.

Se os tensionamentos com as teorias racialistas já aparecem nos primeiros jornais de cunho racial no Brasil, ainda em período de regime escravocrata, isso se intensifica a partir do século XX. Após a abolição da escravidão no Brasil (1888), as discussões racialistas ganham força na Primeira República (1889-1930), e os argumentos científicos passaram a influenciar a atuação do Estado por um progresso nacional pautado em uma nação branca.

---

<sup>17</sup> Recai aqui na época uma grande apreensão acerca do grande numero de negros escravizados, livres e libertos na Corte. "De fato a população negra era temida antes de tudo por ser numerosa. Ao longo da primeira metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro contou com a maior população escravizada urbana do hemisfério, bem como uma expressiva quantidade de negros livres e libertos entre os cidadãos. Na medida em que essa participação não dissipou nos anos seguintes, houve oportunidade até de entender a Corte como uma "cidade negra" " (PINTO, 2010, p. 29).

Essas teorias que inferiorizavam o negro a partir da suposta superioridade branca, sendo a base para políticas públicas de branqueamento, fundamentou o incentivo a vinda de imigrantes europeus, potencializado desde o século XIX, com a arrastada crise do escravismo, onde se constituiu o questionamento sobre a mão de obra nacional. Com isso, foi neste contexto que se viu uma crescente produção da imprensa negra, principalmente para questionar sobre a cidadania da população de cor, que sem reparação do grande período de escravização, ainda se viu excluída dos projetos políticos de cidadania no Brasil.

Na esteira dos movimentos do Brasil Republicano, tanto em ideologias contrárias, quanto nas decepções com o regime, houve diversos movimentos de contestação nas cidades centrais da prematura República, surgindo diversas narrativas do passado escravista recente, e aspirações de melhores condições de vida para o futuro.

A população negra protagonizou a organização da Guarda Negra, logo após a abolição, em contexto de efervescência política com o debate envolvendo monarquistas e republicanos. Esse coletivo causou alvoroço, com a imprensa republicana denunciando o confronto nas ruas. A Guarda Negra era considerada como uma "[...] milícia de navalhistas e capoeiras arregimentada pelo ministério do conservador João Alfredo" (GOMES, 2005, p. 18), com o intuito de intimidar os "seguidores dos ideais republicanos". Alguns periódicos abolicionistas saíram em defesa da Guarda Negra, principalmente a *Cidade do Rio* e o político José do Patrocínio, que afirmava ser um partido político tão legítimo quanto qualquer outro (GOMES, 2005).

Portanto, o cotidiano não foi nada pacífico, e os ex-escravizados perceberam que os seus ex-senhores haviam trocado o traje de fazendeiro para o de republicano, e o discurso de indenização soava como tentativa de reescravização. Patrocínio alertava para o ódio que a propaganda republicana expressava aos "homens de cor".

As ideias em torno da Guarda Negra (ou pelo menos sua versão institucionalizada e impressa no noticiário) articulavam percepções diversas de libertos nas cidades e no interior a respeito de raça, cidadania e controle sobre seu trabalho e suas vidas, bem como disputas simbólicas de setores abolicionistas, monarquistas e republicanos. A Guarda Negra e a mobilização racial tinham vários sentidos e significados para os diferentes personagens e agentes. E aí estava a principal disputa. A vencedora foi a memória histórica das ideias de "manipulação", "dádivas" e "gratidão" - sempre ressaltadas na época e também pela historiografia posterior -, e não aquelas do emaranhado de lutas, projetos e expectativas (GOMES, 2005, p. 25).

Interessante entender, que a memória para com a monarquia foi acionada, principalmente na imagem da Princesa Isabel e do 13 de maio, como uma desilusão com a República, porém isso não foi padrão, tendo posições diversas em todo Brasil.

No Rio Grande do Sul, onde o Partido Republicano Rio-Grandense exerceu domínio no Estado entre 1893-1937, este partido, nos pressupostos do coronelismo, teve grande influência nas redes de apoio da comunidade negra gaúcha. Fundado em 1882, em contraponto à monarquia, e da passividade dos liberais, surgiu como uma alternativa política. Apesar de minoritários, os republicanos eram extremamente ativos e conseguiram se mobilizar, com um programa atraente e duras críticas ao sistema vigente, atraindo a atenção dos descontentes. Nas legislaturas de 1885-86 e 1887-88, Assis Brasil, elaborou duras críticas à monarquia e à centralização política existente no Brasil, defendendo a República como sinônimo de democracia, governo popular e fator de progresso. Na proclamação da República, e após a guerra civil Revolução Federalista (1893-1895), o PRR assumiu o controle do estado gaúcho com Júlio de Castilhos, seguindo após com a mesma agenda, a do Castilhismo, os governos de Borges de Medeiros e Carlos Barbosa.

Nesse contexto, nasceu o primeiro jornal da Imprensa Negra gaúcha, *O Exemplo*, fundado em 1892, existindo por 37 anos com algumas interrupções. O grupo em volta da redação do periódico era razoavelmente heterogêneo, tinha Esperidião Calisto, nascido em 1864, e colaborador de alguns jornais da cidade, como o jornal republicano *A Federação*, que era barbeiro de profissão, abrigando essa empreitada jornalística em seu estabelecimento; os irmãos Aurélio Junior e Sérgio Bittencourt, filhos de Aurélio Verissimo Bittencourt, homem negro nascido livre em Jaguarão, que havia alcançado espaços de destaque na vida cultural e política do Rio Grande do Sul, trabalhando em vários veículos da imprensa local, sendo um dos fundadores do *Partenon Literário*, em 1868, atuando como secretário particular de Júlio de Castilho e Borges de Medeiros (MOREIRA, 2009). Apesar de ligações com a elite local republicana, os redatores demarcavam o posicionamento para quem o jornal era destinado e a quem representava, que era a comunidade negra de Porto Alegre. Essa demarcação racial é destacada por Marcus Vinicius de Freitas Rosa:

Aos “homens de cor preta”, os redatores clamavam, dizendo: “auxiliai-nos, assinando *O Exemplo*”; como justificativa, ofereciam o argumento de que não se tratava de um “jornal mercantil”, mas um “órgão de nossos interesses”, um “propagador incansável do melhoramento moral e intelectual *dos nossos*”, um “advogado enérgico na defesa de nossos direitos”. Nesse trecho, como em diversos outros, ao usar a expressão “dos nossos”, os articulistas estavam querendo dizer “dos pretos”. O semanário pretendia ser, em suma, “a voz do homem de *cor preta* e todos *nós, os negros*, temos como primeiro dever sustentá-lo”. Nesse trecho, é possível que a categoria “negros” fosse compreendida de forma abrangente, incluindo pessoas pretas e também aquelas que trouxesse na cor a marca da ascendência escrava, sobre as quais também recaia o dever de sustentar o jornal (ROSA, 2019, p. 226).



No artigo de abertura do jornal, está exposto o significado desta grande tarefa. Incomodados com o “marasmo intelectual” e a “letargia” no meio social negro, resumia o programa do jornal em “duas palavras”: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”. Ana Flávia Magalhães Pinto destaca que o papel do jornal era principalmente munir a comunidade negra para combater o racismo, em uma Porto Alegre etnicamente diversa, o que não era sinônimo de democracia racial. Argumentavam que a igualdade que tanto pregava o ideal republicano não passava de utopia, aplicável na teoria, porém nulo na prática<sup>18</sup>. Segue a autora:

Mais uma vez, a fala construía-se com base no sentimento de descompasso entre as expectativas geradas e a permanente não realização dessas promessas. A forma republicana de governo, anunciada como amiga da igualdade entre todos os cidadãos, não fora bastante para inviabilizar o preconceito e a discriminação racial. (PINTO, 2010, p. 146).

Assim se expressava o jornal ao demarcar, por exemplo, o 13 de maio, no ano de 1893, momento em que esta data era a mais importante do calendário dos cidadãos negros. *O Exemplo* não deixou de demarcá-la como uma ocasião para relembrar o passado e aspirar um futuro, comemorando o fim desse “espetáculo mais estupendo de repugnantes misérias” e lamentando a longa duração que no Brasil se manteve. Na construção dos sentidos da data, colocavam o protagonismo ao povo negro, afirmando que a abolição fora arrancada pelo povo, e não um favor das elites. Demarcaram o debate em torno da “liberdade”, sustentando o abolicionismo, “contra os escravocratas cruéis”, que “acumulavam nas arcas o produto do comércio de carne humana”. Evidenciavam a atuação de homens eminentes como José do Patrocínio e Luiz Gama, além da grande pressão vinda dos próprios escravizados, que haviam sujeitado Princesa Isabel a sancionar a abolição, nem tanto “por seus sentimentos humanitários”, mas por uma estratégia de firmar seu trono. Com isso, o jornal afirmava que entendia a abolição como “uma das mais brilhantes conquistas da raça negra” (*O Exemplo*, n. 22; apud. PINTO, 2010, p. 169)<sup>19</sup>.

Assim, vendo as barbáries e a luta do povo negro no passado, o jornal iluminava os posicionamentos diante dos desafios contemporâneos, principalmente a continuidade do “preconceito de raça” que se manteve com a República. A abolição seria saudada por duplo motivo, pela fim da escravidão e, por ter “elevado aos olhos do mundo civilizado”, o regime republicano, “não sendo fraudado, podemos nele”, diferente do tempo da monarquia, “combater pelos direitos”. Assim, Esperidião Calisto, para finalizar, em seu artigo para a

<sup>18</sup> *O Exemplo*, n 4, p.1 apud PINTO, 2010

<sup>19</sup> Trechos retirados dos artigos apontados por Ana F. M. Pinto: artigo da edição comemorativa, por Herculano Silva; "Liberdade", por Sérgio Bittencourt; e "O dia de hoje", por Marcílio Freitas

edição tratada aqui, “Duas palavras”, trata da permanência do “preconceito de raça” na era republicana:

Derruído o cativo pelo retumbar dos golpes do abolicionismo na consciência trevosa e torpe dos que mercadejar com os seus semelhantes, sobreveio o preconceito de raça oficialmente instituído, não nas leis, mas impregnados nos costumes, o que é mais pernicioso; não tão selvagem, porém mais aviltante; porque nos obriga a mendigar aos potentados uma ressalva, para com ela no bolso, ampararmos nossa liberdade individual (*O Exemplo...* apud. PINTO...p. 70).

Nesse movimento de demarcar os posicionamentos possíveis que estavam em jogo para o movimento negro da primeira fase, antes de finalmente pousar de vez na nossa fonte, que é o jornal *A Alvorada*, vamos refletir mais sobre essa heterogeneidade característica dos indivíduos em volta das instituições criadas por pessoas negras nos anos seguintes da abolição.

## 2.1 A Alvorada e suas redes associativas de influência

A Alvorada surgiu no dia 5 de maio de 1907, na cidade de Pelotas, propriedade dos irmãos Penny, porém houve um precoce afastamento de Durval Moreira Penny para cuidar de assuntos profissionais, ficando Juvenal Moreira Penny no comando do periódico. Além dos Penny, outros dois sujeitos idealizaram o projeto: Rodolpho Ignácio Xavier e seu irmão Antônio Baobab. Este último, faleceu pouco depois dos primeiros números do jornal. Em 1946, Juvenal M. Penny vendeu o jornal para um grupo liderado por Rubens Lima, Carlos Torres e Armando Vargas. A Alvorada encerrou as atividades em 1965, e durante 58 anos o jornal passou por dificuldades, tendo algumas interrupções, mas é considerado um dos mais longos exemplares da imprensa negra brasileira e da América.

A Alvorada nasceu da congregação de esforços de um grupo de trabalhadores negros, que lutavam pela melhoria de vida dos afrodescendentes e pelo despertar de uma consciência racial entre estes. Como os negros estavam basicamente restritos aos trabalhos manuais, devido às dificuldades para educar-se e aos empecilhos colocados para sua ascensão social, este grupo cedo descobriu que, para os negros como um todo, a sociedade brasileira só reservava uma possibilidade de integração social: unir-se e melhorar sua posição econômica e social como integrante da classe operária brasileira (LONER, 2019, p. 100)

Importante destacar o papel dessas lideranças do jornal na militância operária de Pelotas, fazendo desse periódico bastante combativo. Segundo Ângela de Oliveira, em sua dissertação que tem como objetivo “[...] compreender a maneira como a racialização atuava

nas relações sociais e profissionais através dos relatos publicados pelos próprios negros em jornais dedicados à sua classe.” (OLIVEIRA, 2017, p. 13), as possibilidades, dificuldades e as oportunidades vivenciadas por esses personagens, nesse momento de reformulação de hierarquias sociais, foram delineando as suas estratégias de sobrevivência. A tomada de certos posicionamentos dos periódicos pode se tornar mais compreensível quando se conhece o lugar social de pertencimento de seus autores.

Assim, retomo rapidamente a alguns destes sujeitos, fundadores do hebdomadário, para evidenciar o movimento negro extremamente influente, em âmbito estadual e nacional, que se constituiu em Pelotas. Essa influência era corrente na cidade de Jaguarão, local da pesquisa, que será abordado na perspectiva de um suplemento do jornal A Alvorada, o dito O Jaguareense.

Antônio Baobad é uma das figuras mais significativas, principalmente pelo movimento de mudança de nome, passou de Antônio de Oliveira, para Antônio Baobad, mudando seu sobrenome que anteriormente fazia referência a seu ex-senhor, “[...] não se conformando com ele, foi buscá-lo na flora africana, no gigantesco Baobad” (Rodolpho Xavier, A Alvorada, 05/05/1935. apud LONER, 2005, p. 91). Boa parte de suas histórias foram relatadas por seu irmão Rodolpho Xavier<sup>20</sup>, em duas edições separadas no tempo, a primeira em 05 de maio de 1935, enfatizando sua liderança na categoria dos chapeleiros, e a segunda em 05 de maio de 1955, sobre sua dedicação ao Alvorada, de que participou em seus primeiros números. Além disso, faço uso dos artigos de Beatriz Ana Loner, intitulados *Antônio: de Oliveira a Baobad* (2005), e também *Líderes Negros, Líderes Operários* (2009)<sup>21</sup>.

Antônio nasceu escravizado, por volta de agosto de 1861, filho da crioula Eva. Em algum momento de sua infância ou adolescência, foi vendido, provavelmente a um senhor de sobrenome Oliveira, diferente de sua mãe, já que seu irmão mais novo, nascido depois da Lei do Ventre Livre, tem como sobrenome Ignacio Xavier, provavelmente da família em que sua mãe era escravizada. Antônio, conseguiu sua alforria jovem, tinha em torno de 19 e 21 anos, era um sujeito urbano, e em liberdade exerceu ofício de chapeleiro. Provavelmente aprendeu a ler cedo também, já que Rodolpho relata que teria tido suas primeiras letras com seu irmão, e depois fizeram um ano de estudos conjuntos na Biblioteca Pública Pelotense, onde consta que

---

<sup>20</sup> Cronista e memorialista de boa parte da existência do jornal. Sobre isso Loner (2019) alerta: Aos cronistas, devemos aplicar os mesmos cuidados que aos depoimentos orais e já são sobejamente conhecidos os mecanismos seletivos da memória. No caso de Rodolfo, pela sua própria relevância e papel dentro da comunidade negra de Pelotas, ele praticamente estava instituindo a história oficial do grupo na cidade e a sua seria, assim, a memória étnica desse grupo. Mas era uma memória negociada, pois boa parte do grupo negro não queria relembrar suas raízes, como o próprio Rodolfo denuncia” (LONER, 2019, p. 83).

<sup>21</sup> Ambos artigos foram acessados no livro A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil (GILL; KOSCHIER, 2019).

Antônio ingressou em 15 de maio de 1882 e Rodolpho um ano depois em 14 de maio de 1883 (LONER, 2019, p. 82).

Importante foi esta instituição para a instrução de muitos artesãos e operários, e de diversas lideranças negras da época. No contexto via-se crescer o abolicionismo, em 1884 por exemplo, na cidade de Pelotas, houve a festa da Libertação, onde se fizeram presentes entidades com participação de descendentes de africanos, dentre elas a carnavalesca Netos da África, a Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas e Fraternidade dos Artistas, e o Centro Ethiópico (LONER, 2016, p. 170). Nosso personagem aqui está na luta abolicionista, principalmente na Feliz Esperança, entidade que tinha uma política de arrecadação de fundos para alforriar escravizados, onde em 1884 Antônio era primeiro secretário da associação.

Esta festa representa uma prática que foi comum por parte da elite rio-grandense, a distribuição de alforrias por contratos de tempo de serviço, uma aposta das elites de manter o controle de sua mão de obra. Teve suas vantagens para estes setores, principalmente porque nesse movimento a alforria era “doada”, criando imagens de benevolência das elites, além de manter os laços entre senhores/escravizados. Porém também contribuiu muito para a deterioração do sistema escravista, ocorrendo diversas fugas e tensões. Demandou também um enrijecimento do controle, o que fez da luta abolicionista uma tarefa mais difícil, visto a violência dos escravocratas.

Aparentemente Antônio, observando o contexto, estava mais engajado na política partidária, se associando em 1887 ao Clube Republicano. Seu irmão, se recorda da seguinte forma:

Amante da liberdade, a qual entre nós era tradicional, sendo o pai de nossa mãe, segundo ela contava - Moçambique - e que tinha andado na Guerra dos Farrapos, fugindo da casa de seu senhor, com Antônio Baobad, aos 13 anos de idade, acompanhávamos os ideais da propaganda republicana (RX, 5/5/1935, apud LONER. 2019).

Em seu ativismo republicano, Baobad teve a companhia de Armando Achyles de Álvares, também negro, e membro de diversas diretorias e associações negras e operárias, algumas junto com ele. Também no Partido Republicano, esta liderança operária teve conhecimento de João Tolentino de Souza e Alberto Ferreira Rodrigues, que se associaram à Liga Operária, como Antônio. Os dois foram suspensos por impor orientações socialistas. Desiludidos com a associação, fundaram o jornal Democracia Social, primeiro jornal socialista do estado, que nucleava um grupo de trabalhadores, e dentre estes estava Antônio.

Em oficinas e discussões orientadas pelo socialismo, surgiu a criação da chapa “reformadora,” para a Liga, que em 1892 Antônio passou a fazer parte, angariando assinaturas para o jornal. Em 1893, dirigiu a greve dos chapeleiros, junto com outros companheiros de redação de jornal. Provavelmente esse contato com o socialismo deu-lhe a ideia de se desvincular do nome que representava a sua inserção no mundo como propriedade de outro homem.

Em algum momento, entretanto, parece ter se desiludido com a República e descoberto que seu desejo de cidadania para todos, não seria satisfeito tão rapidamente nesse país. É isso que o leva a mudar seu nome para Antônio Baobad, abandonando o patronímico que lembrava seus tempos de escravidão. A busca das raízes africanas, num momento em que os próprios negros procuravam esquecer-se delas, é sintomática que continuava rebelde (LONER, 2019, p. 112).

Essa ligação com o movimento operário presente em diversas ocasiões da militância negra, e em várias associações, que davam um “tom mais proletário” mesmo em clubes recreativos, provavelmente pode estar na base de várias tentativas de reorganização de entidades sindicais, na República Velha.

Suas pistas se perdem em alguns anos, devido a guerra civil, a conhecida Revolução Federalista (1893-1895). Em 1897 reaparece, já como Antônio Baobad, fundador e presidente da Sociedade União Operária Internacional, de tendência socialista. Um ano depois, em 1898, pede demissão e funda outra associação, o Centro Operário 1º de Maio. No início do século XX, sofrendo de tuberculose, se resguardou, deixando de ser operário para sobreviver como dono de venda de lenha e frutas, e ensinar primeiras letras para meninos negros. Sua última atuação política foi ajudar a fundar o jornal A Alvorada em maio de 1907, morrendo pouco tempo depois, em 8 de junho do mesmo ano (LONER, 2019).

Nesse primeiro momento, representado pela figura de Antônio Baobad, vemos que as sociedades negras apresentadas são de caráter mutualista e tem seu auge no século XIX. Praticamente desapareceram com a abolição da escravidão, e os militantes negros tenderam a criar e manter entidades raciais voltadas para as atividades recreativas, se fazendo presentes nas entidades operárias. Aqui, continua a nos provocar a historiadora Beatriz Loner, que afirmou: “[...] como elemento de transição, pela sua longevidade e importância, temos Rodolpho Xavier” (LONER, 2019). Usaremos até para dar ênfase aos seus escritos no jornal A Alvorada, e como as ideias compartilhadas desse militante influenciaram nos rumos na atuação das entidades raciais pelotense e da região.

Como já afirmado aqui, Rodolpho nasceu após a Lei do Ventre Livre, em 1873, e morreu em fevereiro de 1964. Desde sua infância acompanhou as lutas republicanas com Baobad, e deu continuidade na luta dos negros e dos operários, como pedreiro e líder

sindical<sup>22</sup>. Fundou o jornal negro *A Alvorada*, e foi também fundador e secretário do Centro Ethiópico Monteiro Lopes (1909), assim como do *Cetro Alcides Bahia* (1924). Fez parte também da Frente Negra Pelotense (1933). Sua atuação se destaca por ter dado um cunho socialista à luta contra o preconceito de cor, e foi candidato às eleições parlamentares de 1934, pelo Partido Socialista Proletário Brasileiro (LONER, 2019).

Destaco aqui o que venho defendendo da atuação da militância negra, tanto operária quanto racial, dando um pulo para os anos 1930, onde se tem um contexto de efervescência política, no cenário nacional. Esta é marcada pela ascensão do líder gaúcho Getúlio Vargas, em um movimento revolucionário evidenciando uma nova orientação política nacional, derrubando a chamada República Velha, que tinha mantido os interesses das oligarquias rurais, principalmente os cafeicultores e pecuaristas, se colocando contra esses interesses fazendo com que ele conquistasse grande apoio popular.

No campo intelectual, se destacou o sociólogo Gilberto Freyre, que com o acúmulo das correntes contra o racismo científico, trouxe com veemência a democracia racial, valorizando a mestiçagem brasileira, e diluindo o problema racial, afirmando uma suposta harmonia das raças. Pode ser que o desejo, de integralização da comunidade negra finalmente fosse possível, porém o combate à discriminação ainda era a principal pauta das organizações raciais, e nesse contexto surgiu a organização negra de maior alcance nacional, a Frente Negra Brasileira

Em São Paulo, temos a criação, em 16 de setembro de 1931, da Frente Negra Brasileira, que segundo Petrônio Domingues (2006), foi uma experiência política acumulada de diversas associações, principalmente o Centro Cívico Palmares, em 1926, além de outros pasquins da imprensa negra<sup>23</sup>.

Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa. Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e

---

<sup>22</sup> As associações sindicais mais relevantes foram, a Sociedade União Operária Internacional de 1898, outra Sociedade União Operária de 1905 e a Liga Operária, nos anos 1920, sob a orientação sindicalista. Em 1924 e 1925, foi redator do jornal da Liga, demonstrando sua capacidade de trabalho em comum com pessoas de ideologias diferentes da sua. Participou depois da Frente Sindicalista de Pelotas e tentou fundar um Sindicato de Pedreiros, a ela ligado, em 1932/1933. (LONER 2019, p. 116)

<sup>23</sup> “Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo “*Órgão dos Homens de Cor*”. Outros títulos também foram publicados nesta cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923” (DOMINGUES, 2007, p. 104).

odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2006, p. 106).

Essa entidade conseguiu congregiar as ideias da população negra na época, colocando o combate ao preconceito de cor em diversas frentes da sociedade. O tema que a entidade deu maior importância foi a educação, que era articulado de forma ampla, compreendendo tanto o ensino pedagógico formal quanto a formação cultural e moral do indivíduo, assim sendo a principal arma na “cruzada” contra o “preconceito de cor” (DOMINGUES, 2008).

A instrução bem disseminada na raça será a maior e a mais importante conquista desta entidade” (*A Voz da Raça*, set. 1936, p. 4). Em quase todas as edições do jornal da FNB encontra-se alusão ao quadro de carência educacional da população negra e à necessidade de ela instruir-se. Geralmente se acreditava que a marginalização do negro no pós-abolição era uma herança da escravidão, que lhe teria entorpecido o potencial intelectual e/ou cultural. Em outros termos, a escravidão teria gerado o despreparo intelectual e/ou cultural do negro para o exercício da plena cidadania no mundo “moderno e civilizado” da República. E tal despreparo só poderia ser revertido pela via da instrução (DOMINGUES, 2006, p. 8)

Essa Frente acabou congregando diversas agremiações negras, que tinham a posição francamente nacionalista, em defesa da pátria e das tradições brasileiras. Havia o diagnóstico que a população negra era autenticamente brasileira, e se a comunidade negra não havia sido reconhecida ou incorporada à comunidade nacional, a própria comunidade se reconhecia, marcando o discurso da valorização cívica e da identificação e celebração das tradições patrióticas (DOMINGUES, 2020). Em seus quadros havia diversos ativistas, frequentadores de baile e de encontros promovidos por associações, agremiações e colaboradores de vários jornais: “Considerando a adesão e a força política inicial, a FNB transformou-se quase numa febre. Surgiu em um momento de crise econômica e transformações políticas, atraindo milhares de pessoas”, assim vieram na FNB um qualificado e desejado porta-voz (GOMES, 2005, p. 48).

Com uma proposta explícita de representação política da população negra em uma perspectiva nacionalista, era constantemente denunciada pelos opositores, principalmente na disputa do estatuto da entidade, nas tendências de um grupo que tinha como expoente Arlindo Veiga dos Santos e Correia Leite:

Essas tendências digladiaram-se pela condução da FNB. Já no seu início, havia divergências entre o grupo dos irmãos Veiga dos Santos e o grupo do Clarim d’Alvorada, onde se situava Correia Leite. Antes mesmo da votação dos estatutos, travou-se disputa acirrada pelo controle da entidade que estava sendo criada. De um lado, os católicos conservadores, de outro, os que empunhavam a bandeira socialista/comunista. Um e outro ainda não haviam mostrado em todas as suas cores, mas mantinham ânimo belicoso e a indisposição para a composição política, porque nesta época, a luta integracionista já estava cindida pela dimensão política cada vez mais acentuada (MALATIAN, 2015, p. 126).

Apesar do projeto inicial, de ser uma frente aglutinadora das lideranças negras, os estatutos mostram uma hegemonia conquistada pelo grupo Veiga dos Santos, que foi constantemente denunciado pela sua proximidade com o fascismo. E para além das acusações, existiu a articulação de Arlindo Veiga dos Santos com o integralismo<sup>24</sup>. Arlindo foi o primeiro presidente da FNB, e pleiteou uma organização na entidade com uma centralização do poder predominando uma rígida estrutura hierárquica, contando com diversos departamentos, desde instrução e cultura, passando por musical, imprensa, esportivo, etc.

O jornal *A Voz da Raça* fundado na gestão de Isaltino Veiga dos Santos<sup>25</sup>, irmão de Arlindo, como secretário geral, teve o lema, inspirado no movimento integralista: “Deus, Pátria, Raça e Família”. Foi o porta-voz da FNB, trazendo matérias sobre o “preconceito racial” e informações administrativas e organizacionais (GOMES, 2005, p. 50)<sup>26</sup>.

Muito das ideologias políticas nacionalistas, e saudosas dos movimentos nazifascistas europeus que circulavam na sede da FNB em São Paulo<sup>27</sup> no começo dos anos 30 do século XX, vinham principalmente do movimento patrianovista, um grupo de intelectuais católicos que elaborou um programa político monarquista na construção de um novo Brasil<sup>28</sup>.

Porém não teve uma ideologia dominante, já que a pauta racial não esteve no centro de nenhum dos dois “lados” dos espectros políticos, e o próprio Arlindo tentava separar sua atuação no movimento patrianovista da frentenegrina. Importante destacar, que os diversos jornais da imprensa negra escritos neste período que refletiam o movimento negro da época, não tinham um padrão ou um discurso monolítico, e eram jornais de posições diversas. As

<sup>24</sup> De qualquer modo, o discurso integralista tinha forte penetração popular, misturando-se com xenofobia. Além de sua propaganda ideológica e da atuação de lideranças como Gustavo Barroso e Plínio Salgado, ainda pouco sabemos sobre a penetração do integralismo junto aos setores pobres e negros (GOMES, 2005, p. 53)

<sup>25</sup> Isaltino, companheiro político nas organizações de Arlindo, mas que após ser expulso da FNB, muito provavelmente por um artigo no jornal da FNB que colocava o protagonismo da alforria aos próprios negros, e não na Princesa Isabel (SANTOS, I. *Liberdade Utopica. A Voz da Raça*, n.9, 13 de maio de 1933. apud MALATIAN, 2015, p. 261), a desgosto das convicções e de seu irmão e dos postulados católicos que viam nela como redentora. Se vinculou ao movimento de esquerda, ANL de Carlos Prestes, e foi preso em 1935 pelo Deops, alegando sua inocência pela sua rede de contato sua e de seu irmão com o movimentos que combatiam o comunismo, alegando que fez parte por passar por dificuldades financeiras. ver: (DOMINGUES, 2007).

<sup>26</sup> Arlindo Veiga dos Santos teve formação católica, e aderiu à ideologia do neotomismo, política católica em resposta ao capitalismo e ao mundo moderno secularizado, e contra as propostas desordeiras de esquerda, ao invés da luta de classe, incentivava a moralidade católica. Inspirou o movimento patrianovista, que teve participação de Arlindo, que defendia uma monarquia corporativista, sendo a melhor forma de governo, com a religião reagindo ao estado. (MALATIAN, 2015).

<sup>27</sup> "Outros grupos e militantes contrários ao grupo de Arlindo permaneceram dentro da FNB, tentando viabilizar o sonho da unidade da "classe de Cor" em torno de uma entidade forte. Ao mesmo tempo, quanto mais longe da capital, mais fraca parecia ser a influência da vertente nacionalista. O núcleo de Santos, por exemplo, apoiava o Partido Socialista nas eleições e mantinha fortes ligações com o Sindicato dos Portuários" (GOMES, 2005, p. 60). Afirmação que se corrobora quando vemos o caso da Frente Negra Pelotense

<sup>28</sup> Além de Arlindo, Teresa Malatian (2015), aponta Salathiel Campos, jornalista e redator do Correio Paulistano, como membro da FNB.



semelhanças que haviam eram das notícias de eventos sociais, culturais, desportivos e de lazer, e também preconizavam um discurso de autodeterminação e orgulho racial, incentivando o acesso à educação e a valorização da família, cultura cívica e de boas maneiras (DOMINGUES, 2020).

Como foi dito, a FNB teve filiados em outras localidades, e em Pelotas surgiu, apesar de não estarem diretamente ligados, porém de inspiração, sendo criada no dia 10 de maio de 1933 a Frente Negra Pelotense (FNP), por José Adauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, Juvenal Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, todos integrantes do jornal da imprensa negra pelotense *A Alvorada*. (SILVA, 2011).

Fernanda Oliveira, em seu mestrado *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*, fez importante reflexão para pensar nesse contexto associativo, dos anos 1930, sobre as posições das lideranças negras pelotenses, as iniciativas e demandas coletivas, assim como a forma de incentivar hábitos para o que eles acreditavam serem melhores para a ascensão social. Com isso, a autora estabelece as redes de relações, clubes sociais negros e demais órgãos e pessoas consideradas pela FNP<sup>29</sup>; a busca de uma identidade negra evidenciada pelos redatores das fontes produzidas<sup>30</sup>; e a recepção e ideias em outros locais, fora de Pelotas, através de assuntos que julgavam ser em prol de uma causa única que é a unificação e ascensão da comunidade negra (SILVA, 2011, p. 134).

Esses conjuntos são importantes para evidenciar essa comunidade negra do sul do Rio Grande do Sul, mas a última seria a ponte para pensarmos a comunidade negra de Jaguarão, que será pensada aqui, através do suplemento do jornal *A Alvorada*. Este suplemento esteve nas folhas do periódico entre os anos 1932-1933 demarcando o período de criação da entidade, e uma campanha que é bastante presente no jornal pelotense, que é a Campanha Pró-Educação.

É importante frisar esse objetivo da FNP, de ser um órgão representativo da luta contra o preconceito de cor, e de ascensão da classe trabalhadora negra, e destaque aqui dois episódios

---

<sup>29</sup> Além do capítulo, a autora citada nos sistematiza uma tabela mapeando os membros negros e as diferentes associações que estavam envolvidos. (OLIVEIRA, 2011, p. 166-167).

<sup>30</sup> Aqui se destaca a iniciativa de estar dentro dos clubes negros, fazendo o chamado A Hora da Raça, onde incomodados com as moças e rapazes que tinham por hábito a dança, jogos e outros vícios, isso é condenado como medida desmoralizadora, assim com essa iniciativa, a FNP conseguiu por em prática a moralização dos clubes negros, em ação conjunta com os clubes Chove não Molha, Depois da Chuva, Fica Ahi P'ra Ir Dizendo e Esta Tudo Certo - "A reunião destas associações foi realizada em 27 de julho do ano de 1932, na sede do Chove Não Molha, "com o propósito de tomarem certas medidas a fim de serem reprimidos certos abusos praticados por elementos ignorantes, que só vinha em prejuízo das sociedades e da própria família", para tal constituíram um conjunto de normas identificado como Regulamento Interno das Sociedades Recreativas, composto de sete artigos aprovados pelo representantes dos clubes negros" (OLIVEIRA, 2011, p. 158)

evidenciados na dissertação de Fernanda Oliveira. A primeira é de uma carta do presidente da Frente Negra Brasileira, o Arlindo Veiga dos Santos, datada do dia 28 de dezembro de 1933, transcrita pelo A Alvorada em 14 de fevereiro de 1934, onde Arlindo parabeniza os esforços das lideranças fretenegrinas pelotenses. Afirma ter fé em uma “idade nova” para um Brasil unido, terminando com o recado ao presidente e aos negros de Pelotas, “[...] que confiamos na bravura dos fretenegrinos dos Pampas, para acréscimo da Obra para vitória da Grande Cruzada. Marcharemos”<sup>31</sup>.

A correspondência, nesse sentido, se faz interessante a fim de auxiliar na percepção da rede de relações não apenas mantida, mas também pretendida pela organização e seus mantenedores. As passagens supracitadas evidenciam as boas relações iniciais mantidas entre as frentes, Brasileira e Pelotense, assim como o anseio de que as organizações servissem como meio de união dos negros brasileiros. Buscavam então inculcar nestes uma identidade negra positiva que estivesse de acordo com os padrões morais da época e retirasse a carga pejorativa que as teorias racistas gestadas no final do século XIX e ainda presentes na sociedade brasileira, traziam enquanto parte constituinte dos negros (SILVA, 2011, 169)

Outro destaque apresentado pela autora, foi a denúncia de um acontecimento ocorrido na cidade de São Leopoldo, fortalecendo a ideia de que a Frente aparece enquanto respaldo da população negra para cobrar medidas igualitárias dos órgãos públicos competentes. Resumidamente, a denúncia, datada de 22 de janeiro de 1934, e publicada na A Alvorada em 04 de abril de 1934, seria de uma medida do prefeito de São Leopoldo/RS, em que indica as autoridades policiais a proibição de *meretrizes e negros* na praça central da cidade. Assim, houve um telegrama enviado pela FNP, em protesto da medida, tendo resposta de que “Somente foi proibido apontamento na referida Praça, meretrizes em geral”. (SILVA, 2011)

O caso evidencia algo que é comum, até nas memórias recentes, que é a segregação nos espaços públicos, tendo como alvo os indesejáveis, e os negros se enquadravam para as autoridades públicas neste padrão. No Rio Grande do Sul isso é generalizado, sendo sua circulação cerceadas em cafés, praças, clubes. Sobre os últimos, a maioria dos clubes negros

---

<sup>31</sup> Esta carta me fez voltar à trajetória de Arlindo, e os anos de 1933 e 1934 foi agitado, frente as disputas com vertentes socialistas, chamada por Arlindo de "judas da raça", "o discurso de Arlindo foi se radicalizando e se desprende do monarquismo declarado para chagar a declaração expressa de não estar usando a FNB para propaganda monarquista", mas vemos em seus posicionamentos a sua ideologia baseada no catolicismo mariano, no final da carta a FNP ele fala de uma "vitória da Grande Cruzada", conversa com o projeto de "elevação" do negro pela FNB, "Arlindo fora preparado para esta missão desde a adolescência e permanecia atuante nas falanges marianas que se dispunham a defender e propagar o catolicismo no Brasil. O espírito militar das associações jesuítas, rigidamente disciplinadas, baseava-se na obediência ao papa e aos superiores hierárquicos. *Perind ac cadáver* era a expressão que resumia o espírito disciplinador dessa sociabilidade católica" (p. 149). É evidente que a FNP não tinha o viés empregado por Arlindo e sua órbita patronovista, porém é evidente a moralização e disciplina da época que faz com que esses movimentos fossem nacionalistas, mesmo que fossem de viés da esquerda, como é o caso de Pelotas.

surtem como necessidade das pessoas negras de festejar, visto que os clubes brancos não permitiam a entrada de negros em suas festas.

Aqui, fica evidenciado principalmente as estratégias da FNP ocupando o espaço de defesa da raça, que era possível de ser acionado por todos/as negros/as do estado, concretizando o objetivo da Frente. Tendo como perspectiva o estabelecimento de delegados nas cidades da região, que seriam pessoas reconhecidas dentro da comunidade negra em suas cidades, encontrando adeptos através da indicação de outros membros que seriam influentes, criando uma rede de lideranças negras nas outras cidades do Estado.

Podemos dizer que o jornal A Alvorada poderia exercer esse papel através das correspondências, que além de fazer circular o jornal nas cidades do estado, também trazia notícias da comunidade negra e denúncias de casos de racismo no cotidiano racializado no sul do Rio Grande do Sul. Antes de ingressar nas correspondências, que é tema deste trabalho, é importante evidenciar a estrutura destas nos suplementos de outras cidades presentes no jornal.

Geralmente traziam notícias de bailes das associações negras, nascimentos, aniversários, casamentos e mortes de membros da comunidade negra. Além disso, traziam as chamadas colunas sociais, ou no popular, as chamadas colunas de fofoca, que relatam o cotidiano da comunidade negra de forma satirizada, prática comum nos jornais da época. No jornal A Alvorada, havia a coluna *Pesquei*.

Nas colunas de fofocas, o Dr. Pescadinha apresentava os fatos do cotidiano da comunidade negra com humor e ironia. Estava atento principalmente aos espaços de lazer da comunidade negra, e também nos espaços públicos. Mas não eram só as pessoas negras que estavam sujeitas a serem comentadas na sua coluna de fofocas. É possível perceber que, em geral, todos poderiam ser alvos do colunista, mostrando que a comunidade negra não era isolada. O principal alvo da coluna era a condenação à ociosidade. Essa prática era um produto do pós-abolição. Com o trabalho compulsório abolido, se criou o estigma da vadiagem, para deslegitimar o tempo ocioso da comunidade negra. (OLIVEIRA, 2017, p. 61).

Assim, se constituíram normas de condutas para a comunidade negra, onde a principal seria se colocar como uma pessoa negra morigerada, ter boas maneiras e buscar a instrução, sendo uma forma de controle social. Também tinham olhos atentos para as mulheres da comunidade, impondo uma moral masculina do que seria a feminilidade, alertando para a vestimenta, o cabelo, a maneira de se comportar em público, como a crítica à negação das mulheres de dançarem com homens negros. Segundo Santos (2003), as colunas muitas vezes

não tinham a intenção de difamar, apenas chamar a atenção dos bons comportamentos e tornar público os maus comportamentos.

Assim, para finalizar e ingressar de vez nas colunas do *Caçador* em Jaguarão, a chamada Cacei, onde será trabalhado melhor esse controle social, é importante frisar que o jornal A Alvorada ultrapassou as fronteiras da cidade de Pelotas. Esse movimento de representatividade negra da cidade acabou tendo um bom resquício na representação do periódico. Assim as ideias, discussões, denúncias, notícias, ideais políticos, modos de vida desejáveis, tudo relacionado a pessoa negra, que tinha espaços pejorativos nas imprensas ditas “comuns”, acabou sendo de extrema importância para congregar uma mentalidade racial, a construção de uma classe que tinha seus órgãos de representação. Assim é visto que esse jornal acabou influenciando e dando respaldo às atuações das lideranças negras daqui de Jaguarão, vendo que tinham em quem se inspirar para criarem seus espaços recreativos, de educação, de militância operária, entre outros territórios coletivos e individuais.

### **Capítulo 3: Correspondências e circulação do jornal A Alvorada no Rio Grande do Sul**

Já é apontado nas bibliografias o quanto o jornal A Alvorada circulava nas outras regiões, para além de sua sede em Pelotas, mas isso é pouco aprofundado nos estudos. O que temos é a afirmativa, que A Alvorada circulava pelas principais cidades da região sul, como Rio Grande, Pinheiro Machado, Canguçu, Bagé, Jaguarão, Alegrete, chegando até a capital do estado. E nestas cidades existiam representantes do periódico que eram encarregados de repassar as mensalidades dos assinantes e as informações sociais da comunidade negra local, como bailes casamentos, aniversários, jogos de futebol e etc. Algumas comunidades tiveram tamanha participação que chegaram até a ganharem suplementos em específico, como o Jaguarense, em Jaguarão, e o Correio Elegante, em Bagé, tendo consideráveis números no início da década de 1930 (SANTOS, 2003; OLIVEIRA, 2017).

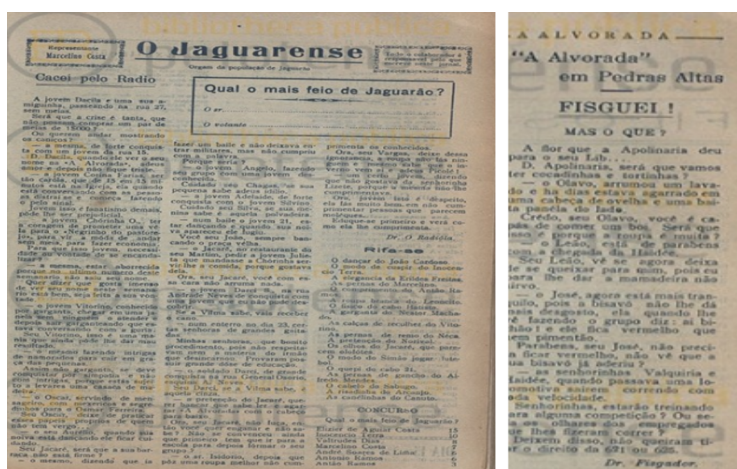
Assim, pretendo neste capítulo, analisar os exemplares da A Alvorada de 1932 a 1934. Esse periódico era semanal e era lançado aos domingos. Portanto, no mês circulavam entre 3 ou 5 jornais, às vezes por problemas, deixava de circular uma semana, mas o comum era ter 4 no mês. Neste sentido, mapeei um total de aproximadamente 150 periódicos<sup>32</sup>. Atento às notícias das outras cidades, no campo de pesquisa anotava a cada vez que aparecia uma

---

<sup>32</sup> O acervo do jornal A Alvorada analisado está disponível digitalmente, entre os anos de 1931-1935 e 1946-1957 no site <<http://acervobiblioteca.com.br/>> ultimo acesso: 28 de junho de 2023

coluna intitulada “A Alvorada” no Cerrito, por exemplo, ou um suplemento como O Jaguareense, como exposto a seguir.

Figura 1: Recorte de jornal: Um suplemento e uma Coluna



(A Alvorada. Biblioteca Pública Pelotense, 1933 p. 7)

Importante frisar, que anotei somente os locais que saíam as notícias nesse tipo de coluna. Com essas informações, foi possível construir a Tabela 1, que pretendo utilizar para visualizar o total de aparições de notícias. Chegou-se ao número de 254 vezes em que apareceu correspondentes de outras localidades e que foram as seguintes: Bagé, com 70 aparições; Pedras Altas, 65; Cerrito, 37; Cacimbinhas, 28; Jaguarão, 21; Capão do Leão, 13; Rio Grande, 12; Porto Alegre, 5; São Leopoldo 3; Areal, 2; e Herval 1 aparição. É importante lembrar que isso representa uma conexão com o jornal de Pelotas, um periódico que transmitia ideais políticos e fortalecia uma identidade negra, circulando nessas pequenas

idades do interior do sul do Rio Grande do Sul<sup>33</sup>, e mostrando um compartilhamento de experiências do cotidiano radicalizado, nada cômodo para os trabalhadores negros.

Esses ideais do semanário, mais que influenciaram, mas também evidenciaram a organização da comunidade negra nessas cidades, pois traziam instituições organizadas por famílias negras, e trajetórias individuais nesses espaços. Também foram importantes para a construção de referências negras, pela produção intelectual do jornal A Alvorada.

Foi possível perceber a conexão, como no caso da inauguração da sociedade União Etíope Etíope, noticiada em um texto com o título “Correspondência de Cacimbinhas” no dia 16 de julho de 1933, assinada por João Bueno, representante da A Alvorada na localidade. No texto é abordado o evento de posse da primeira diretoria das sociedades, e que foi conduzida pelo representante do jornal na localidade, que após chamar a nova e primeira gestão a assumir a cadeira, demonstrou em um discurso final uma felicidade por ver organizada a sociedade. Ao terminar o discurso, pediu para prestar uma humilde homenagem:

Aos heroicos baluartes, vanguardeiros das nossas aspirações, nosso patricio ilustre, Juvenal Penny, Rodolpho Xavier, Armando Vargas, José Penny e tantos outros que se esforçam para o engrandecimento da sua raça e grandeza da sua pátria!  
A eles, rendemos culto de gratidão, visto serem os pioneiros na propaganda da Campanha <Pró-Educação>, bálsamo confortador que será a mensagem evangélica aos quatro cantos do Rio Grande amado, para a unificação de todos homens de cor!  
Foram as suas últimas palavras abafadas por estrepitosas palmas pelo grande número de assinantes que prolongaram vivas, destacando os nomes de José Penny e Rodolpho Xavier, [...].<sup>34</sup>

Vemos os nomes e campanhas que aparecem repercutindo em outras cidades onde se tem correspondência com o jornal, havendo uma interação entre o público leitor, o jornal e os jornalistas. Esse público externo relacionava-se com o jornal, expressava opiniões, levantava debates sobre situações locais, principalmente em torno do tema racial. Em uma carta aberta ao jornal no dia 27 de agosto de 1933, de João Freitas, morador de Cerrito, e provavelmente assinante do jornal, ele saúda a atuação de Rodolpho Xavier, tendo ele como “amigo desconhecido” que se sente “orgulhoso e vibra de entusiasmo” quando lia seus artigos pois compreende o que ele diz, “[...] o que é fato, e real, deixando nos sempre uma impressão emocionante”. No final, o assinante levanta o debate sobre a identidade do mestiço, ao

<sup>33</sup> Pegando o número estimado de habitantes atualmente das 5 cidades com mais aparições temos: Bagé: 121.335 habitantes; Pedras Altas: 1.928 habitantes; Cerrito: 6.005; Cacimbinhas atual Pinheiro Machado: 12.194 habitantes; e Jaguarão: 26.500 habitantes. (IBGE, 2021). Se formos no censo mais próximo do marco cronológico deste trabalho, que é de 1940, vemos apenas 3 localidades: Bagé com 59.000, e a população negra (pretos e pardos) estimada em 11.899; Jaguarão com 15.704, e uma população negra estimada em 2.136; e Pinheiro Machado com 12.867, e a população negra estimada em 3.154. (IBGE, 1950, p. 92, 150 e 178)>

<sup>34</sup> A ALVORADA. 16 de julho de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 6

comentar sobre um artigo publicado no jornal em ataque a estes, ao mesmo tempo utilizando do discurso racista da época para se afirmar como mestiço e pertencente à “Raça africana”.

Pois eu sou mestiço como diz o missivista, os quais nem são brancos nem negros. Mas, então a que Raça pertence? A Nenhuma? [...] Eu sou mestiço, sei que pertenço a Raça africana, foram os meus princípios maternos, e, portanto, eu me sinto orgulhoso em saber que corre pelas minhas veias o mais precioso, o mais sublime e límpido sangue - o sangue africano<sup>35</sup>

Também temos o caso da Frente Negra Pelotense (FNP), que como vimos no capítulo anterior, tinha esta pretensão de congregar os homens de cor de toda região. Na edição da “A Alvorada” em 27 de maio de 1934, a notícia sobre a “Frente Negra”, trouxe a informação que o delegado da FNP em Pedras Altas, o sr. Demétrio Silva, propôs como sócios “[...] os dignos srs. João Faria e Herondino Rosa, tendo ambos contribuído com 5\$000 rs, provenientes de suas mensalidades”. Assim, seria decidido a aceitação ou não desses sócios na próxima sessão do Conselho da FNP, o que infelizmente não houve respostas no jornal<sup>36</sup>. Já em Cacimbinhas, foi solicitado ao representante do jornal para ser Delegado da FNP naquela localidade, o sr. João Bueno, observado em carta de aceitação sendo publicada em destaque na primeira página da edição de 21 de outubro de 1934, com o título “A Frente Negra em Cacimbinhas”. Com uma emoção expressa nas palavras, João Bueno finaliza a carta afirmando o compromisso:

A incumbência que bondosamente vós quereis me confiar, é uma missão bastante espinhosa para quem como eu, não dispõem de tempo necessário para bem atender com dedicação e desembaraço em tão elevado cargo, mas, já que mereci a admiração da vossa bondade, com referência a minha humilde pessoa por intermédio do meu presado amigo Demétrio Silva; a bem da causa farei o possível. Reafirmando-vos os protestos da minha profunda e autoestima aos denodados vanguardeiros da boa causa, firmo-me com elevado apreço<sup>37</sup>

Até aqui, apresento alguns exemplos dessa circularidade das ideias que o jornal A Alvorada transmitia e que chegava até a comunidade negra para além da região de Pelotas. Como esse trabalho visa apresentar as correspondências e o suplemento da cidade de Jaguarão, não atentei nas colunas e suplementos dessas outras cidades. Essas relações com outras cidades acabaram ficando em segundo plano de minha atenção, sendo apenas pequenas “caçadas” nas edições consultadas. Mas mostram uma potência que pode haver nessas pequenas localidades, evidenciando cada vez mais uma comunidade negra conectada e se comunicando, tendo como principal baluarte o jornal A Alvorada.

<sup>35</sup> A ALVORADA. 27 de agosto de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 2

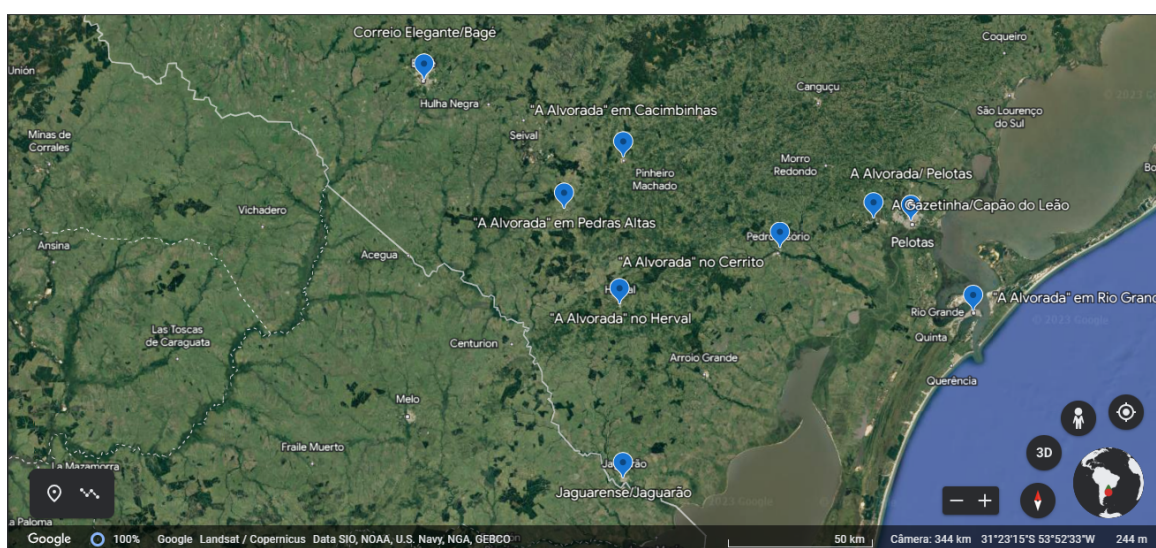
<sup>36</sup> A ALVORADA. 27 de maio de 1934. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 3

<sup>37</sup> A ALVORADA. 21 de outubro de 1934. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 1

Após evidenciar na fonte, exemplos de aparições de notícias de outras localidades, com o intuito de fazer um levantamento das cidades que tinham correspondências de notícias locais, evidenciei a circulação desse periódico na região. Assim, guio meu questionamento para a seguinte direção: quais cidades mostram uma intimidade entre comunidade negra local e a de Pelotas, tendo o jornal A Alvorada como a ponte desta relação?

Nesse caso foi delimitado somente as cidades da região sul do Rio Grande do Sul, já que é esse o espaço geográfico trabalhado que é o foco da pesquisa, e também de predominância das correspondências, como é demonstrado no mapa da Figura 2:

**Figura 2: destaque das cidades, na região sul do Rio Grande do Sul que teve correspondências do jornal A Alvorada entre 1932-1934**



Google Earth website. <http://earth.google.com><sup>38</sup>

Para evidenciar ainda melhor estas informações, apresento a tabela com o número de correspondências e suplemento das cidades destacadas no mapa, abaixo:

**Tabela 1: Cidades com notícias em correspondência com A Alvorada (1932-1934)**

Cidade	Correspondências/ suplementos	Representante	Duração

<sup>38</sup> As cidades destacadas aqui são: Bagé, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), Pedras Altas, Herval, Cerrito, Capão do Leão, Rio Grande, Jaguarão e Pelotas (cidade sede do jornal),



Bagé	70	Januário Porciúncula	05 de fevereiro de 1933; segue após 1934.
Pedras Altas	65	Ivo Valeda	21 de agosto de 1932; segue após 1934.
Cerrito	37	Otacílio Vergara	26 de abril de 1932 até 18 de novembro de 1934.
Cacimbinhas	28	João Bueno	3 de julho de 1934; segue após 1934.
Jaguarão	21	Marcelino Costa	De 18 de dezembro de 1932 até 28 de maio de 1933.
Capão do Leão	13	não encontrado	03 de janeiro até 04 de fevereiro de 1934
Rio Grande	12	Dorval Gomes	03 de setembro de 1933; segue após 1934
Herval	1	Léo Nievesberg	19 de agosto de 1934

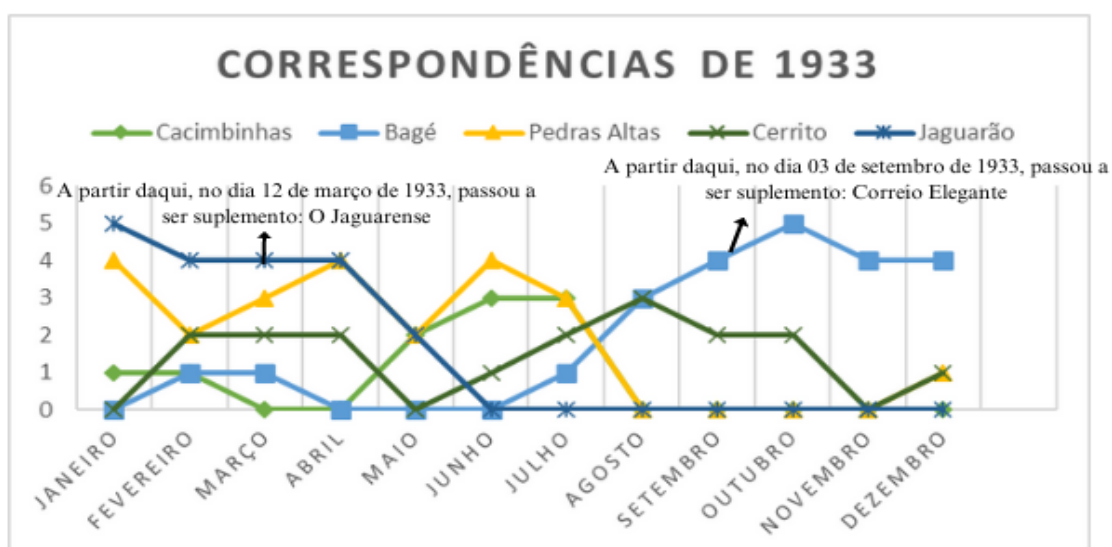
Temos aqui o número de aparições de correspondências, porém é importante frisar que elas não foram em sua maioria constantes, no caso das três pequenas cidades, Pedras Altas, Cerrito e Cacimbinhas, variava entre meses mais efetivos e outros que pouco ou não apareciam. Elas também apresentaram colunas menores. Já no caso dos suplementos, o Correio Elegante em Bagé, é o que atinge maior constância desde seu formato em coluna, fortalecendo ainda mais quando passou para suplemento. No caso do Jaguareense, vemos uma constância nas colunas, e do próprio suplemento, porém desapareceu repentinamente posteriormente. Para evidenciar a constância das correspondências, foi produzido um gráfico, dos anos de 1932, 1933 e 1934, com as 5 localidades mais noticiadas no periódico.

**Figura 3: Correspondências do jornal A Alvorada de outros municípios da região, ano de 1932.**



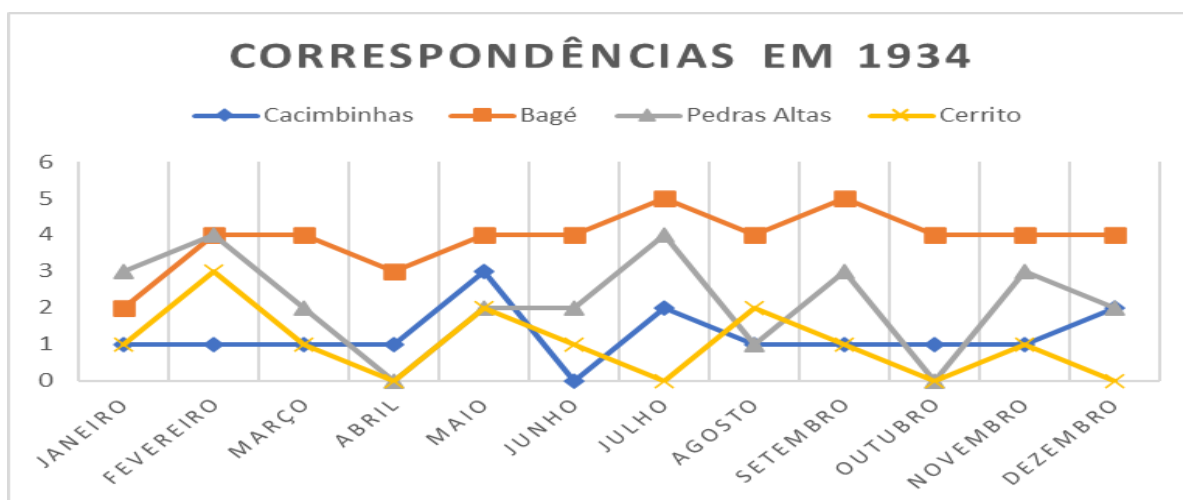
Fonte: FRANCO, 2023

**Figura 4: Correspondências do jornal A Alvorada de outros municípios da região, ano de 1933.**



Fonte: FRANCO, 2023

**Figura 5: Correspondências do jornal A Alvorada de outros municípios da região, ano de 1934.**



Fonte: FRANCO, 2023

É interessante perceber nos gráficos acima, uma certa evolução no passar dos anos. Enquanto que em 1932 aparece bem timidamente um número de 27 notícias de fora de Pelotas, depois ampliam-se as correspondências. Vale destaque o suplemento de Capão do Leão, denominado A Gazetinha, e que vinha nos seus dias finais naquele ano. Ele foi constante desde pelo menos novembro de 1931, e tem seu último aparecimento na edição de 17 de abril de 1932. E é nesse ano, o de 1932, que aparecem as colunas de Pedras Altas, Cerrito, Cacimbinhas e Jaguarão. Já em 1933 há um salto no número de correspondências, e o jornal também volta a ter um suplemento de outra cidade do interior, O Jaguareense. Na edição do dia 12 de março de 1933, vemos o anúncio da criação do suplemento de Jaguarão:

Devido à grande aceitação que tem tido o nosso semanário nesta localidade, resolvemos criar este suplemento, com o fim de entusiasmar e agradar aos dignos, bondosos e corretos assinantes que possuímos aqui. Agradecemos a simpatia e a aceitação que o probo povo de Jaguarão tem dispensado a A Alvorada bem assim como ao esforçado agente, sr. Marcelino Costa, muito amigo e ardoroso companheiro, que tudo tem feito pelo progresso desta folha<sup>39</sup>.

Caiuá Cardoso Al-Alam em seu artigo sobre o suplemento O Jaguareense, chama a atenção neste trecho, principalmente para as palavras “dignos” e “corretos”, evidenciando a insistência dos editores em um perfil desejado para a comunidade negra que era vinculada ao jornal (AL-ALAM, 2020).

<sup>39</sup> A ALVORADA. 12 de março de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 6

Será abordado com mais atenção o caso de Jaguarão a seguir, mas antes de seguirmos, é oportuno demonstrar as relações dos editores da A Alvorada com o representante jaguareense Marcelino Costa, expressa no jornal, que mostra ser bastante forte e harmônica. O suplemento vinha constante no começo do ano de 1933, e o jornal publicou a foto do representante duas vezes. A primeira, na edição de 19 de março de 1933, saudando o seu aniversário, em um texto cheio de elogios:

No dia 22 do corrente, verá passar mais um ano de sua útil e laboriosa existência o nosso dedicado amigo e representante desta folha em Jaguarão.

Marcelino Costa, o distinto jovem em quem <A Alvorada> tem um amigo correto e desinteressado, tudo tem feito para o seu desenvolvimento nesta próspera localidade, pois começamos com a remessa de 10 jornais e há se vê acrescida mais 90, fazendo um total de 100 jornais, cuja importância nos é remetida todos os meses com pontualidade.

<A Alvorada> agradecida, publica hoje o clichê de seu leal amigo, como uma justa e merecida homenagem, que presta por ocasião de seu aniversário natalício, enviando-lhe um forte amplexo, com votos de felicidades, no seio da sua família estremecida e dos amigos dedicados<sup>40</sup>.

Na esteira desse pensamento, é importante perceber que o texto é cheio de elogios, de um portal de comunicação que mostramos ter um respeito da comunidade negra da região, colocando o jovem Marcelino em um certo prestígio, como uma pessoa bem quista. Fico imaginando os assinantes do jornal em Jaguarão associando essa notícia e a representação da imagem em volta daquele jovem rapaz, que fazia 23 anos neste dia<sup>41</sup>.

É interessante destacar a quantidade de remessas, que chegava a 100 jornais. Al-Alam (2020) fez um exercício interessante para pensar esses números. Já foi apontado aqui o censo de Jaguarão no ano de 1940, páginas acima, mostrando que a população negra em Jaguarão era de cerca de 2 mil pessoas. Aplicando essas 100 assinaturas do jornal negro A Alvorada na cidade, considerando o alto índice de analfabetismo na comunidade negra, uma realidade que também não era diferente no conjunto da classe trabalhadora, supondo que um a cada dez pessoas negras sabiam ler e escrever, temos uma expressão interessante. Ainda contando com as leituras coletivas nos espaços de sociabilidade, os empréstimos que faziam uma edição circular, a proporção de acesso a A Alvorada em Jaguarão era invejável (AL-ALAM, 2020).

<sup>40</sup> A ALVORADA. 19 de março de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

<sup>41</sup> Al-Alam (2020) encontra a certidão de casamento de Marcelino Ferreira da Costa, no FamilySearch e o descreve no artigo: "[...] nascido neste Estado no dia 22 de março de 1909, profissão artista, filho de Marcelino Ferreira da Costa (falecido em 1930) e de Maria José Dias da Costa (nascida em 1883), casou-se com Helia Soares, nascida neste Estado no dia 28 de fevereiro de 1914, profissão doméstica, filha de Alda Soares (nascida em 1899) e sem registro de paternidade." Link do documento: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-L1RV-DH3?i=129&cc=1985805>. Iremos trabalhar melhor a família de Marcelino no último subcapítulo.

A segunda aparição da imagem do agente jaguarense, na edição de 7 de maio de 1933, onde se estava comemorando o aniversário do periódico, sob o título “Os que honram a raça”, diferente da anterior, está no corpo do jornal e não no suplemento. A publicação segue com um pequeno regozijo: “Sr. Marcelino Costa, amigo e representante da <A Alvorada> em Jaguarão, que tudo tem feito pelo progresso deste semanário e pelo engrandecimento da raça [...]”<sup>42</sup>.

**Figura 6: O agente da A Alvorada na cidade de Jaguarão**



(Fonte: A ALVORADA. 19 de março de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5)

Porém, após a edição de 7 de maio, o suplemento ficou sem aparecer por duas semanas, retornando no dia 28 de maio do mesmo ano. Após essa edição, o suplemento desaparece, e vem reaparecer numa situação de certa forma constrangedora, como na edição do dia 15 de outubro de 1933, que cobrava explicações a respeito do convênio de assinaturas firmado e não cumprido por parte de Marcelino.

Telegrama – cifrado. Urgente. O Sr. Marcelino Costa, ex-representante da A Alvorada. Alfaiataria “Ao Figurino”. Rua 15 de novembro n. 59. Jaguarão. Rogamos dar-nos explicações a respeito do nosso convênio. Os dias estão se esgotando e a nossa complacência também... esperamos solução urgente. Já estando no prelo vosso clichê, com as respectivas homenagens de que sois merecedor. Avisamos para que fiquis cientes da nossa intenção. Sem mais firmo-me sumamente grata. A Alvorada<sup>43</sup>.

No dia 7 de janeiro de 1934, observamos os redatores do jornal acusando receberem o pagamento de 25\$000 por parte de Marcelino, o que não foi suficiente visto a promessa de

<sup>42</sup> A ALVORADA. 7 de maio de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 9

<sup>43</sup> A ALVORADA. 15 de outubro de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 7

remeter todo mês uma quantia<sup>44</sup>. O ultimato se deu na edição de 13 de maio de 1934, em que o jornal publicou um diálogo com o Dr. Caçador, colocando o protagonista da coluna, que era antes escrita pelo próprio Marcelino, para justificar os motivos de seu desaparecimento.

O jornal intitula o texto como “Uma palestra com o Dr. Caçador”, e inicia com uma saudação que indaga o desaparecimento do protagonista da fronteira: “Oh amigo Caçador há tanto que não te via! É verdade meu bom amigo, a gente só deve aparecer quando seja necessário [...]”. O texto continua enfatizando a ideia de que a coluna “Cacei” deveria ceder espaço para outros textos que, na pretensa opinião da redação do jornal, contribuíssem, de fato, com a cidadania da comunidade negra, “[...] pois o que o nosso jornalzinho precisa é do cultivo esclarecido dos seus colaboradores e leitores, e eu, com as minhas caçadas, recebo muito espaço do jornal A Alvorada, quando devia ser preenchido com artigos de fundo dos seus ilustrados colaboradores [...]”. Nesse diálogo, com base na ventriloquia, em que se finge que há outro indivíduo a responder, o jornal encerrava, de fato, a participação do “Dr. Caçador”. Durante todo o ano de 1934, não apareceram mais notícias do “Dr. Caçador”, nem ao menos de Jaguarão. (AL-ALAM, 2020, p. 73)

Voltando para a visão geral das correspondências, temos em 1933 também as primeiras aparições da cidade de Bagé, primeiro em formato de coluna nos meses de fevereiro e março, respectivamente dia 5 de fevereiro e 12 de março. Posteriormente, volta a ter um espaço específico para as notícias daquela cidade no mês de julho, e depois são publicados 3 números em agosto. Na primeira semana de setembro, surgiu o suplemento *Correio Elegante*, que seguiu com uma grande frequência em 1934, ano esse de maior número de correspondência das localidades da região, prevalecendo também Pedras Altas, Cerrito e Cacimbinhas. Mas há consideráveis notícias vindas de Rio Grande, e uma em Herval, apresentando o representante do jornal naquela localidade chamado Léo Nievesberg.

Percebendo esse caminho pelo estado gaúcho traçado pela A Alvorada, me ficou as seguintes questões: como era a chegada das remessas de jornal saindo da cidade de Pelotas com destino as localidades apontadas? Como se dava essa articulação, relação pessoal, dos representantes do jornal com os agentes desta localidade?

Esses questionamentos vêm em um momento crucial para entendermos melhor a função do jornal A Alvorada, e tudo que ela representa, para além dos impressos, como também a atuação dos responsáveis intelectuais orgânicos que constroem o jornal e uma experiência compartilhada de negritude.

A figura de Juvenal Penny é estratégica. Ele foi um dos fundadores e proprietário do jornal até o ano de 1947, sendo aparentemente fundamental para essa articulação. Já que ele

---

<sup>44</sup> A ALVORADA. 7 de janeiro de 1934. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

era dono de uma empresa de fogos de artifício, viajando pelo interior divulgando e vendendo seu produto, tanto os fogos quanto o jornal.

Era dono da Fábrica de Fogos São Veríssimo, em nome da qual viajava constantemente pela região de Pelotas para “armar as peças pyrotechnicas”, ocasiões em que aproveitava para rever amigos, cobrar as mensalidades do jornal e divulgar as lutas empreendidas através do semanário (SANTOS, 2003. p. 127)

Aline Sonego abordou o aspecto da circulação do jornal da imprensa negra O Astro da cidade de Cachoeira, em outras localidades, principalmente no município vizinho de Rio Pardo, com assinantes também em Porto Alegre. Assinala também, jornais chegando na redação do O Astro vindos de outras cidades, como de Santa Maria e Alegrete. Destaca a autora que a circulação desses periódicos está ligada à expansão ferroviária no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX (SONEGO, 2022).

A circulação para outras cidades dos periódicos impressos nas primeiras décadas do século XX contou com uma malha ferroviária em expansão, que transportava variados impressos das cidades maiores para as menores. A Tipografia do jornal O Commercio disponibilizava para venda revistas ilustradas como as cariocas Fon-Fon e Careta, entre outras. Neste sentido, é importante considerar as redes de difusão de periódicos que se expandia e permitia o acesso a revistas publicadas na capital federal até uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Porém, para os jornais locais, os meios mais efetivos de circulação contavam, fundamentalmente, com a existência de um correspondente, isto é, uma pessoa encarregada de angariar novos assinantes, recolher os valores das assinaturas, entregar as publicações e, principalmente, coletar informações para compor as notas sociais daquela comunidade assinante. (SONEGO, 2022, p. 153)

Não podemos excluir desta análise, outras formas de circulação, como o transporte dos vapores nas conexões fluviais, como no Rio Jaguarão, no Rio Camaquã, entre outros da região. Mas merece destaque o momento do transporte ferroviário no Rio Grande do Sul, aqui para o nosso caso, a linha Rio Grande – Bagé – Cacequi. O mapa da linha férrea é destacado na figura 4 e 6.

Bagé era na época uma cidade relativamente grande, com uma comunidade negra organizada através de um número considerável de instituições, e naturalmente havia o magnetismo com as instituições negras de Pelotas. Essa conexão pode ter sido um processo acompanhado do avanço e difusão das tecnologias de locomoção e comunicação que a linha férrea que conectava Rio Grande-Pelotas-Bagé proporcionou, e que foi inaugurada no ano de 1884. Essa linha contava com 16 estações no ano de 1884, e uma extensão de pouco mais de 280 km de distância. (SCHMITZ, 2013).

Sobre essa relação da comunidade negra de Pelotas com a de Bagé, já é um aspecto bastante citado na historiografia. Tiago da Rosa Silva (2018), em sua dissertação, que busca

mostrar as estratégias da comunidade negra para uma afirmação de uma identidade racial positiva e luta por direitos através da imprensa negra, entidades carnavalescas e clubes sociais de Bagé, evidencia fortes ligações com a comunidade negra de Pelotas. O autor aponta Rodolpho Xavier, um dos fundadores do jornal A Alvorada, como um colaborador do jornal da imprensa negra de Bagé, objetivamente o jornal A Liberdade, de defesa das ideias federalistas e de exaltação da figura de Gaspar Silveira. Este intelectual negro pelotense era responsável por escrever colunas políticas no jornal bageense no ano de 1920. Ainda eram evidenciados amistosos entre times negros de Bagé e times negros de Pelotas.

No ano de 1936, o Grêmio Sportivo América, time de futebol composto por jogadores negros de Bagé, fez uma excursão para a cidade de Rio Grande e depois Pelotas. Em Rio Grande, a equipe bageense disputou um jogo amistoso contra o Combinado Gaúcho, time de futebol rio-grandino que já havia visitado Bagé. Porém, para além de apenas um jogo amistoso, o Grêmio Sportivo América apresentou uma peça de teatro intitulada O Que Há em Bagé, fazendo da caravana um festival artístico/futebolístico. [...] Já na cidade de Pelotas, a caravana do América iria disputar um jogo amistoso com o coirmão também chamado América, cujo ao vencedor “será oferecida uma linda e artística taça, em regozijo pelo 29 aniversário da fundação da nossa apreciada colega A Alvorada” (O Arauto, 26/04/1936, p. 3) (SILVA, 2018, p. 154,).

No caso de Bagé, temos alguns clubes sociais e carnavalescos, na década de 1930, como o Zíngaros e o Palmeira, e um alto número de jornais da imprensa negra, sendo exemplos desta o “[...] A Liberdade, A Revolta, O Teimoso, O Palmeira, O 28 de Setembro, A Defeza, A Tesoura, O Boato, Lampeão, O Rouxinol, O Rio Branco, Socega Leão e O Arauto. Esses periódicos estão cronologicamente distribuídos entre os anos de 1913 a 1952” (SILVA, 2018, p. 68).

Ressalta-se também a trajetória nas cidades de Pelotas e Bagé é a figura de Luciana Lealdina de Araújo, que em 13 de maio de 1901 fundou o Asilo de Órfãos São Benedito. Este espaço era destinado às crianças negras, predominantemente para meninas negras, visto a precariedade, e considerando que a educação era um fator importante para a inclusão social. Lealdina teve como fio condutor a caridade e a religiosidade, e foi uma figura respeitada na cidade, estabelecendo alianças com importantes nomes da comunidade negra pelotense, como José da Silva Santos, Juvenal Augusto da Silva, Rodolfo Xavier e entre outros que fizeram parte da direção (OLIVEIRA, 2019, p. 36).

Ela se mudou para Bagé em 1908, conforme foi narrado nos jornais posteriormente, quando seu legado já estava consolidado. Foi noticiado em 1947 no jornal Correio do Sul, que ela chegou na cidade “Num desses dias que ocorrem normalmente, às 17 horas e 30 minutos,



pelo trem vindo do litoral [...] ninguém a esperava, para nós eram desconhecidas as suas virtuosas credenciais”. Há um relato no Correio do Povo também de 1947:

Luciana ao chegar se hospedou num pequeno hotel localizado na Praça da Estação. Nos primeiros anos de sua estadia em Bagé, Luciana e suas filhas se sustentavam com a venda de doces aos passageiros que desembarcavam dos trens da cidade. Essas ações fizeram com que conseguisse a ajuda de uma importante personalidade da “Rainha da Fronteira”, o Monsenhor Contábil Hipólito. Dessa parceria surgiu a oportunidade de Mãe Luciana fundar o Orfanato São Benedito (FAGUNDES, 2005; ROTERMUND, 1981). Diferente do Asilo localizado em Pelotas, o Orfanato São Benedito acolhia meninas e meninos carentes (OLIVEIRA, 2019, p. 41)

Assim temos aqui o trajeto ferroviário Rio Grande-Bagé relacionado no trajeto de Luciana até a chamada Rainha da Fronteira. Recuperando o mapa, e as outras localidades das estações, mostra que os representantes e notícias das outras localidades que apareciam na Alvorada estavam próximas a esse trajeto.

### **Figura 7 - Malha Ferroviária Rio Grande do Sul (1920)**



Fonte: (IPHAE, 2002, p. 24)

Este mapa da malha ferroviária foi feito pelo Estado do Rio Grande do Sul, assim que assumiu a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Era dirigida antes pela Compagnie Auxiliaire, que vinha enfrentando duras críticas com o funcionamento do serviço e as condições precárias de trabalho, tendo movimentos grevistas entre os trabalhadores ferroviários nos anos 1913, 1917 e 1919:

Os grevistas denunciavam o desleixo com que a VFRGS vinha sendo administrada, implicavam diretamente com a direção pela situação da empresa e pelo comprometimento das condições de trabalho. Estas denúncias acabaram servindo para corroborar a ideia do Governo Estadual de que estes serviços fossem administrados pelo Estado, tal como estava previsto nas diretrizes programáticas do PRR (HARES, 1992, p 24)

Assim, após se tornar estatal teve uma melhora, com aumentos significativos de passageiros, de transporte de mercadorias e de animais, e um aumento da extensão do tráfego (HARES, 1992, p. 29). É no contexto de aumento da extensão do tráfego, que foi inaugurada a Estação Férrea de Jaguarão, no dia 25 de março de 1932, projeto da VFRGS. Com uma estação de médio porte, pertencia ao ramal Basílio (Herval)-Jaguarão que fazia a ligação da

fronteira da linha Rio Grande-Bagé. Além, também, de unir com a estação de Rio Branco no Uruguai (PALMIERI, 2017, p. 20).

**Figura 8: Foto do prédio da Estação Ferroviária de Jaguarão utilizado na década de 1930**



Fonte:(PALMIERI, 2017, p. 30)

É interessante a mobilização de pessoas na estação, com trajes da época, alguns no centro com o que parecem fardas, as mulheres de vestidos claros, e os homens de chapéus. É interessante imaginar as histórias que essa estação deve ter de encontros e despedidas, de comunicação e porta de entrada de produtos, tanto materiais quanto culturais. E aqui convido o exercício de imaginar a comunidade negra utilizando deste meio de comunicação e transporte, de porta de entrada, para se instruir e se manter atenta nos debates políticos raciais da época, tanto de Jaguarão quanto para a comunidade negra de Pedras Altas, Cerrito e Cacimbinhas. Foi neste contexto, que foi realizada a experiência histórica da circulação do suplemento O Jaguareense, que faremos a análise no próximo subcapítulo.

**Figura 9 - Malha Ferroviária Rio Grande do Sul (1959)**



Fonte: (IPHAE, 2002, p. 25)

### 3.3 identidades negra nos cotidianos apontados pelo caçador de fofocas

A primeira aparição de notícias de Jaguarão no A Alvorada, foi na edição de 18 de dezembro de 1932, com a coluna “Cacei”, assinado pelo Dr. Caçador. Foi uma coluna constante nas edições, focada na mesma perspectiva das colunas de *fofoca* do mesmo jornal, principalmente o “Pesquei”, assinado pelo Dr. Pescadinha, coluna escrita pelo proprietário do jornal Juvenal Penny para a cidade de Pelotas.

O uso de uma antiga estratégia para envolver a população com as edições, foi fundamental: a adoção de uma coluna de fofocas. Ela servia para promover o controle moral, mas se tornou efetiva também para reivindicar autoestima ao povo negro. Antes mesmo do suplemento específico da cidade, a coluna “Cacei” já era publicada no jornal, o que, certamente, contribuiu para chamar a atenção. Semanalmente, a coluna era o carro-chefe das notícias relativas à cidade de Jaguarão. Diversas pessoas tinham, nas páginas do jornal, publicados os comportamentos tidos como desviantes e nocivos, e isso chamava a atenção e gerava curiosidade, tornando extremamente assíduo o acompanhamento do periódico com enorme receio de ali serem citadas. (AL-ALAM, 2020, p. 60)

Essas colunas buscavam manter um padrão moral do comportamento da comunidade negra, e requisitado pela própria em seus espaços construídos. Assim, nas experiências sociais vividas, com as práticas de racismo, se monumentalizou uma identidade negra que vetorizou

um sentimento coletivo de luta contra o preconceito (SILVA, 2018, p. 15). Corroborando com a afirmação de Kabengele Munanga (1990):

O negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural, moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisava recuperar. A essa retomada, a essa afirmação dos valores da civilização do mundo negro deu-se o nome de "negritude" (MUNANGA, 1990, p. 111)

Nesta retomada de si, e a construção de uma identidade coletiva tendo como centro a negritude, o jornal *A Alvorada*, e os demais jornais da imprensa negra, tiveram papel fundamental no início do século XX. O nosso periódico pelotense tinha como heróis, figuras fundamentais para a luta dos direitos das pessoas negras, como o foi José do Patrocínio para a abolição da escravidão. E nessa perspectiva, de agirem em prol de uma “salvação da raça”, que intelectuais dos jornais, como Rodolfo Xavier e Armando Vargas, que constantemente escreviam no periódico sobre temas políticos, de sociabilidade e instrução, construíram suas imagens vinculadas a esse movimento de reivindicação de uma negritude, como um paradigma da luta por cidadania.

É interessante quando vemos como as histórias dos clubes sociais se cruzam nesta perspectiva da racialização, como bem transcreveu Fernanda Oliveira da Silva (2018), na perspectiva da escrevivência, a memória da comunidade negra envolvida nos clubes sociais de Pelotas, Bagé, Jaguarão e Melo, tem sua memória vinculada aos clubes *Fica Ahi Pra Ir Dizendo*, *Os Zingaros*, *24 de agosto* e *o Centro Uruguay-club de los negros*. Estas instituições têm uma coisa em comum em suas histórias, surgem por não ter um local para as famílias negras aproveitarem festas e bailes, principalmente no período do carnaval, evidenciando uma exclusão das pessoas negras dos clubes sociais (SILVA, 2018).

A autora aponta que a questão era existir em uma sociedade pautada pelo racismo antinegro. Assim, a comunidade negra construiu uma concepção racial positiva, usando da racialização para suprir a vida cultural e intelectual daqueles indivíduos excluídos dos espaços sociais. Com isso, há uma mentalidade comum do ser negro, e uma comunidade que ia além dos limites territoriais, estabelecendo diálogos com a modernidade na constituição de espaços próprios para as pessoas negras: “Por meio da experiência dos clubes negros transformavam-se margens em centros, potentes em criatividade, luta e contraposição, entremeadas pela alegria que os bailes proporcionavam.” (SILVA, 2018, p. 152).

Conecta-se assim, a agência negra na criação da imprensa negra, principalmente ao observar os jornais de grande circulação nas cidades, nas colunas sociais, que determinavam normas de padrão do branqueamento. Já na imprensa negra foram utilizadas as colunas sociais para conectar as experiências com a racialização de seus próprios corpos, e na contramão do discurso supostamente científico das raças hierarquizantes. Evidencia-se assim, uma raça negra com orgulho, mostrando o caminho para a sua elevação social, principalmente pautando a forma de se portar, de vestir, buscar a instrução e alfabetização. Portanto, o surgimento dos jornais da imprensa negra vai na mesma corrente afirmativa dos clubes sociais negros, por exemplo.

Pensando sobre as colunas sociais, em artigo intitulado “Escavando o chão da futilidade: Colunas sociais, fontes para o estudo de elites locais” o autor José Henrique Rollo Gonçalves (2007), mostra a continuidade do papel do colunista social nos periódicos locais, principalmente nas cidades do interior, de relatar, fixar padrões morais, e determinar os da alta sociedade: “O colunismo clássico era produtor de gírias sóbrias, que ganhavam as ruas depois de serem destiladas e acrescidas de novas acepções. E soletrava os francesismos, que davam um charme adicional àqueles elogios diários da futilidade fidalga da grande burguesia” (GONÇALVES, 2007, p. 38).

Mas um ponto importante ressaltado pelo autor, nesse colunismo clássico, foi que os relatados não eram necessariamente membros da elite política e/ou econômica, mas o aparecimento nessas colunas os aproximava desta elite. Sendo assim, uma questão de status aparece nestas colunas que relatam o cotidiano da volta dos locais mais bem quistos. Na cidade de Jaguarão eram, por exemplo, a Praça 13 de maio (atual Praça Alcides Marques), e os clubes Jaguareense e Harmonia. Sobre a Praça enquanto um lugar social:

A Praça como conhecemos hoje, está ligada ao projeto de desenvolvimento e embelezamento da cidade, surgindo em 1856 as primeiras manifestações no sentido de modernizar a praça central, com a implementação de elementos arbóreos em seu interior. Pela sua localização central, as casas mais bem ornamentadas acabaram localizadas à sua volta, numa expressão nítida do poder econômico. Este processo de desenvolvimento foi comum nas cidades da América Latina, estabelecendo nas praças um aspecto romântico e de contemplação. Ao mesmo tempo que há este embelezamento, também se afirmava uma hierarquização de quem poderia frequentar este espaço, sendo um local para lazer e contemplação da elite branca, e a exclusão do povo negro, este último concentrando sua circulação na parte próxima ao rio, onde havia as demandas de serviços. (FRANCO; MENA, 2022, p. 27)

Pensando na imprensa de Jaguarão, principalmente aquela que focava relatar o cotidiano da cidade, tendo como característica as colunas de *fofocas*, analisei para esse trabalho três jornais que são relacionados ao Club Jaguareense, instituição ligada à elite local.

São os jornais Sombra Misteriosa,<sup>45</sup> O Mysterio<sup>46</sup> e Correio Elegante<sup>47</sup>, respectivamente nos anos de 1927, 1929 e 1930. Os dois primeiros se denominavam como Órgão Oficial dos Namorados, o jornal O Mysterio em sua fundação traz o seu objetivo, e a relação com o extinto Sombra Misteriosa:

Surge hoje, o MYSTERIO, o novo órgão dos namorados, dos que não tem namorada, dos viúvos, de todos, até das sogras que, por ventura nossa, quiserem passar descomposturas dos genros e vice-versa.  
A SOMBRA MYSTERIOSA desapareceu do cenário depois de 7 anos de lutas, de sustos, de desgostos...tem tanta coisa!  
[...] Foi-se a SOMBRA, mas ficou o MYSTERIOS para todos os efeitos legais e ilegais<sup>48</sup>

Já o Correio Elegante se denominava como uma Revista Moderna. Esses jornais traziam a vida social jaguareense, em clubes principalmente o Caixeiral e o Jaguareense, relatando os seus bailes, e os namoros e traições que se davam nessa sociabilidade. Também relataram as partidas de futebol e outros esportes, e as sessões de cinema. Era a vida social em que a imagem da pessoa negra pouco aparecia. Em referência a essas pessoas excluídas dos espaços sociais, só tivemos uma vez, no jornal Sombra Misteriosa, e teve como alvo as mulheres negras. Antes de mostrarmos o episódio, é importante evidenciar a imagem ideal de mulher que era transmitido na época, pela classe social trabalhada neste momento. Primeiro um ideal de corpo, quando se fala da beleza da mulher, o jornal Sombra Misteriosa sintetiza bem o seu olhar, na seguinte coluna:

Constituem a beleza da mulher: três coisas brancas: - a pele, os dentes e as mão. Três cousas pretas: - os olhos, as pestanas e as sobranceiras; três encarnadas: - os lábios, as faces e as unhas; três compridas: - o corpo, o cabelo e as mãos; três curtas: - os dentes, as orelhas e os pés; três largas: - o peito, a frente e a bacia; três estreitas: - a boca, a cintura e a ponta do pé; três delgadas: - os dedos, os cabelos e os lábios. A nossa leitora com certeza, se não tiver todos esses predicados, terá alguns deles e, por isso, inscrevemo-la no número das mulheres bonitas<sup>49</sup>

Já sobre o ideal de comportamento, temos no jornal *Mysterio*, um artigo intitulado “Quando é mais feia a mulher” que diz: “É feia a mulher quando fala demasiadamente. Mais feia quando ri por ostentação. Muito mais feia, quando na Igreja olha para trás para ver o que

<sup>45</sup> SOMBRA MYSTERIOSA. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC). 1927

<sup>46</sup> O MYSTERIO. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC). 1929.

<sup>47</sup> CORREIO ELEGANTE. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC). 1930

<sup>48</sup> O MYSTERIO. 10 de janeiro de 1929. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC). p. 1

<sup>49</sup> SOMBRA MYSTERIOSA. 20 de novembro de 1928. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC).

se passa. Pior, quando se ocupa de assuntos políticos [...]”<sup>50</sup>. Em outro periódico, o *Correio Elegante*, há uma sátira ao “progresso feminino”:

Uma das coisas mais engraçadas do mundo é o feminismo. Nunca houve nada que me fizesse mais rir. Mulher votando, mulher governando, mulher fazendo discursos, mulher curando, advogando, chumbando dentes, guiando automóveis, etc. Tudo isso é delicioso e tudo isso é absolutamente próprio das mulheres... O que não é absolutamente próprio das mulheres é amar, ter filhos e dar de mamar. Isso não. Isso acaba competindo aos homens. E, como segundo o darwinismo, a função cria o órgão, os homens acabaram dando de mamar às crianças.... [...]”<sup>51</sup>

Pensando esse preconceito contra a mulher, visto os avanços das pautas feministas em contexto mundial, os homens se viam ameaçados de seus espaços na sociedade patriarcal, e ridicularizavam as mulheres que enfrentaram esse sistema: “Antes da libertação das mulheres, todas as mulheres, mais jovens ou mais velhas, foram socializadas pelo pensamento sexista para acreditar que nosso valor estava somente na imagem e em ser ou não notada como pessoas de boa aparência, principalmente por homens” (hooks, 2019, p. 57).

Neste sentido, é importante ter em mente que essas colunas sociais da elite jaguareense, na primeira metade do século XX, tinham esse papel de vigia das condutas, e focaram principalmente as mulheres, principalmente para a defesa da família, sendo esse avanço do feminismo visto como uma ameaça às ordens sociais.

Já em torno da mulher negra, aparecia a visão desta como uma aversão da mulher ideal, imagem forjada nesses periódicos que relataram os namoros e decepções amorosas da mocidade jaguareense. E para o corpo feminino de cor negra, o sexismo e o racismo se combinavam, trazendo à tona toda a tradição do lugar da mulher escravizada, sexualizada pelo mito da democracia racial e silenciada pelo cotidiano de inferiorização. Sempre relacionada à imagem da mucama, ou a doméstica, anônimas e exóticas, vivendo nas zonas periféricas e cortiços, conforme problematizado por Gonzales:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos

<sup>50</sup> MYSTERIO 20 de maio de 1929. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC).

<sup>51</sup> CORREIO ELEGANTE. 18 de abril de 1928. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC).



oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço (GONZALEZ, 2020, p. 73)

Assim, sobre a mulher negra, o jornal *Sombra Misteriosa* trouxe o único elemento negro que aparece nas edições destes jornais da sociedade branca, analisadas. Se queixando na coluna intitulada “De tudo...”, o senhor João de Barro, dizia que estavam escassos “[...] os assuntos, apesar dos bailes seguidos e das reuniões esportivas de todos os domingos. Os bailes já não trazem novidades, [...]”<sup>52</sup>. Ele faz o movimento de ir para a outra localidade: “[...] agora trabalhamos na zona da aldeia, porque, lá, há muito mais que descobrir”<sup>53</sup>. Já em outra coluna, intitulada “Miscellanea”, assinado com o pseudônimo “Barro de João”, decide “lavar algumas roupas sujas” do pessoal que vai para a dita “zona da cidade”. Segue a narrativa deste homem que buscava ridicularizar os corpos negros: “Onze horas da noite...um grupo de marmanjos chiques e um ou duas negras retintas estão entretidos a namoras...eles e elas e vice e versa”. Era uma situação de exposição, principalmente para as mulheres negras, e que vai além em outra situação da mesma coluna: “Há dias, um distinto jovem que nada tem que ver com as pretas de baixa esfera, dissemos, depois de ter dançado com ilustre menina conterrânea: indiretamente dei o braço a uma negra vagabunda”<sup>54</sup>.

Observa-se assim, os motivos das preocupações dos redatores do *A Alvorada*, inclusive nas suas representações do interior, que buscavam combater o olhar preconceituoso e racista sobre as pessoas negras, neste sentido, buscando alertar para referenciais importantes que buscassem positivar suas comunidades naquela sociedade racializada.

Quando fui analisar esses jornais, busquei encontrar relações com o suplemento *O Jaguareense*, nos modos de escrita da imprensa da época, através da sátira do cotidiano, das fofocas, e toda essa representação do mundo que o jornal expressava. Vemos o caso em Bagé, que alguns jornais da imprensa negra carregavam sentidos próximos a esses três jornais da elite branca de Jaguarão analisados:

No ano de 1937 o referido jornal era dirigido por E. C. Lima e seus redatores eram José Alves da Rosa e Jacy Gonçalves. O periódico se intitulava como um órgão Quinzenal, Humorístico, Sportivo e Crítico. Porém, sua característica mais marcante era o de vistoriar os namoros da mocidade bageense, pois como bem aparece no editorial de seu primeiro número, o “Socega Leão será crítico e humorístico e tratará muito principalmente de amores notadamente dos mal correspondidos” (Socega

<sup>52</sup> SOMBRA MYSTERIOSA. 30 de setembro de 1928. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC).

<sup>53</sup> SOMBRA MYSTERIOSA. 30 de outubro de 1928. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC).

<sup>54</sup> SOMBRA MYSTERIOSA. 10 de novembro de 1928. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC).

Leão, 1937, p. 1). Nesse sentido, a intenção do jornal era acompanhar de perto as relações afetivas de sujeitos negros de Bagé, denunciando toda e qualquer relação que fugisse dos padrões pretendidos pelos redatores do mesmo. (SILVA, 2018, p. 70)

E realmente há uma relação entre a linguagem, o modo de chamar a atenção do público com as colunas, e concursos. Marcelino Costa, o responsável pela Cacei, estava imerso nesse consumo, inclusive na A Alvorada, que se tornou representante, e podemos imaginar que de alguma forma ele sabia da atuação do Dr Pescadinha em Pelotas. Ele pode ter tido contato com esses jornais, pois exercia o ofício de Alfaiate em um estabelecimento no centro da cidade, como noticia A Alvorada nas primeiras aparições de notícias de Jaguarão: “É representante da A Alvorada em Jaguarão, o nosso amigo sr. Marcelino Costa, que pode ser procurado na Alfaiataria ao Figurino, na rua 15 de Novembro n. 59”<sup>55</sup>. Essa alfaiataria tem uma publicidade no jornal Sombra Misteriosa, citado anteriormente:

**Figura 10: Anúncio da Alfaiataria Ao Figurino**



Fonte: SOMBRA MYSTERIOSA. 20 de novembro de 1927. Programa de Catalogação e de Digitalização de Documentos (PRODDOC)

<sup>55</sup> A ALVORADA. 18 de dezembro de 1932. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

Refletindo sobre as colunas sociais da imprensa negra, vejo que ela tinha outra perspectiva, que era a centralidade na negritude. Mas a preocupação com a ordem e a moral da comunidade negra era mais sobrecarregada nas mulheres. E vemos isso nas Colunas Sociais de Jaguarão. Como, por exemplo, na cobrança de uma boa vestimenta: “A jovem Dalila, andar sem meia na rua Barão do Rio Branco, quer bancar artista ou não sabe que na loja Iolanda estão fazendo liquidação de meias de seda a 1\$000 o par”<sup>56</sup>. As mulheres negras, também eram cobradas na imprensa negra do A Alvorada, ao se exporem em flertes e namoro: “O jovem Antão, tomando cerveja com a jovem Lourde, no pátio do Clube, em um canto, sozinhos. Cuidado jovens, podem ser censurados e fica feio”<sup>57</sup>. Ainda, eram alertadas sobre o relacionamento com homens brancos, evidenciando uma crítica à sociedade branca que perpetuava o racismo, com impactos psicossociais na comunidade negra: “A jovem Jovencia Peres, em grande desfrute com o soldado do 3º RCD. Pois o desfrute era tanto que chegava a trocar sanhas e bei... para o mesmo. Mocinha, ele é um moço branco quer é zombar e lhe ridicularizar, deixe disso que só poderá lhe prejudicar”<sup>58</sup>

Giovana Xavier (2012) estudou o ideal de beleza negra feminina nos jornais da imprensa negra de São Paulo e de Chicago, nas propagandas de cosméticos para mulheres negras. A autora percebeu que nesses jornais, onde os protagonistas são homens negros, era recorrente a preocupação em pensar sobre a beleza feminina negra no começo do século XX, a partir do termo definido por Tiffany Gill, como a “beleza cívica”. Esta era reivindicada na indústria de cosméticos através de um discurso racializado, aliando a ideia de “boa aparência” e “bom comportamento”, à conquista de uma cidadania plena. Vejamos o argumento da autora:

Como se tem visto, a ideia do civismo qualificador de uma beleza específica – a negra - dimensiona que nesse tipo de cosmética o que estava em jogo era produzir uma aparência suficientemente convincente do respeito e da dignidade de mulheres que eram previamente julgadas por traços físicos que denunciavam sua descendência africana, ou seja, a pele e, não menos importante, o cabelo. Nesse sentido, as experiências de manipulação dos pelos também revelam o intento feminino de desconstruir estereótipos através da comercialização e uso de produtos criados para encontrar o penteado mais adequado para representar o que julgavam ser uma beleza cívica negra. (XAVIER, 2012, p. 333)

<sup>56</sup> A ALVORADA. 25 de dezembro de 1932. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

<sup>57</sup> A ALVORADA. 15 de janeiro de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

<sup>58</sup> A ALVORADA. 23 de abril de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

É interessante ressaltar, que a FNP teve uma Legião Feminina, e a partir de setembro de 1934 o jornal passou a publicar uma coluna sobre o grupo feminino. Fernanda Oliveira da Silva evidencia que:

Esta vinha assinada com nomes femininos, como por exemplo, Maria Luiza Torres e Antonieta Ávila [...]. Nesta coluna, publicada entre os meses de setembro a novembro de 1934, os assuntos tratados restringem-se à incitação pela busca da instrução, medidas moralizadoras tendo como principal alvo os bailes e festas e o arregimentamento de sócios para a FNP (SILVA, 2011, p. 157)

Vemos que o jornal da imprensa negra ainda representava o machismo na sociedade, pois prevalecia os homens negros sendo os protagonistas nas notícias e homenagens, e predominantes na gestão dos mesmos. Em Jaguarão, se evidencia na coluna *cacei*, organizações negras, que pouco foram evidenciadas nas pesquisas, e que poderiam ser de protagonismo feminino, como o caso do Grupo Carnavalesco Prediletas, Grupo Carnavalesco das Margaridas e o Bloco das Minas<sup>59</sup>, noticiando os bailes levados ao som do jazz (AL-ALAM, 2020).

Na edição de 26 de março de 1933, podemos observar algumas informações a respeito destas associações: “[...] no baile das Minas, a jovem Santa Dorvalina fez um belo discurso. Parabéns, senhorinha, continue mostrando sua cultura”<sup>60</sup>. No dia 5 de fevereiro de 1933, o Dr. Caçador evidenciou a movimentação de certas jovens, como produto pronto para sua *caçada*, e relatou serem supostamente integrantes da gestão das Prediletas:

A jovem Paribia Machado, está de namoro com o seu Dima, e vai para o Sol de Aura conversar sobre a janela com o mesmo.  
Cuidado, menina, só o vosso nome já deixa a gente encabulado.  
A mesma por servir de correio para a D. Anacleto Carvalho, diretora das Prediletas.  
Você sendo Fiscal Geral da sociedade não nos admira; mas da Secretaria, que vê estas cousas e fecha os olhos, nos deixa com medo<sup>61</sup>

Vemos o nome de duas mulheres provavelmente relacionadas a diretoria do Grupo Carnavalesco Prediletas, observadas com atenção pelo Caçador, sendo cobradas diretamente, provavelmente por serem da equipe diretiva da associação, referenciais da comunidade negra, portanto.

<sup>59</sup> O Cordão das Minas já era famoso na década de 1930 e estava vinculado a tradição de um importante território negro, a Rua do Cordão, que desde o século XIX e até hoje, é local de residências de famílias negras da cidade. Foi lá que moraram Mestre Vado e Nergipe, importantes clubistas negros da cidade. O Cordão das Minas, estava vinculado a tradição das africanas minas, que se destacavam no comércio de rua e também pelo protagonismo na busca de compra das alforrias para si e seus/suas familiares (AL-ALAM, 2019, p. 10)

<sup>60</sup> A ALVORADA. 26 de março de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense.

<sup>61</sup> A ALVORADA. 5 de fevereiro de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 4

Assim esses debates promovidos pelos homens negros sobre a articulação entre a estilização negra e o orgulho racial, tendo o corpo feminino como foco, descortina intersecções entre raça e gênero que determina, como aponta Noliwe Rooks (1996) e que é evidenciado por Giovana Xavier (2013) em seu texto, entendendo o corpo da mulher negra sendo projetado como um “terreno apropriado pelo masculino”. Porém, por mais que essa imagem seja construída pelos homens, a autora convida a entender essas identidades edificadas por mulheres acerca de suas vidas, corpos e percepções sobre a sua representação no mundo livre “[...] jornais e revistas negros ficaram conhecidos como um universo notoriamente masculino. Entretanto, a ideia de que o melhor rumo a ser tomado pela raça negra estava na mão dos homens não era algo inquestionável.” (XAVIER, 2013, p. 440).

Outro aspecto fundamental nas colunas sociais, é a afirmação de uma identidade racial positiva, destacando-se os parágrafos que alertavam aos negros para terem orgulho de sua cor, e se afirmarem como pessoas negras. Al-Alam (2020) aponta que apesar das colunas de fofocas terem um tom jocoso e moralista, havia nelas uma dimensão política importante. Ao trazer a demarcação de uma identidade racial negra positiva, as colunas e seu redator, chamava a atenção para os que não se reconheciam como homem negro. O que fica evidente, nesse exemplo a seguir, quando o Caçador chama a atenção de um soldado da Brigada Militar:

O brigada Jacaré, querendo bancar o valente no sábado, sentado num banco da praça com um bloco de senhorinhas, quando passou um sargento do 3ºR.C. D ele o ameaçou pelas costas. [...]  
Ainda tem coragem de dizer que Jaguarão não presta, melhor se tivesse ido para uma escola aprender a instruir-se e a educar-se, para não fazer vergonha como essa.  
E quer falar em negros, dizendo que os daqui não valem nada, quererá você julgar que é branco? Se na sede da corporação que pertence não há espelho quando levantar-se vá ao rio e mira-se nele, que enxergará na água a sua cara e não mais falara em negros, porque também o é<sup>62</sup>

Ainda, percebo que havia uma preocupação com a cobrança sobre os clubes sociais e seus membros diretivos, para que fossem exemplos. É significativa a presença do Clube 24 nas colunas, saudando os bailes bem organizados, como no realizado enquanto celebração do ano novo de 1933: “[...] uma reunião do outro mundo, que teve início às 7 e meia da tarde e terminou a 1 e meia da madrugada, reinando sempre muita ordem e alegria, tocando para as danças um bem organizado Jazz-band”<sup>63</sup>. Outras vezes, o jornal evidenciou também as atividades culturais do Clube, cobrando que essas atividades estivessem afinadas com o “bom

<sup>62</sup> A ALVORADA. 19 de março de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

<sup>63</sup> A ALVORADA. 8 de janeiro de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 5

costume”, criticando o horário tardio das festas, comportamento dentro do clube, regras de vestimenta para adentrar aos bailes, e o comportamento dos diretores (AL-ALAM, 2020). É emblemático quando o Caçador relatou a embriaguez de membros da diretoria, em um baile na sede do Clube 24 de Agosto, visto que a campanha entre o alcoolismo era uma das principais pautas a ser combatida nos movimentos operários:

Então, meus amigos, desta maneira é que querem o progresso da raça e da sociedade? Isto servirá para desmoralizar, não só aos Srs. como a sociedade da qual fazem parte, e aos vossos irmãos de raça, que nunca poderão levantar altivamente a cabeça, por possuírem entre os seus, elementos que fazem sem cogitarem dos resultados, papéis tristes como os que os amigos fizeram. Pobre raça de Patrocínio, pobre Clube 24 de Agosto da formosa cidade de Jaguarão<sup>64</sup>

Assim, vemos que a coluna social nas correspondências de notícias locais de Jaguarão evidencia as histórias que nunca teríamos contato se não fosse essa articulação entre o jornal pelotense, e a comunidade negra das pequenas cidades. Fato que percebemos em outras localidades citadas aqui, principalmente nas de Pedras Altas, Cerrito e Cacimbinhas. Manter um jornal naquela época não era uma tarefa fácil, por sua complexa organização e comprometimento, e os valores financeiros necessários. Ficando difícil para a comunidade negra do interior manter periódicos para monumentalizar a memória de suas relações, e essa conexão com experiências e ativismos de comunidades negras em cidades maiores. Esta coletividade estruturada, foi fundamental para conectar essas experiências:

Evidencia a correspondência do A Alvorada, uma atuação plena na região da Campanha e do Litoral, formando uma zona de engajamento que envolvia espaços geográficos importantes, unificando lutas das comunidades negras da fronteira Sul do Rio Grande do Sul. Essa é uma estratégia ímpar dessa intelectualidade negra que vinculou comunidades que compartilhavam experiências culturais e do mundo do trabalho comuns (AL-ALAM, 2020, p. 56)

Se nos jornais brancos o espaço das colunas também segregava, ou estigmatizava a presença de homens e mulheres negros/as, nas pequenas colunas sociais da A Alvorada, a comunidade negra do interior pode ser colocada como protagonista da sociabilidade. Sociabilidade esta que carregava uma afirmação política importante, que passou pela positivação da identidade racial, como um contraponto ao racismo estrutural naquela época.

Assim parto para o último subcapítulo deste trabalho, para demonstrar a trajetória do nosso representante em Jaguarão, e de sua família, para pensarmos principalmente a questão levantada páginas acima, sobre o perfil destes agentes do interior do jornal A Alvorada, centrando o foco na figura de Marcelino Costa.

---

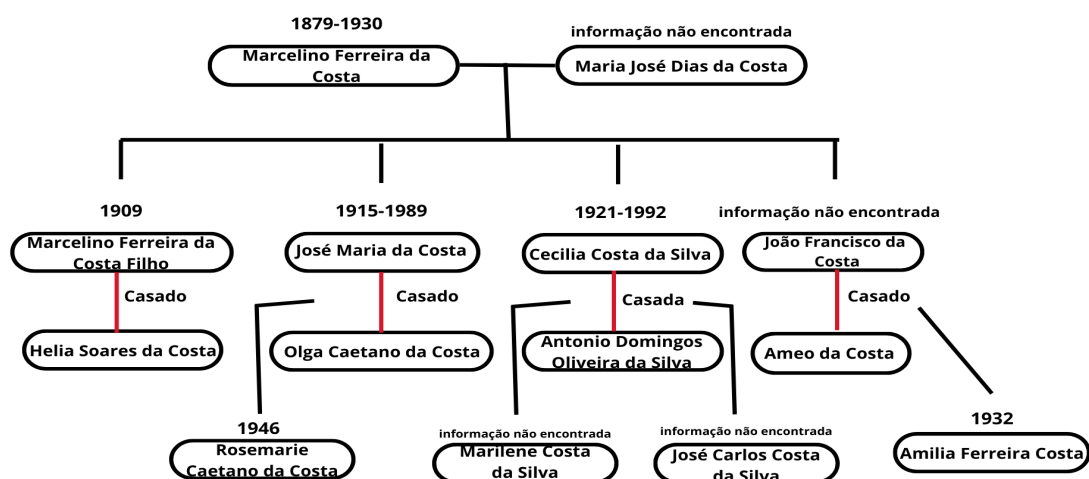
<sup>64</sup> A ALVORADA. 26 de janeiro de 1933. Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. p. 7

### 3.3. Marcelino Costa, o distinto jovem em quem A Alvorada tem um amigo correto e desinteressado

O já diversas vezes citado artigo de Caiuá Cardoso Al-Alam (2020) sobre a A Alvorada em Jaguarão, nos apresenta uma possível documentação de Marcelino Costa. Ele encontrou no *Family Search* o casamento de Marcelino Ferreira da Costa, com Helia Soares. Ele é descrito como de profissão artista, relacionado, portanto, com o local onde podia achá-lo para tomar a assinatura do A Alvorada: na Alfaiataria Ao Figurino. Sua data de nascimento é de 22 de março de 1909, observada quando A Alvorada saúda seu aniversário, episódio já relatado no começo do presente capítulo. Marcelino tinha 23 anos na época em que se tornou representante do jornal, publicado na primeira coluna social de Jaguarão no dia 18 de dezembro de 1932<sup>65</sup>.

A partir destas informações levantadas busquei empenhar uma pesquisa aprofundada no *Family Search*<sup>66</sup>, levantando a seguinte árvore genealógica do nosso correspondente:

**Figura 11: Árvore genealógica da família formada por Marcelino Ferreira da Costa e Maria José Dias da Costa**



Fonte: FRANCO, 2023

<sup>65</sup> Op. cit.

<sup>66</sup> Fica aqui um enorme agradecimento ao pessoal do GEPA-UFSM, em especial a pesquisadora Franciele Oliveira, que ministrou "Como utilizar o Family Search". Os aprendizados deste minicurso foi fundamental para essa pesquisa

Assim, fui buscando diferentes outras fontes, principalmente partindo do nome dos pais de Marcelino, o Sr. Marcelino Ferreira da Costa e a Sra. Maria José Dias da Costa.

Vejam algumas informações sobre a família. Tendo como o mais velho dos irmãos, podendo ser o primeiro filho do casal, já que se tem o costume de colocar o mesmo nome do pai no filho primogênito, Marcelino Ferreira da Costa Filho nasceu em 22 de março de 1909, e foi registrado no dia seguinte, dia 23. Filho de Marcelino Ferreira da Costa, de profissão jornalista, e Maria José Dias da Costa, sem profissão declarada, o documento descreve assim: “Deu sua mulher no dia vinte dois do corrente mês e ano, as duas horas da madrugada, deu à luz uma criança parda, do sexo masculino, seu filho legítimo e que d’ora em diante se chamara: Marcelino da Costa (digo) Ferreira da Costa Filho”<sup>67</sup>.

Interessante notar que no documento de nascimento, há o nome Marcelino da Costa, mas não sabemos se foi proposital, sendo a maneira a ser conhecido, ou um erro do escrivão. O fato é que pode evidenciar a possibilidade de Marcelino ter assumido esse nome, já que é colocado assim em todas as vezes que seu nome é vinculado ao jornal.

Sobre os outros três filhos do casal, eu não encontrei muita informação, apenas um documento de cada que comprova suas existências, tendo como pais o sr Marcelino Ferreira da Costa e a sra. Maria José Dias da Costa. Foram encontradas as certidões de óbito dos filhos José Maria da Costa<sup>68</sup> e Cecília Costa da Silva<sup>69</sup>, ambas de Porto Alegre. O que desperta a curiosidade é o endereço, pois moravam um ao lado do outro, na Rua Souza Lobo, Vila Jardim. 238 e 242. Já João Francisco da Costa foi encontrado depois, no registro de nascimento de sua filha<sup>70</sup>. Confesso que neste momento eu estava procurando algum registro de nascimento do casal Marcelino e Hélia, o que não foi possível encontrar.

Em questão a Marcelino, e até refletindo um pouco a possibilidade de não dar conta de ser representante do jornal por estar constituindo uma família, com o tempo das tarefas ficando mais curto, ou até mesmo possa ter ocorrido uma possível mudança para Porto Alegre, no mesmo destino de seus irmão poderemos ter algumas hipóteses que tenham levado

---

<sup>67</sup> Nascimento de Marcelino Ferreira da Costa Filho. Registro Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Jaguarão 23 de março de 1909. disponível em <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-L9L6-Y39S?cat=638106>> último acesso 28 de junho de 2023

<sup>68</sup> Óbito de José Maria da Costa. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. 2 de novembro de 1989. disponível em <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-99LJ-YZRC?cc=3741255>> último acesso: 28 de junho de 2023

<sup>69</sup> Óbito de Cecília Costa da Silva. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. 25 de janeiro de 1992. disponível em <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QSQ-G9LJ-R68G?cc=3741255>> último acesso: 28 de junho de 2023

<sup>70</sup> Nascimento de Ameo da Costa. Brazil, Rio Grande do Sul, Jaguarão, registros civis. 8 de dezembro de 1932. disponível em <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QHV-L3JW-BKBC?cc=3741255&cat=2039494>>



o fim do suplemento O Jaguareense. Desavenças criativas, financeiras, mudanças do rumo da vida, as respostas para o fim, para lamento nosso, não é possível uma hipótese que minimamente se sustente com as informações coletadas.

Porém o questionamento sobre o começo do suplemento traz outras informações coletadas que sustentam mais algumas linhas gastas, e que podem deixar o/a leitor/a com algumas hipóteses imaginadas. Isso foi trabalhado no começo deste capítulo, relacionado principalmente com a hipótese da inauguração da linha Jaguarão-Basílio em 25 de março de 1932. Agora, no último fôlego deste trabalho, levanto a hipótese do perfil de Marcelino, principalmente herdado de seu pai.

Marcelino Ferreira da Costa, o pai do Dr. Caçador do suplemento O Jaguareense, que quando seu primeiro filho nasceu, era jornalista, no ano de sua morte, em 1930<sup>71</sup>, teve como profissão declarada a de carpinteiro. Esse sujeito tem uma história influente na principal organização operária de Jaguarão, na Sociedade Operária Jaguareense, ingressando na sociedade no dia 02 de maio de 1912. O que data cinco meses após a sua inauguração: “Foram apresentados e aceitos como sócios efetivos os srs: [...] Pelo diretor Augusto Alves Xavier: Marcelino Ferreira da Costa”<sup>72</sup>.

Patrícia Vergara (2019) enquadra a Sociedade Operária Jaguareense de características mutuais, em que ofereciam assistência voltada para a saúde, enterro e pensões em caso de doença e na impossibilidade de o sujeito exercer seu ofício, ações destinadas aos trabalhadores da cidade. Essa sociedade estava vinculada ao catolicismo, mais precisamente a Ordem Premonstratense. Segue a autora na sua análise:

Dentro deste contexto de transformação política, cultural e social que se espalha pelo território brasileiro, vem para o Brasil a Ordem Premonstratense. Foram os cônegos da ordem que fundaram em Jaguarão com o auxílio de alguns membros da sociedade, uma instituição que se colocava a serviço da classe operária. Eles desenvolveram projetos que visavam dar assistência à classe operária oferecendo aulas de alfabetização, oportunizando lazer e cultura à classe trabalhadora. (VERGARA, 2019, p. 27)

Esta vinda dos cônegos para Jaguarão, se deu em dezembro de 1900, onde chegaram três confrades da Ordem dos Cônegos Premonstratenses Averbodienses: Cônego Rafael Goris, Estevão Baeyens e Paulo Aertgeers. Os três cônegos tinham como meta a fundação de um

---

<sup>71</sup> Óbito de Marcelino Ferreira da Costa. Brasil, Rio Grande do Sul, Registros Diversos, 1748-1998. 12 de abril de 1933. disponível em <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-L1RK-7G8?i=182&wc=QZS2-KVK%3A264200001%2C1588921692&cc=1985805>> ultimo acesso em 28 de junho de 2023

<sup>72</sup> Acervo do Círculo Operário de Jaguarão. Livro de Atas da S.O.J, 1912, folha nº 19.

colégio, que se materializou em 11 de fevereiro de 1901, surgindo o Colégio Espírito Santo. Esta Ordem, veio para a América Latina a pedido do Papa Leão XIII, que após a separação da Igreja/Estado, a Ordem Premonstratenses buscou focar a vinculação com a classe operária, justamente para moralizar na fé cristã os trabalhadores destas nações emergentes.

A relação íntima com os trabalhadores era fundamental, e como vemos no primeiro capítulo, a Igreja Católica exerceu influência muito grande nos trabalhadores de Jaguarão no século XIX, principalmente dos negros que se vincularam a tradição da Irmandade Nossa Senhora do Rosário. E uma figura fundamental para o progresso dessas relações no início do século XX, foi o Cônego Godofredo Evers, fundador da Sociedade Operária Jaguareense.

Percebe-se que o Cônego Godofredo Evers, mantinha relações com os trabalhadores da cidade, que assim como o restante dos trabalhadores brasileiros, encontravam suporte em associações que proporcionavam algum tipo de auxílio. Fato que se evidencia na ata da primeira sessão de assembleia geral, em 31 de dezembro de 1911 em uma sala cedida no Ginásio do Espírito Santo, quando foi fundada a Sociedade Operária Jaguareense, e que contou com a presença de 30 pessoas (VERGARA, 2019, p. 33)

Percebe-se principalmente que o teor que esse movimento católico dava a essa Sociedade era principalmente de anti comunista, na mesma perspectiva trabalhada no capítulo 2, ao abordar o militante negro paulista Arlindo Veiga dos Santos. É perceptível isso principalmente no jornal O Amigo do Operário, órgão oficial da Sociedade Operária Jaguareense (SOJ). Sobre esse jornal, Gabriel Solimeno (2022) pontua:

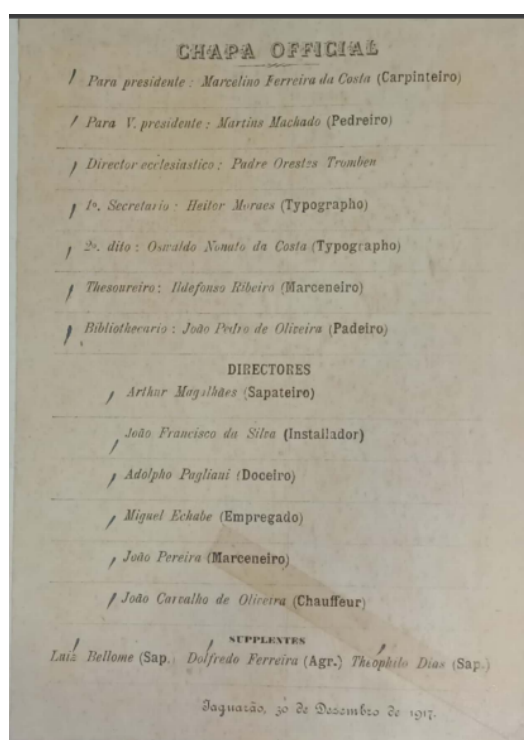
Infelizmente consegui ter acesso a apenas uma versão do Amigo do Operário. O exemplar disponível é de 30 de abril de 1913 e nele é possível constatar que se trata da edição tendo havido, portanto, outras desde o período em que foi criado. A redação Amigo do Operário era realizada pela diretoria da S.O.J e o gerente da folha era o secretário José Maria Rodrigues. Nesse exemplar, na primeira página, foi reproduzido um artigo publicado no Jornal Tribuna Religiosa intitulado "Operários-Escravos". No artigo de uma página é exibido um diálogo com perguntas e respostas no qual o autor responde as razões pelas quais ele considera equivocada a comparação, todo o artigo transcorre dentro de uma perspectiva conservadora e moralizante. No encerramento o autor faz uma crítica à modernidade e às ciências e encerra com a conversão do leigo que frequentava o curso: “-Sim. Estou agora me convencendo de se quer perverter o nosso povo com erros antirreligiosos e ante sociais, e isso em nome de uma cultura científica, avariada e falsa.” (SOLIMENO, 2022, p. 52)

A SOJ tinha uma grande presença de operários negros/as, visto que a comunidade negra de Jaguarão tinha uma relação nas organizações comunitárias via Igreja Católica constituída desde o século XIX nos núcleos das irmandades religiosas como a Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Conceição. Dessas irmandades e a SOJ faziam parte os núcleos familiares que fundaram o Clube Social negro 24 de agosto. A primeira sede deste clube social foi em

um prédio dividido com a *SOJ*, na rua 20 de Setembro nº 332, na beira do Rio Jaguarão, que faz fronteira com o Uruguai. Assim, podemos dizer que essa Sociedade foi além de um espaço de formação de ofícios, letramento e auxílio aos trabalhadores negros associados, mas também auxiliou as famílias negras na construção de seus próprios espaços coletivos (AL-ALAM, 2021).

No ano de 1917, Marcelino Ferreira da Costa aparece na documentação como registrado na diretoria da instituição<sup>73</sup>. E justamente no ano de fundação do principal clube negro da cidade, em 1918, que Marcelino Ferreira da Costa se tornou presidente da Sociedade Operária Jaguareense.

**Figura 12: Chapa Oficial para a presidência da Sociedade Operária Jaguareense em 1917<sup>74</sup>**



Fonte: Acervo do Círculo Operário de Jaguarão. Livro de Atas da S.O.J, 1917, folha nº30

<sup>73</sup> Acervo do Círculo Operário de Jaguarão. Livro de Atas da S.O.J, 1917, folha nº 11

<sup>74</sup> A saber os nomes da chapa: Presidente: Marcelino Ferreira da Costa. Vice presidente: Martins Machado. diretor eclesiastico: Padre Orestes Tromben; 1º Secretário: Heitor Moraes. 2º Secretário: Oswaldo Nonato da Costa; Thesoureiro: Ildefonso Ribeiro. Bibliotecário: João Pedro de Oliveira. Diretores: Arthur Magalhães; João Francisco da Silva; Adolpho Pagliani; João Pereira; João Carvalho de Oliveira

Marcelino Ferreira da Costa dividiu espaços com importantes nomes da comunidade negra nas reuniões e organizações da SOJ. Como aponta Patrícia Lima Vergara (2019) que Theodoro Virgílio, que conhecemos como Theodoro Rodrigues, um dos fundadores do Clube 24 de Agosto, foi proposto como sócio efetivo da SOJ em 1 de abril de 1912, um mês antes de Marcelino. No dia 14 de junho de 1919, houve um trecho da ata de uma sessão extraordinária, por motivo da saída da tesouraria de Theodoro Ribeiro, assumiu o cargo então o sr Theodoro Virgílio Rodrigues. E nesta mesma sessão, é admitido para sócio Malaquias de Oliveira<sup>75</sup>.

Vemos que eram contemporâneos desse espaço de luta agentes fundamentais das organizações negras de Jaguarão, incluindo aqui a circulação da imprensa negra A Alvorada décadas depois. A título de ilustração: Theodoro Virgílio Rodrigues e Malaquias de Oliveira (fundadores do Clube 24 de Agosto em 1918), Marcelino Ferreira da Costa (pai do representante da imprensa negra A Alvorada em Jaguarão que circulou no início da década de 30)

No primeiro capítulo foi comentado sobre os fundadores do Clube 24 de Agosto, e um pouco de suas articulações políticos partidárias, principalmente com o PRR e as duas facções republicanas da cidade, a ala Carlista e a Zeferinista. Não encontrei nenhuma relação de Marcelino Ferreira da Costa com alguma ala ideológica partidária da cidade, apenas como presidente da SOJ, um espaço fundamental do movimento operário da cidade.

Na política, o impacto da circulação volumosa do jornal A Alvorada em Jaguarão certamente criou tensões. A tradição de atuação do movimento operário negro na cidade vinha da experiência histórica agregada em torno da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, que continuou sendo evidenciada a partir do Clube 24 de Agosto e na articulação da atuação de alguns diretores deste último dentro da Sociedade Operária Jaguareense; portanto, uma atuação política contundente, mas muito vinculada aos padrões morais do Catolicismo. Rodolpho Xavier, em sua coluna no A Alvorada, questionava bastante a atuação da Igreja Católica no Movimento Operário. Taxava os militantes dessas instituições de “obedientes passivos” e denunciava as contradições classistas no seio dessas associações: “Os que se deixam arrastar pelos sindicatos que troca os sofrimentos deste mundo pela bem-aventurança na outra vida, desconhecem por completo as organizações sindicais e bem merecem o pastor que lhes guarda o rebanho (AL-ALAM, 2020, p. 70)

Importante aqui para esse último capítulo é refletir o protagonismo negro em diversos espaços que eram constituídos pela classe trabalhadora em meados do XIX início do século XX. Na revisão da história do movimento operário vem sendo apontado a ausência dos sujeitos negros, seguindo um esquema eurocêntrico partindo da perspectiva linear de implementação da indústria e do capitalismo. E o movimento operário sendo aquele de

---

<sup>75</sup> Acervo do Círculo Operário de Jaguarão. Livro de Atas da S.O.J, 1919, folha nº8

origem imigrante que trouxeram suas vertentes do anarquismo e do comunismo. Porém essa comunidade negra que vem de longas gerações exercendo a resistência cotidiana da escravidão, constituindo uma tradição de resistência no mundo do trabalho. É fundamental observar essa ausência negra nos estudos acadêmicos sobre o movimento operário, que está articulado com o racismo e exclusão da comunidade negra dos espaços de conhecimentos ocidentais.

[...] a escravidão teria aniquilado as pessoas e sua cultura, restando a fragmentação e o vazio produzidos por uma dominação inexorável. Tal herança afigurava-se ainda mais relevante no contraste com o suposto modelo de desenvolvimento histórico europeu ocidental, no qual os trabalhadores seriam herdeiros de uma forte tradição artesanal, decisiva na emergência da crítica política e dos modos de atuação do movimento operário em seus primórdios. Lá, costumes e tradições densas haviam fecundado as lutas operárias; aqui, a escravidão legara ausência de cultura política, a ser suprida por cabeças e ideologias importadas do centro do mundo e propulsoras exclusivas do movimento operário brasileiro em sua primeira fase (CHALHOUB, 2009, p. 16)

Assim, para finalizar, conseguimos traçar um possível perfil para um correspondente da A Alvorada nas cidades próximas de Pelotas, assim como seus fundadores, redatores e colaboradores, exerciam na luta política a dupla militância. Em 1918 quando Marcelino, nosso Dr. Caçador, tinha 9 anos de idade, e o seu pai acabava de ter seu segundo filho, José com 2 anos de idade, Marcelino Ferreira da Costa se tornou presidente da SOJ, o que mostra uma representatividade em torno de sua figura, conhecido no movimento operário de Jaguarão. Não temos em sua atuação na SOJ nenhuma referência a sua cor. Porém certamente era um duplo militante, buscando estar nos espaços operários para buscar instrução e se colocar como uma liderança negra operária. Se não coube a ele essa posição, pelo menos abriu caminhos ao seu filho, que no futuro acabou sendo um importante militante negro para a cidade, e representante do jornal A Alvorada, um jornal com ideias combativas, e vinculadas ao movimento negro e operário da época.

## CONCLUSÃO

Os estudos que hoje são referências na História Social da Escravidão, e do Pós-Abolição, principalmente na perspectiva da agência, e a relação entre a cultura dos trabalhadores e o advento do capitalismo industrial, que foi trabalhado pelo marxismo britânico, principalmente na figura de E.P. Thompson, vem contribuindo para a quebra deste “muro de Berlim” historiográfico<sup>76</sup> (CHALHOUB, 2009).

A Imprensa Negra, nos estudos do campo do Emancipacionismo e principalmente no Pós-Abolição, aparece como um porta voz da comunidade negra. Incentivando a busca da instrução, traziam debates políticos fundamentais para a classe trabalhadora negra, evidenciando as organizações associativas negras e os protagonistas da raça. Assim trazia a importância do protagonismo e autonomia da construção de seus espaços, e de suas narrativas. A comunicação protagonizada por essa imprensa nos dá pistas para historicizar a constituição e autonomia que a classe trabalhadora construiu durante a História, na coletividade com seus pares.

Nesta perspectiva, observamos no decorrer dessas páginas as trajetórias de diversos sujeitos, em diferentes espaços e localidades, onde se encontram e se conectam nas experiências da sociedade racializadas, em organizações criadas que tem o principal intuito o combate ao preconceito racial. Assim a Imprensa Negra é aqui colocada em primeiro plano, congregando lideranças negras que exerciam o que é chamado de “dupla militância”, reesignificando ferramentas sociais que são fruto da modernidade, como a imprensa, para a luta contra a sua inferiorização.

---

<sup>76</sup> À guisa de desfecho, oferecemos aos leitores uma anedota que bem pode resumir, ao menos em parte, nossa motivação ao escrever este artigo. O mote da anedota é a dificuldade de aproximar historiadores sociais da escravidão e do trabalho. Dificuldade que não é uma peculiaridade brasileira, pois que o muro de Berlim historiográfico existente entre essas duas “especialidades” no interior da disciplina é quiçá fenômeno globalizado (CHALHOUB, 2009, p. 44). Neste artigo o autor faz uma reflexão sobre a produção acadêmica entre esses dois campos, trazendo um histórico e problematização dos conceitos para abordar esses sujeitos no mundo do trabalho, na dicotomia que se cria entre produção industrial e a mão de obra operários, produção arcaica e mão de obra escravizada.

Assim o que é fundamental de perceber neste trabalho é que esses sujeitos negros empreendem um importante papel, de articular nessas organizações raciais uma única pauta, que muitas vezes se vê como pautas separadas, que são a luta antirracista, com a reivindicação de melhores direitos para o/a trabalhador/a e o combate a desigualdade social.

Com isso, as evidências levantadas aqui, que se materializam no protagonismo negro na organização do movimento operário de Jaguarão, demonstram a organização de expressões culturais, políticas e de lazer que tem como centralidade o sujeito negro; a conexão dessas organizações, troca de referências, e construção de uma identidade racial que transcende os limites territoriais nacionais, tendo como impulso demonstrado aqui o desenvolvimento da malha ferroviária no Brasil do início do século XX; e pôr fim a relação da cultura diaspórica com a cultura moderna. Evidencia-se assim uma comunidade negra integrada, e protagonista na constituição de um movimento operário no Brasil. Com isso este trabalho entra na corrente de quebra do chamado “muro de Berlim” que separa as experiências desses sujeitos em escravidão, e dos imigrantes com experiências pré industriais europeias, evidenciando o encontro nas emergentes cidades e a constituição de um complexo e diverso movimento operário brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas; MUNARETTO, Sara Teixeira (org.). Clube 24 de Agosto (1918-2018): 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguaí. Porto Alegre: ILU, 2018.

\_\_\_\_\_. O Clube Recreativo Gaúcho: um clube social negro em Jaguarão (1930-40). Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional., v. 9, p. 1-15, 2019.

\_\_\_\_\_. O Jaguareense no jornal A Alvorada (1932-1934): imprensa negra e política na fronteira Brasil-Uruguaí. MÉTIS: história & cultura – v. 19, n. 37, p. 54-79, jan./jun. 2020.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Fernanda. A comunidade negra na fronteira entre Brasil e Uruguai: uma análise sobre o Pós-Abolição por meio dos Clubes Negros de Jaguarão e Melo em meados do século XX. *História Unisinos*, v. 25, n. 3, p. 503-517, 2021.

ALADRÉN, Gabriel. Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835). Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2012. Tese (Doutorado em História).

ANDRADE, Schmitt Nycole. Coronelismo, dissidências e facções: O cenário político e a disputa pelo cargo de intendente municipal na eleição de 1917 (Jaguarão, 1889-1930). Jaguarão: UNIPAMPA, 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

BARROS, José D' Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. In: LPH – Revista de História da UFOP, n° 15, 2005.

BOM, Matheus Batalha. Porosas fronteiras: experiências de escravidão e liberdade nos limites do Império (Jaguarão – segunda metade do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2017.

\_\_\_\_\_. Liberdades Racializadas: Gênero, trabalho e crime na fronteira meridional (Jaguarão, 1870-1905). Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2022.

CARATTI, Jônatas Marques. O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos; Editora UNISINOS; 2013.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122. 2007

FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERRER, Francisca Carla Santos. *Entre a liberdade e a escravidão na fronteira meridional do Brasil: estratégias e resistências dos escravos na cidade de Jaguarão entre 1865 a 1888*. São Paulo: USP, 2011. (Tese de Doutorado).

GILROY, Paul. *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. tradução de Cid Knipel Moreira – São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001

GRENDI, Edoardo. *Microanálise e história social*. IN: OLIVEIRA, Monica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRIGIO, Ênio. “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que os intimidasse : a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2016 (Tese de Doutorado).

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888 – 1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Flávio (et. al.). *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006

GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Escavando o chão da futilidade: Colunas sociais, fontes para o estudo de elites locais*. *Revista de História Regional*, Inverno, 1999

GONZALEZ, Lélia.. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos* . Rio Janeiro: Zahar. 2020

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. novo estudos n ° 43. 1995.

GULARTE, Gustavo da Silva. Formação da Fronteira de Jaguarão, 1801-1835: estrutura agrária e trabalho escravo. 2015. Porto Alegre: UFRGS, Alegre, 2015. (Dissertação de Mestrado).

HARRES, Marluza. Ferroviários : disciplinarização e trabalho (VFRGS. 1920- 1942). 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

KARAWEJCZYK, Mônica. O Jornal como documento histórico: breves considerações. *Historiae*, Rio Grande, v.1, n.3, p. 131-147, 2010.

LEIPNITZ. Guinter. Vida independente, ainda que modesta : dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 - C. 1920). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2016.

LIMA, Andrea da Gama. O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguarense (1802 – 1888). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pelotas, 2010.

LONER, Beatriz Ana. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande. - 2º ed. - Pelotas : Ed. UFPel, 2016.

\_\_\_\_\_ ; FILHO, Miguel; MONTEIRO, Ubirajara. De escravo a doutor: Euzébio de Queiroz Coutinho Barcelos In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. (Org.). A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019.

\_\_\_\_\_. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. (Org.). A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019

\_\_\_\_\_. Líderes Negros, líderes operários. In: GILL, Lorena; KOSCHIER, Paulo Luiz Crizel. (Org.). A família Silva Santos e outros escritos: escravidão e pós-abolição ao sul do Brasil. São Leopoldo: Casa Leiria, 2019

LUCA, Tânia de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO, Anderson. Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. In AL-ALAM, et. al. (org) Territórios Negros em Jaguarão– Jaguarão, RS: Unipampa, 2022.

MALATIAN, Teresa. O Cavaleiro Negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira. São Paulo: Alameda, 2015.

MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil - Uruguaçu: a construção da cidade de Jaguarão. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitectura, 2001.

MENA, Bruna Teles; FRANCO, Vinicius Costa. Praça Alcides Marques, antiga Praça 13 de maio. In: AL-ALAM, et. al. (org) Territórios Negros em Jaguarão– Jaguarão, RS: Unipampa, 2022.

MONSMA, Karl. Racialização, Racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Veríssimo de Bittencourt/Jaguarão Século XIX). In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009, Curitiba/Paraná. 4º Encontro e Liberdade no Brasil Meridional, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Negritude afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo - Revista de Antropologia, (33), 1990

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.29, n.59, pp.607-626, set.-dez. 2016

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada – 1920-1935. 2017. 149p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

OLIVEIRA, Nathália Ketlen Dias. “Mãe Preta” deixou seu legado! Uma breve análise sobre a trajetória social e caridosa de Luciana Lealdiana de Araújo no século XX. Universidade Federal de Pelotas, 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso).

PALMIERI, Fernanda Pautz. Sob os rastros dos trilhos: Rota turística em Jaguarão/RS. Jaguarão: UNIPAMPA, 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso).

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Arautos da Liberdade: educação e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c.1911). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura e tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899). Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Imprensa negra no Brasil do século XIX. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: A resistência escrava negra no Brasil escravista. São Paulo, 1989.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170- 198.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Tese. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2014.

SANTOS, José Antonio dos. Raiou a alvorada: intelectuais negros e imprensa – Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed. da UFPel, 2003.

\_\_\_\_\_. Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional 2011. Tese (Doutorado em História) PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SCHMITZ, Maria Eveline. Nas asas do vapor: construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS (fim do séc. XIX – início do séc. XX). Dissertação de mestrado - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fernanda Oliveira da. As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960). Porto Alegre: UFRGS, 2017. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento: associações e entidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Tiago Rosa. Uma fronteira negra: resistência escrava através das fugas anunciadas nos jornais jaguarenses (1855-1873). Jaguarão: UNIPAMPA, 2015. (Trabalho de Conclusão de Curso).

\_\_\_\_\_. Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil (1913-1980). 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SOLIMENO, Gabriel Henrique. O movimento operário em Jaguarão/RS nas primeiras décadas do século XX. Jaguarão: UNIPAMPA, 2023. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SÔNEGO, Aline. Correspondemos a uma aspiração de nossa classe: O pós abolição a partir do jornal O Astro (Cachoeira e Rio Pardo, RS). Tese de doutorado - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas - Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria-RS, 2022.

XAVIER, Giovana. Brancas de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA. Estudos Históricos (Rio de Janeiro) , v. 26, p. 429-450, 2013.